

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
ASSOCIAÇÃO TEMPORÁRIA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS (UFMG)
CENTRO E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA
DA AMAZÔNIA (PPGCSPA)

ADAILDO PEREIRA DOS SANTOS

“O bicho está em todo lugar”: estratégias, políticas de resignação e
resistências na estrada do arroz

São Luís-MA
2015

ADAILDO PEREIRA DOS SANTOS

“O bicho está em todo lugar”: estratégias, políticas de resignação e resistências na estrada do arroz

Dissertação apresentada ao Curso Stricto Sensu Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção de título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araujo.

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Jurandir Santos de Novaes.

Santos, Adaildo Pereira dos.

“O bicho está em todo lugar”: estratégias, políticas de resignação e resistências na Estrada do Arroz / Adaildo Pereira dos Santos. – São Luís, 2016.

117f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araújo.

1. Empreendimento. 2. Empresa Suzano. 3. Formas organizativas. I. Título

CDU: 316.42

ADAILDO PEREIRA DOS SANTOS

“O bicho está em todo lugar”: estratégias, políticas de resignação e resistências na estrada do arroz

Dissertação apresentada ao Curso Stricto Sensu Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção de título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Helciane de Fátima Abreu Lima (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Horácio Antunes Sant’Ana Júnior
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico esse trabalho ao meu pai (em memória) José Bezerra dos Santos, que mesmo ausente fisicamente, sinto que nunca saiu do meu lado, me iluminando e guiando como sempre fez quando vivo. Sentimento que me deu força para enfrentar as dificuldades e obstáculos tanto na jornada desse trabalho, quanto nas adversidades do dia a dia.

AGRADECIMENTOS

Durante essa caminhada no curso de mestrado contei com muitos incentivos e contribuições. Que se iniciaram ainda no processo seletivo, onde contei com o apoio de amigos e familiares.

Ressalto, em primeiro lugar, a importância fundamental na presença e o suporte recebido de minha família, em que sempre procuraram me ajudar de todas as formas possíveis. Por isso meus agradecimentos especiais a minha mãe Francisca da Chagas, Vanda, Lêda Maria, Alexandre e Maria de Nazaré Pereira.

Agradeço, ainda, pela tamanha importância à minha esposa Leidiane Oliveira de Almeida por está ao meu lado e ter sido compreensiva nos momentos em que tive que me ausentar e me refugiar para realizar pesquisas e estudos do mestrado, principalmente na reta final.

Meus agradecimentos especiais aos professores que contribuíram nesse processo de aprendizagem, pois são responsáveis por minha formação e enriquecimento teórico, destacando assim os professores Alfredo Wagner, Rosa Acevedo, Cyntia Martins, Patrícia Portela, Lilian Gomes, Leonardo Avitrez, Márcia Miranda, Érica Matsuno, Jurandir Novaes e Protásio.

Agradeço as professores Horácio Antunes, Benjamim Mesquita e Jurandir Novaes pela contribuição no processo de qualificação da dissertação, pois suas contribuições foram de fundamental importância para a construção deste trabalho.

Agradeço a Casa 07, com meus amigos Luís Augusto, Reginaldo e Edinho, por terem mim acolhido nessa jornada, onde passamos bons momentos de convivência e estudos.

Agradeço, ainda, aos amigos de curso Gardênia, Luciana, Dorival, Damasceno, Maurício, Joisa e Danilo pelos momentos divertidos e de debates e discussões enriquecedoras.

Sou grato, também pela amizade e apoio recebido de minha amigas Poliana Nascimento e Nila Coutinho pelo esforço e contribuições.

Meus agradecimentos a Mariana Leal pela amizade e contribuição nas pesquisas de campo, pois seus conhecimentos sobre o campo de pesquisa foi de fundamental importância para minha inserção em campo.

Agradeço aos moradores da Estrada do Arroz pela contribuição dada ao trabalho, em especial aos que tiveram participação direta me acompanhando nas pesquisas de campo, como dona Maria Querobina, Daniel Conceição Nascimento, Raimunda Fernandes, Judite Tibério e Eunice.

Meus agradecimentos a professora Dr. Arydimar Vasconcelos Gaioso, que mesmo não sendo professora no curso de mestrado, tem contribuído para minha formação intelectual com o seu imenso conhecimento.

Agradeço a meu amigo Davi Pereira Júnior pela grande amizade e por ter me acompanhado em campo e pelas contribuições dadas durante a pesquisa e escrita do presente trabalho.

Agradeço profundamente a minha orientadora e professora Dr. Helciane de Fátima Abreu Araujo pela compreensão, apoio e dedicação dado a mim durante as orientações, pois sem sua orientação, paciência e grande conhecimento não teria concluído mais essa etapa em minha vida.

Por fim Agradeço a todos que contribuíram de forma direta e indireta nessa fase de minha vida.

A todos sou profundamente agradecido.

*“Qual é o jeito Zé? É virar e virar e virar...”
Trecho da música de Vila Nova cantada por*

Dona Querobina.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Imagem de satélite Google Earth.	59
Imagem 2 - Fábrica da empresa Suzano Papel e Celulose – Imperatriz-MA.....	68
Imagem 3 - Associação das Quebradeiras de Coco de Petrolina e Altamira na “unidade social” de Petrolina – Imperatriz/MA.....	75
Imagem 4 - Residência de Maria Tibério Pereira – Esperantina I, Imperatriz/Maranhão.....	85
Imagem 5 - Residência de dona Maria Tibério Pereira com objetos cobertos por poeira.....	86
Imagem 6 - Carro pipa molhando a Estrada do Arroz para diminuir a poeira	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ADA	- Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AF	- Agricultura familiar
ASSEMA	- Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão
BASA	- Banco da Amazônia
BB	- Banco do Brasil
BNDES	- Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CENTRU	- Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural de Imperatriz
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ECOSOC	- Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
GESEA	- Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia
GETAT	- Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GPS	- Global Positioning System
IBAMA	- Instituto Brasileiro
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JICA	- Japan International Consulting
MA	- Maranhão
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIQCB	- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
OIT	- Organização Internacional de Trabalho
ONU	- Organização das Nações Unidas
PGC	- Projeto Grande Carajás
PNCSA	- Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
SPVEA	- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STTRI	- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz
SUDAM	- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	- Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste–
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE MORADORES ENTREVISTADOS

Aurora Gabriel da Rocha é quebradeira de coco, agricultora e sócia do Clube de Mães da “unidade social” de São Felix e esposa do senhor José Mariano Sobrinho ex-presidente da Associação dos Agricultores do Povoado São Felix, localizada na Estrada do Arroz.

Daniel da Conceição Nascimento é morador da “unidade social” de São José da Matança, é professor da rede pública municipal de Imperatriz e presidente da Associação de Moradores e produtores de São José da Matança, Açaçal e Esperantina II.

Edvard Dantas Cardeal é morador da comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA e presidente da Associação dos Moradores da Comunidade do Piquiá de Baixo. Sua luta se encontra no reassentamento dos moradores, pois esta foi a única solução encontrada pelos moradores para se livrarem da contaminação causada pelos resíduos de minérios saídos das indústrias de ferro gusa.

Eunice Costa é moradora da RESEX do Ciriaco, em Cidelândia – MA, é membro do MIQCB com a função de coordenadora de base, atuando com as quebradeiras de coco da Estrada do Arroz e região de Imperatriz e Cidelândia.

Francisco da Silva Leite foi morador de São José da Matança, trabalhador da agricultura familiar, se tornando funcionário da empresa Suzano, ajudando nas negociações de compra de terras, principalmente na Estrada do Arroz.

Francimar Moura é antigo morador da Antiga Bacaba, sendo deslocado para Nova Bacaba, é comerciante e agricultor.

José Mariano Sobrinho é morador da “unidade social” de São Felix, localizada na Estrada do arroz é agricultor e ex-presidente da Associação dos Agricultores do Povoado São Felix, fundada em 20 de novembro de 1997.

Judite Teodora dos Santos é quebradeira de coco e agricultora, mora em Coquelândia é coordenadora interestadual do MIQCB de Imperatriz.

Maria de Lourdes Silva é moradora de Olho D’Água dos Martins, é professora e presidente do Fórum de Defesa das Comunidades da Estrada do Arroz e membro do Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz.

Maria Querobina da Silva Neta mora no assentamento de Vila Conceição, próximo à Estrada do Arroz. É uma liderança política da região, agricultora familiar, quebradeira de coco e trabalhadora rural. Faz parte do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, sócia do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural de Imperatriz - CENTRU e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz – STTRI.

Maria Tibério Pereira, também conhecida como Maria viúva, é quebradeira de coco e agricultora, moradora de Esperantina I.

Raimunda Fernandes dos Reis, moradora de São Felix, quebradeira de coco e agricultora, sócia da Associação das Quebradeiras de coco do Povoado Petrolina e do Movimento

Interestadual da Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e do Clube de Mães do Povoado São Felix.

Rosalva Silva Gomes é associada e assessora técnica do MIQCB de Imperatriz.

RESUMO

O presente trabalho analisa as transformações e interferências ocorridas nos modos de vida dos moradores que residem às margens da denominada “Estrada do Arroz”, no município de Imperatriz-MA, mediante a implantação de grandes empreendimentos configurados no agronegócio e na agroindústria. Transformações que se intensificaram em dois momentos que assumem o marco temporal da pesquisa: primeiramente, o momento da instituição da Lei de Terras nº 2.979, de 17 de julho de 1969, criada pelo então governador do Estado do Maranhão, José Sarney; e o segundo momento que compreende a implantação do Projeto Grande Carajás – PGC, a partir de 1985. São fatores que contribuíram diretamente e indiretamente na vida dos moradores da Estrada do Arroz, transformando relações e possibilitando organização e reorganização dos moradores enquanto grupo organizado politicamente. Mudanças que também leva os moradores à adotarem comportamentos estratégicos de resistência, face às transformações em sua vida.

Palavras-chaves: Empreendimento. Moradores. Empresa Suzano e formas organizativas.

ABSTRACT

This paper analyzes the changes and interference occurred in lifestyles of the residents who live on the banks of the so called "Road of Rice" in the city of Imperatriz-MA, through the implementation of large projects set up in the agribusiness and agro-industry. Changes which have intensified in two moments that take on the timeframe of the study: first, the moment of the institution of the Land Law No. 2,979, of July 17, 1969, created by the then governor of the state of Maranhão, José Sarney; and the second phase comprising the implementation of the Great Carajás - PGC from 1985. Factors that contributed directly and indirectly in the lives of residents of Rice Road, transforming relationships and enabling organization and reorganization of the residents as an organized group politically. Changes that also takes residents to adopt strategic behavior of resistance, given the changes in your life.

Keywords: Resort. Residents. Suzano and organizational forms now.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: As primeiras impressões sobre o tema	16
1.1 Construção do objeto	28
CAPÍTULO 2: O arroz como elemento identitário e como condição da existência social.....	32
2.1 A Estrada do Arroz como objeto de análise: visitando as interpretações.....	47
CAPÍTULO 3: Projetos desenvolvimentistas	52
3.1 O mercado de terras e a estrada do arroz.....	63
3.2 Política de resignação, estratégia de dominação e memória coletiva da resistência	67
3.3 Formas Organizativas: Disputas na representação política	72
CAPÍTULO 4: Mapeamento social da estrada do arroz	83
4.1 Estratégias e mobilizações: formas cotidianas de resistência.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
BIBLIOGRAFIA	111
ANEXO.....	116

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma reflexão sobre as transformações e interferências ocorridas nos modos de vida das famílias que residem na denominada Estrada do Arroz, situadas na Rodovia MA-125, com 71 quilômetros, ligando os municípios de Imperatriz e Cidelândia, no estado do Maranhão, em decorrência da instalação da fábrica de produção de celulose da empresa Suzano Papel e Celulose.

O estudo foi desenvolvido a partir de uma retomada dos processos ocorridos na denominada região tocantina, vinculados aos projetos desenvolvimentistas propostos pelo Governo Federal a essa região que, nas últimas décadas, tornou-se um grande centro industrial e abastecedor ligados à indústria, pecuária e agricultura.

A Estrada do Arroz era de chão e piçarra, com muita lama e buracos, o que trazia vários transtornos aos seus moradores, devido à dificuldade de locomoção. Situação que só veio a melhorar com o início da pavimentação da estrada¹. Às suas margens se encontram os povoados de Esperantina I e II, Nova Bacaba, São José da Matança, Olho D'água dos Martins, Coquelândia, São Félix e Petrolina. A Rodovia MA-125 passou a ser conhecida como Estrada do Arroz devido a grande produção de arroz nas décadas de 60 e 70 do século XX. Essa produção começou a declinar a partir dos anos de 1980, devido aos investimentos econômicos na região, consubstanciados no agronegócio e na agroindústria.

Para efeito dessa exposição estruturamos o trabalho da seguinte forma, sendo o primeiro capítulo a introdução do trabalho, em que faz um breve comentário sobre a estrutura do trabalho; o segundo capítulo está intitulado como: **As primeiras impressões sobre o tema**, em que trata do campo de pesquisa, como foram realizados os primeiros contatos com o campo, as primeiras observações e relações com os moradores da Estrada do Arroz. Mostra como ocorreu o interesse pelo objeto de estudo.

O terceiro capítulo ficou com o título **O arroz como elemento identitário e como condição da existência social**, no qual abordamos a história da Estrada do Arroz, explicando sua formação e desenvolvimento, assim como as transformações ocorridas nos comportamentos dos moradores. Como se processou a chegada dos primeiros moradores e como se organizaram inicialmente, apontar o cotidiano dos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco. Este capítulo indica, ainda, quais foram os problemas ocasionados pelos

¹ A pavimentação Rodovia MA-125, a Estrada do Arroz, ligando o município de Imperatriz a Cidelândia, teve início no ano de 2015 com prazo de final para a entrega março de 2016. Além da pavimentação, consta no projeto a construção de 11 pontes. Até o início de fevereiro de 2016, de acordo com Daniel Conceição Nascimento, morador de São José da Matança, faltava apenas a conclusão das pontes para o término das obras.

grandes empreendimentos.

O título **A Estrada do Arroz como objeto de análise: visitando as interpretações**, trata do quarto capítulo, que discute algumas bibliografias que tratam de questões teóricas e historiográficas da Estrada do Arroz. Neste são discutidos as impressões e as compreensões dos autores mostrando os destaques dados por esses autores à Estrada do Arroz.

Já o quinto capítulo intitulado como **projetos desenvolvimentistas: interferências e transformações no modo de vida dos moradores** mostra como os projetos desenvolvimentistas como o Programa Grande Carajás interferiram na vida dos moradores da Estrada do Arroz. Os tipos de impactos causados aos moradores e ao meio ambiente, principalmente, após a instalação da fábrica da Suzano que, através de suas ações têm levado muitos moradores a se reorganizarem social e politicamente. Trata, ainda, de como se instalou um mercado de terras, em que os moradores foram perdendo o acesso a terra.

O sexto capítulo, intitulado como **Mapeamento Social da Estrada do Arroz**, aborda as formas de organização estratégicas e de resistência dos moradores diante das ameaças e transformações ocorridas nas vidas dos moradores, como acontecem as mobilizações e de que forma as instituições ajudam os moradores nas reivindicações de seus direitos.

Portanto, o presente trabalho apresenta não só a história da Estrada do Arroz, mas também as formas como as relações de poder são construídas e organizadas. Apresenta, ainda, as lutas de moradores das “unidades sociais” e das quebradeiras de coco para garantir sua produção e reprodução econômica e cultural, assim como os trabalhadores da agricultura familiar, em que, mesmo sem terra, continuam praticando a agricultura. Mas, o trabalho analisa, principalmente, as formas organizativas de resistência, a partir de estratégias dos moradores.

CAPÍTULO 1: As primeiras impressões sobre o tema

O presente trabalho analisa as transformações e interferências ocorridas nos modos de vida dos moradores², que residem às margens da denominada Estrada do Arroz, no município de Imperatriz-MA, mediante a implantação de grandes empreendimentos configurados no agronegócio e na agroindústria. Transformações que se intensificaram em dois momentos que assumem o marco temporal da pesquisa: primeiramente, o momento da instituição da Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969, conhecida por “Lei Sarney de Terras”; e o segundo momento que compreende a implantação do Programa Grande Carajás – PGC, a partir de 1985 e seus desdobramentos em tempos contemporâneos.

Para refletir sobre a dinâmica da Estrada do Arroz faz-se necessário pensar a denominada região tocantina³, considerando que os processos aqui analisados estão vinculados aos projetos desenvolvimentistas propostos a essa região como um todo, em especial, ao município de Imperatriz-MA, que, nas últimas décadas, tornou-se um grande centro industrial e abastecedor ligado à indústria, pecuária e agricultura. Segundo dados oficiais, hoje é o segundo município maranhense com maior número de habitantes, perdendo apenas para a capital São Luís, com uma população de 250.063 e área de 1367,901 km² (IBGE, 2012).

A Estrada do Arroz é uma estrada de chão e piçarra que se encontra localizada na Rodovia – MA 125, com 71 quilômetros, ligando os municípios de Imperatriz e Cidelândia no Maranhão. Às suas margens se encontram os povoados – que tratarei aqui como “unidade social”⁴ – de Esperantina I e II, Nova Bacaba⁵, São José da Matança, Olho D’água dos

² Por melhor se adequar às discussões, utilizarei a categoria *morador* para me referir aos homens e mulheres que habitam os denominados *povoados* localizados na Estrada do Arroz, visto que estes homens e mulheres assumem posições e identidades diferentes dentro do espaço social e físico do lugar (BOURDIEU, 2012). Assim, o *lugar* povoado é um espaço fixo aonde as relações são construídas mediante o efeito do lugar, em que “A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social” (BOURDIEU, 2012, p. 160).

³ A região tocantina abrange municípios do Pará, Tocantins e Maranhão, sendo que no Maranhão são 25 municípios.

⁴ Gaioso (2014) fazendo referência à construção teórica de Fernandes (1973), os termos como *comunidade* e *sociedade* são traduzidos e analisados “como tipos ideais para o qual relações comunitárias estão para comunidade assim como relações associativas estão para sociedade. Entretanto, devemos ter o cuidado para não correremos o risco de cristalizar esses conceitos como tipologias. Utilizar esses conceitos como relações sociais - para Weber, relações comunitárias e relações associativas são formas de relações sociais que podem ser encontradas em diferentes unidades sociais ou numa mesma unidade social, traz uma fluidez para o esquema intelectual weberiano possibilitando perceber como na prática esses arranjos se dão” (GAIOSO, 2014, p. 247). Dessa forma, essas unidades sociais apresentam magnitudes diversas: como instituições e grupos sociais, camadas sociais e sistemas sociais globais. Partindo dessa análise, o uso do conceito *Unidade social* em substituição a *Povoado*, que se encontram ao longo da Estrada do Arroz é justificado pelas definições dos moradores sobre as localidades em que moram. Durante as pesquisas de campo pude perceber nas falas dos

Martins, Coquelândia, São Félix e Petrolina. Estes se encontram numa região que vem sofrendo várias transformações não apenas pela Lei Sarney ou implantação do PGC, mas por toda conjuntura criada, a partir de 1950 com os incentivos desenvolvimentistas do Governo Federal.

A Rodovia MA-125 passou a ser conhecida como Estrada do Arroz, devido a grande produção de arroz, principalmente nas décadas de 60 e 70 do século passado, com produção que abastecia cidades e estados vizinho. Produção de arroz que começou a sofrer decadência nas décadas seguintes, devido a um conjunto de fatores de ordem estrutural e conjuntural como explica Mesquita (2011a).

A política de desenvolvimento aplicada na Amazônia brasileira⁶ pelo governo na tentativa de inserir a região ao contexto econômico e social brasileiro atraiu grande capital (MESQUITA, 2011b). Os investimentos na região amazônica, na qual se encontra parte do Estado do Maranhão, foi responsável por enormes transformações econômicas e sociais, mediante objetivos de atingir racionalmente a exploração dos recursos disponíveis de acordo com o princípio moderno industrial capitalista.

O Maranhão passa a ser inserido no processo de planejamento governamental de desenvolvimento, numa política de valorização em que o Estado brasileiro havia proposto para incentivar o crescimento econômico, como explica Barbosa.

A partir de 1950 o Maranhão torna-se centro de um processo mais geral de abertura de frentes de expansão agrícola - ocupação privada das terras por empresários e pecuaristas e especuladores que avançavam sob as terras já trabalhadas pelos camponeses. Esse processo desencadeou diversos conflitos (roça x gado) que ao se politizar culminou com a formalização legal e não mais o trabalho incorporado a terra (BARBOSA; ALMEIDA, 2014, p. 2).

entrevistados o uso das categorias *Povoado* e *Comunidade* para falar do local que residiam. Foram questionados sobre a diferença e a compreensão dos mesmos, sobre *Povoado e Comunidade*. A partir das explicações dos moradores a categoria *Povoado* é utilizado quando os entrevistados se referiam ao espaço físico da “unidade social” como um todo, sendo percebido de modo genérico do lugar, no qual delimitava o espaço em que moram. Já a categoria de *comunidade* se apresenta quando os entrevistados se referem às suas organizações políticas de agricultores e quebradeiras de coco ligados aos sindicatos, associações, conselhos, grupos de mulheres. Portanto, *Comunidade* para os moradores é uma forma organizativa que representa e identifica os moradores enquanto categoria social, enquanto que *Povoado* é uma referência geográfica, de localização do lugar que vivem.

⁵ A Nova Bacaba é uma “unidade social” originada a partir de um processo de deslocamento, pelo qual os moradores da Bacaba, também chamada pelos moradores de Antiga Bacaba foram deslocados para essa nova área. Deslocamento proposto pela empresa Suzano S.A, pois a Antiga Bacaba se localizava nas proximidades de onde foi construída a fábrica, sendo por isso, considerada, pelos técnicos da empresa, como área de risco.

⁶ A Amazônia legal, segundo Mesquita (2011b, p. 65), “enquanto jurisdição político-administrativa é idealizada e formalizada pelo Governo Federal ainda da década de 1950 (lei nº 1.806, de 06/01/1953) com o objetivo de melhor intervir na região. Especialmente, ela cobre uma área bastante extensa do território nacional (cerca de 60%) e compõe-se dos estados da região Norte mais o Mato Grosso e parte do Maranhão. Desde a criação, nos anos 1960, essa área para efeito de distribuição de incentivos fiscais e da condução da política de desenvolvimento regional esteve sob a jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, hoje Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA.

O incentivo ao crescimento econômico, proposto pelo Governo Federal, abrangia as regiões que estivessem desarticuladas com a economia do centro-sul, na qual o Nordeste, também, estava inserido. Estímulos que foram iniciados em 1959, com a criação da Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que tinha como objetivo desenvolver o Nordeste com medidas capazes de diminuir as desigualdades sociais e econômicas entre as regiões. Planejamento que teve como sustentáculo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL⁷, cujo objetivo era o desenvolvimento econômico da região latino-americana através de contribuições e assessoria.

Esses investimentos estão ligados principalmente à obtenção de terras⁸ para a monocultura de eucaliptos, pecuária, sojicultura, plantio de dendê, exploração de madeira. Isto vem causando um aumento dos preços das *commodities* e da devastação⁹ de florestas e recursos naturais na Amazônia Legal (ALMEIDA, 2005). Política econômica que proporciona consequências como “o aumento da vulnerabilidade e o crescimento da exclusão social, registrados nas estatísticas governamentais, [...] além de contribuir para reduzir área antes destinada à produção familiar e ao extrativismo” (MESQUITA, 2011b, p. 50).

São iniciativas que afetam diretamente áreas até então pertencentes a grupos que se autodenominam *pequenos agricultores, extrativistas, pescadores*, e todos aqueles que dependem dos recursos naturais para a sua manutenção física e sociocultural. São situações que refletem diretamente na posse de seus territórios¹⁰, pois se encontram cada vez mais reduzidos em favor dos grandes empreendimentos (MESQUITA, 2011a). Estas iniciativas empresariais estão presentes na Estrada do Arroz, transformando os modos de vida, costumes

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, incorporando posteriormente o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

⁸ De acordo com Almeida (2008), quando falamos de terra, estamos falando de recursos naturais como recursos hídricos, solo, floresta e subsolo. Quando falamos de território o sentido apreendido vai além do geográfico e físico, aciona a identidade coletiva, assim como o de territorialização trabalhado por João Pacheco de Oliveira, que será descrito no decorrer da dissertação.

⁹ A devastação da floresta amazônica está relacionada à degradação provocada pelo corte ilegal de árvores, queimadas ilegais, tráfico de fauna e flora, mas de todos estes, o desmatamento é um dos principais problemas ambientais do mundo atual, em função de sua grande importância para o meio ambiente. Devastação responsável pela extinção de espécies vegetais e animais, trazendo danos irreparáveis para o ecossistema amazônico. Assim, “o Brasil perdeu uma média de 2,6 milhões de hectares de florestas por ano nos últimos 10 anos, comparado com uma perda anual de 2,9 milhões de hectares anuais na década de 90; na Indonésia as perdas foram de 500 mil hectares no período de 2000-2010 e de 1,9 milhão de hectares no período de 1990-2000” (FAO, 2010 apud REYDON, 2011, p. 144).

¹⁰ No entendimento sobre território e sua importância para as comunidades tradicionais, que muitas vezes também é tratado como Territórios Tradicionais, a Constituição Brasileira, através do Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, em seu art. 3º, inciso I, o define como: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente.

e cotidiano de seus moradores, situação esta que se estende por outras regiões como observa-se abaixo:

Agora a lógica empresarial de destruição de florestas e palmeiras para ceder lugar às pastagens e ao plantio de soja é concomitante e aparece combinada com a intensificação da extração ilegal de madeiras, com a disseminação de plantações de eucalipto e a produção ilegal de carvão vegetal, evidenciando a amplitude desta devastação pela região ecológica do babaçu, principalmente nos vales úmidos do Tocantins, do Mearim, do Itapecuru-Mirim e também no vale do Parnaíba (ALMEIDA, 2005, p. 34).

O interesse pela escolha da Estrada do Arroz como campo de estudo, me permitiu perceber as transformações responsáveis por interferências nos modos de vida dos moradores. Mudanças impulsionadas por um modelo de desenvolvimento que privilegiou grandes projetos com seus complexos agroindustriais, exigindo novos arranjos sócio-espaciais e de relações de trabalho (BARBOSA, 2012).

O estudo das transformações a partir dos “grandes projetos” no oeste maranhense, responsáveis pelas interferências no modo de vida dos moradores da Estrada do Arroz me levaram a estudar suas “unidades sociais”. A compreensão histórica e social da Estrada do Arroz, assim como suas relações dentro ou fora das “unidades sociais”, não podia ser explicada apenas com o estudo de uma ou duas “unidades sociais”. Para um entendimento satisfatório foi preciso percorrer a estrada por completo, conhecendo as realidades e relações desenvolvidas pelos moradores ao longo dos anos.

O olhar voltado para o passado da Estrada do Arroz possibilitou a sua compreensão no presente, pois através da história da região foram verificadas as ações políticas e sociais responsáveis pelas transformações. Por isso, é necessário que se tenha testemunhos dos fatos ocorridos no passado. Assim, os acontecimentos estarão se tornando parte da memória dos moradores da Estrada do Arroz, como explica Halbwachs (1990). Dessa forma, a busca pelas informações presentes nas memórias dos moradores serve “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 1990, p. 29).

Esta decisão tornou o trabalho dissertativo mais árduo e complexo, pois aumentou os obstáculos durante a pesquisa de campo, principalmente pela distância entre o campo de pesquisa e minha residência, em Caxias-MA. Sendo a distância de aproximadamente 674 quilômetros até Imperatriz-MA, tendo como rota a BR 316 e a MA 222. Mas, como explica Bourdieu (2012), deve haver um grande comprometimento com a pesquisa, não é só o tempo a ser dedicado, mas também a compreensão que o desenvolvimento da atividade de pesquisa

exige uma racionalidade. Procurei aproveitar ao máximo minhas idas ao campo e ao tempo dedicado à pesquisa, levando-o a um aproveitamento maior de meus esforços devido a distância em que se encontrava o campo de pesquisa.

Houve outros “obstáculos epistemológicos” como, a “experiência primeira” (BACHELARD, 1996) e os cuidados com a relação social entre pesquisador e pesquisado (BOURDIEU, 2012). A relação social mantida por mim como pesquisador diante dos pesquisados sempre foi de construir uma relação sólida, baseada na confiança, visto que numa relação de pesquisa, na qual está envolvido o método da entrevista, o pesquisador deve, antes de tudo, analisar os efeitos que ela pode produzir, compreendendo suas limitações.

A pesquisa deve ser construída de forma sólida para que os dados coletados sejam uma verdadeira *evidence*¹¹, pois a relação de pesquisa que envolve entrevista exige do pesquisador, antes de tudo, analisar os efeitos que ela pode produzir. Por isso, o pesquisador deve refletir sobre os dados adquiridos no campo, é fazer uma reflexividade reflexiva, como explica Bourdieu (2012):

É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras (BOURDIEU, 2012, p. 695).

Portanto, meu compromisso foi analisar e compreender de forma reflexiva as transformações que levaram uma estrada conhecida pelo tempo áureo do arroz, numa estrada com cenário atual completamente diferente. As antigas paisagens de plantações do arroz deram lugar, inicialmente, a pastos e nos dias atuais a grandes extensos de plantações de eucaliptos. Mudanças que afetaram diretamente o modo de vida dos moradores da Estrada do Arroz, cujas narrativas relatam que não existe mais uma Estrada do Arroz, mas sim uma Estrada do Eucalipto, como informou a entrevistada Maria Querobina da Silva Neta¹².

¹¹ Bourdieu faz uma crítica sobre a construção de dados durante uma pesquisa, em que em função de certa construção do objeto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc se impõe. Mais precisamente, é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxônicos, como *evidence* (2010, p. 24).

¹² Maria Querobina da Silva Neta mora no assentamento de Vila Conceição, próximo à Estrada do Arroz. É uma liderança política da região que se autoidentifica como agricultora familiar, quebradeira de coco e trabalhadora rural. Faz parte do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, sócia do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural de Imperatriz - CENTRU e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz - STTRI.

A Suzano papel e celulose tomou conta de tudo, as pessoas não tem mais terra pra desenvolver a agricultura familiar, criar seus bichos, tomou conta de tudo, a região toda tá tomada de eucalipto. A Estrada do Arroz não tem mais, a gente pode dizer que agora é a Estrada do Eucalipto, por a gente não ver outra coisa, só eucalipto, é um desespero isso [...] (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

As constatações sobre as mudanças e interferências nos modos de vidas dos moradores da Estrada do Arroz, a partir da concentração de terras nas mãos de fazendeiros e depois com grandes empreendimentos como a CELMAR S.A, indústria de celulose e papel e atualmente com a empresa Suzano papel e celulose, ocorreu durante pesquisas realizadas na região. Foram pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia – Universidade Estadual do Maranhão – GESEA-UEMA, juntamente com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA nos anos de 2007 e 2008. Trabalho que ajudou a compreender as lutas, estratégias e reivindicações dos pesquisados, assim como as formações de organizações políticas frente às dificuldades para manutenção, produção e reprodução econômica e sociocultural dos grupos sociais pesquisados.

As pesquisas foram realizadas nas regiões de Imperatriz e Médio Mearim¹³ no Maranhão e Bico do Papagaio¹⁴ no Tocantins, oportunidade em que aconteceram os primeiros contatos com a Estrada do Arroz. Esta logo se mostrou um rico campo de pesquisa em virtude dos impactos e resistências diante das mudanças e interferências promovidas pelas ações do agronegócio e industriais.

Almeida (2005) tem classificado como processos predatórios os efeitos que envolvem, entre outros danos socioambientais, devastação, exploração do coco inteiro¹⁵ para a produção de carvão destinado às empresas siderúrgicas, limitando o acesso aos babaquais e às terras para o desenvolvimento da agricultura. São fatores que mostram uma série de relações envolvendo os moradores da Estrada do Arroz, pressionados pelas mudanças

¹³ Conforme os critérios de di-visão geográfica oficiais, a microrregião do Médio Mearim é uma das microrregiões do estado brasileiro do Maranhão pertencente à mesorregião. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 679.988 habitantes e está dividida em 20 municípios sendo a maior cidade dessa região. Possui uma área total de 10.705,261km².

¹⁴ A microrregião do Bico do Papagaio é uma das microrregiões do estado do Tocantins pertencente à mesorregião Ocidental do Tocantins. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 198.388 habitantes e está dividida em 25 municípios, com área de 15768 km².

¹⁵ A exploração do carvão do coco inteiro tem sido uma alternativa para empresas e siderúrgicas, principalmente as que se encontram no Maranhão e Pará. Isto ocorre em virtude da escassez do carvão produzido a partir da madeira, pois a abundância do coco babaçu na região tocantina proporcionou uma fonte complementar nos abastecimentos dessas empresas e siderúrgicas. Esta situação é motivo de conflitos entre as quebradeiras de coco e os agentes que são responsáveis pela produção do carvão a partir do coco inteiro, onde de forma individual ou coletiva através de organizações e representações políticas, as quebradeiras de coco lutam para defender o seu bem mais precioso, os babaquais. Isto acontece porque a produção do carvão é feita com o coco do babaçu inteiro, o que compromete e impossibilita as quebradeiras extrair a sua amêndoa, interferindo em suas práticas cotidianas, que vão além do quebrar o coco.

ocorridas em seu meio, sejam elas, econômicas, políticas ou sociais. Exemplo disso são as interferências que ocorreram nos modos de vidas dos moradores dos povoados e nas suas identidades coletivas, a partir da instalação da empresa Suzano.

Durante as pesquisas de campo fiquei com a incumbência do georreferenciamento¹⁶ e registros fotográficos das áreas e situações que envolviam os locais de conflitos. Os pontos seriam para a construção do mapa situacional, que seria construído junto às comunidades tradicionais. Neste caso, em especial, com as quebradeiras de coco, que naquele momento, vinham enfrentando vários problemas. Destacando-se, principalmente, o impedimento ao acesso aos babaquais e a queima do coco inteiro para a produção de carvão vegetal destinado às siderúrgicas da região.

Além das pesquisas com as quebradeiras de coco, participei de outros trabalhos de campo junto ao GESEA - UEMA e ao PNCSA¹⁷, que permitiram um contato com diferentes realidades vivenciadas por comunidades tradicionais, como quilombolas, pescadores e indígenas¹⁸. Esta relação de pesquisador/pesquisado, na qual tem como objetos de estudos as situações de conflitos dessas comunidades, me possibilitaram o conhecimento de diferentes organizações sociais, políticas, religiosas e culturais, percebendo e procurando compreender a “realidade social” (BOURDIEU, 2005) desses grupos.

Os estudos realizados nos grupos de estudos do GESEA e PNCSA me permitiram adquirir um pensamento crítico, construído teoricamente por meio de leituras desenvolvidas como Bourdieu (2005, 2010, 2011, 2012), Almeida (2005, 2006, 2008, 2011), Foucault (2002, 2005 e 2012), Weber (2001), Bachelard (1996), Barth (2000), Geertz (1989 e 2001),

¹⁶ Georreferenciamento: “geo” significa terra e referenciar tomar como ponto de referência, localizar, situar. Georreferenciar é situar o imóvel ou algo no globo terrestre, é estabelecer um “endereço” na Terra, podendo definir a sua forma, dimensão e localização, através de métodos de levantamento topográfico, descrevendo os limites, características e confrontações do mesmo. Trabalho feito com o equipamento GPS (global Positioning system) que é na atualidade o instrumento mais eficiente para a coleta de informações espacializadas pontuais, lineares e poligonais. O trabalho com a Cartografia Social, visa o estudo das relações.

¹⁷ O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, desenvolve o projeto “MAPEAMENTO SOCIAL COMO GESTÃO TERRITORIAL CONTRA O DESMATAMENTO E A DEVASTAÇÃO: Processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais”, que visa fortalecer as formas nativas de uso dos recursos naturais, buscando aprimorá-las e torná-las mais eficazes, sendo realizado um mapeamento social, elaborado em conjunto, por pesquisadores acadêmicos e membros de associações comunitárias.

¹⁸ Participação como pesquisador que resultaram em publicações de fascículos como: Os quilombolas dos municípios de Caxias, Matões, São João do Sóter (2006) e Coelho Neto (2007), Mulheres quebradeiras na defesa do babaçu contra as carvoarias no Médio Mearim (2009), Quilombolas, agricultores, pescadores e quebradeiras de coco no Território de Formoso no município de Penalva (2010), Terra indígena Pindaré em Bom Jardim (2014), Devastação e desmatamento em comunidades quilombolas no Maranhão (2014); e Boletins Informativos como Guerra do Carvão (2014), todos no estado do Maranhão. Publicações do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenadas pelas professoras Arydimar Vasconcelos Gaioso, Helciane de Fátima Abreu Araujo, Davi Pereira Júnior e Cynthia Carvalho Martins, com organização e coordenação geral do professor antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Scott (2002). São leituras que contribuem com discussões que envolvem temáticas ligadas à cultura, política, religião, sociedade e economia, no sentido de discutir e compreender as realidades vivenciadas pelos mais diversos grupos sociais. Também tive acesso à literatura que interpreta a realidade de grupos camponeses, povos e comunidades tradicionais na Amazônia e, especialmente, no Maranhão, como Araujo (2010 e 2013), Gaiosio (2014) e Mesquita (2011a e 2011b) bem como uma literatura produzida no âmbito de outros campos de conhecimento, como no jornalismo, o que me ajudou a perceber que a realidade da Estrada do Arroz não é objeto exclusivo de interesse do campo acadêmico.

Esses estudos me ajudaram a compreender a temática e a importância da pesquisa e do pesquisador, as relações que estavam envolvidas. A entender o porquê dos comportamentos e das ações dos envolvidos numa pesquisa, assim como os discursos presentes nas relações. São situações que diante da pesquisa de campo e das situações de conflitos e ameaças sofridas pelos agentes sociais, exigem uma reflexão e uma postura. Além das pesquisas de campo, os debates, encontros e seminários me ajudaram a adquirir uma visão crítica das relações sociais, permitindo desenvolver um pensamento crítico em torno das realidades sociais.

Dessa forma, essas pesquisas me proporcionaram adquirir conhecimentos e experiências que ajudaram na compreensão e interpretação do “mundo social” (BOURDIEU, 2005) dos moradores da Estrada do Arroz. Foram análises e reflexões que me permitiram adentrar e participar de discussões, em sua maioria, realizadas de forma histórica ou quantitativas, observadas apenas pelos eventos históricos e dados estatísticos. Esse trabalho dissertativo compreende a importância da História e da economia para explicar as transformações e interferências nas vidas dos moradores da Estrada do Arroz, mas, também, compreende a importância das interpretações sociológicas e antropológicas nas transformações vivenciadas por uma sociedade.

A pesquisa de campo realizada na Estrada do Arroz apresentou uma dinâmica nas realidades e vivências de seus moradores, não se encontravam estáticos diante dos interesses e ações empresariais. Ações que exigiram dos moradores posicionamentos e atuações capazes de enfrentar o poder do capital (BARBOSA, 2012), podendo assumir múltiplas identidades como explica Hall (2001)¹⁹, durante os embates de interesses. Estas circunstâncias de

¹⁹ As mudanças que os moradores da Estrada do Arroz vêm enfrentado nas últimas décadas, os têm levado a assumir múltiplas identidades, sendo as mais acionadas *agricultor, quebradeira de coco, e trabalhador rural*, identidades que, por vezes, se confundem com os papéis sociais, como *comerciantes, agentes de saúde, professores*. A identidade não é mais única e fechada, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno [...]”

enfrentamento e de desconfiança diante das incertezas trazidas pelas interferências dos grandes empreendimentos, causadoras de mudanças nos modos de vida dos moradores, os levaram a se mobilizar, criando “unidades de mobilizações²⁰” (ALMEIDA, 2006).

As “unidades de mobilização” dos moradores da Estrada do Arroz são movimentos que representaram e ainda representam atuações e estratégias para enfrentar as ações empresariais, inicialmente, de grupos dos denominados fazendeiros, posteriormente, da empresa CELMAR e, atualmente, com a empresa Suzano S.A. São mobilizações que buscam garantir direitos e um bem-estar²¹, de forma a minimizar as interferências em seus modos de vida. As mobilizações e organizações políticas dos moradores estão presentes nos embates político-ideológicos, pautadas em suas realidades. Criam mecanismos aglutinadores capazes de lhes representarem, como as criações de associações, sindicatos, fórum e conselhos, sendo estes os dispositivos²² (FOUCAULT, 2002), (ALMEIDA, 2011) utilizados para lutar e dialogar no campo político e de poder.

As relações de poder se revelam de diversas maneiras e lugares, por isso segundo Foucault (1979) o importante é perceber o poder enquanto prática social e analisar suas formas de manifestações, para só assim ter a percepção desses mecanismos que envolvem as relações de poder, pois Michel Foucault afirma que o exercício do poder pode:

Perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre

(HALL, 2001, p. 07). São situações que modificam a dinâmica e a organização social que estavam condicionados, por isso são obrigados a assumirem a identidade que melhor se ajustar às suas necessidades do momento. Isso lhe permite, além de novas identidades, assumir posições políticas capazes de atender suas reivindicações.

²⁰ Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2006) “unidade de mobilização” se configura nas ações coletivas para enfrentar as dificuldades e ameaças causadas por interferências empresariais ou governamentais. Os movimentos sociais como “unidades de mobilização” abrangem fatores étnicos, de gênero e de autodefinição coletiva e, de acordo com o autor, referem-se “à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infra-estrutura que requerem deslocamentos compulsórios” (ALMEIDA, 2006, p. 25).

²¹ O Estado através de seus poderes deve garantir e assegurar a uma sociedade o conforto e o bem-estar para todos, pois a Constituição brasileira garante direitos e deveres tanto do Estado, quanto dos cidadãos. Segundo Norberto Bobbio (2005, p. 11) “o homem, todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independentemente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade”.

²² O dispositivo de Michael Foucault (2002) ajuda a compreender os mecanismos de organização política escolhidos pelos moradores da Estrada do Arroz nas lutas contras as adversidades surgidas em seus meios, pois essas mobilizações são além de criar uma organização é uma ferramenta que apresenta estratégias e resistências. Isto os torna sujeitos mais auto-reflexivos, autônomos e críticos, pois “O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando, sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam” (FOUCAULT, 2002, p. 246).

o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Enquanto os moradores criam estratégias para resistirem às interferências provocadas pelas “novas estratégias empresariais”²³ (ALMEIDA, 2005), os empresários buscam táticas que “privilegiam o mercado de commodities” (ALMEIDA, 2005, p. 47). São estratégias que visam, de um lado, atingir as metas propostas pelo plano de ação empresarial, mirando sempre o lucro e a hegemonia econômica, do outro, encontram-se os moradores das “unidades sociais” lutando para garantir o mínimo de qualidade de vida, como direito à moradia, acesso aos recursos naturais, segurança e bem-estar para suas famílias.

Minhas idas a campo começaram a acontecer mesmo antes da Estrada do Arroz se tornar meu campo de pesquisa, quando eu fazia parte dos pesquisadores que estavam trabalhando no Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. Pesquisa coordenada e realizada pelos pesquisadores dos PNCSA e GESEA.

Os trabalhos de campos realizados diretamente na Estrada do Arroz foram em fevereiro de 2013, setembro de 2014 e junho de 2015. Aconteceram outros momentos que me permitiram está no campo de pesquisa, como o projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação, realizados nos anos de 2013 e 2014. Foram trabalhos de campo que me permitiu ter contato com os moradores, onde aproveitei para me informar sobre a estrada e seus moradores por meio de entrevistas e conversas. Esses momentos foram encontros, reuniões, oficinas e seminários promovidos pelo GESEA e PNCSA realizados em Imperatriz, Santa Inês, São Luís e mais recentemente em Teresina no Piauí, dos quais fizeram parte alguns moradores da estrada, representando comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco e os moradores de forma geral.

Essas circunstâncias permitiram levantar informações sobre a Estrada do Arroz e seus moradores, como a história e formação da Estrada do Arroz, a chegada dos primeiros moradores e fazendeiros, instalação de grandes empreendimentos como CELMAR e Suzano. Foram idas a campo que possibilitou adquirir dados consistentes que ajudou a responder

²³ Sobre a utilização do termo “nova estratégia empresarial”, Alfredo Wagner B. de Almeida comenta que esta utilização se refere a “um amplo conjunto de decisões na implementação de projetos econômicos, que contrastam com aquelas anteriormente adotadas envolvendo inovações tecnológicas e ‘novas’ relações de trabalho e relação com a natureza. Em princípio pode-se afirmar, pois, que tais estratégias se distinguem daquela da expansão pecuária na Amazônia nos anos 1970-80, que funcionava como mecanismo para manter a terra como reserva de valor [...]” (ALMEIDA, 2005, p. 35).

questionamentos e dúvidas que surgiram ao longo da pesquisa (BACHELARD, 1996). Foram informações que deram consistência na confecção desse trabalho de pesquisa, visando a coerência para que a pesquisa não apresentasse superficialidade e fragilidade em suas informações (BACHELARD, 1996).

O trabalho de campo visando à investigação e compreensão a partir das informações exigiu como explica Bourdieu (2012), uma “reflexividade reflexiva” e um olhar sociológico capaz de compreender e interpretar os fatos e relações desenvolvidas na Estrada do Arroz. Esse exercício metodológico de investigação através de coleta de dados, análise e sistematização do material me permitiu, assim como a Bourdieu (2012, p. 694), “perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura na qual ela se realiza”.

Foi por meio dos dados coletados que realizei minhas reflexões acerca do campo e do objeto de pesquisa, respeitando as relações sociais estabelecidas entre pesquisador e pesquisado, tomando cuidado para não cometer “violência simbólica” (BOURDIEU, 2010). Estes posicionamentos, enquanto pesquisador fizeram-se necessários para que não acontecesse nenhum imprevisto que viesse a comprometer as análises, reflexões e conclusões da dissertação, pois, ainda segundo o raciocínio de Bourdieu (2012):

A relação de pesquisa se distingue da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas: acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode somente confiar na boa vontade, porque todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. Estas distorções devem ser reconhecidas e dominadas; e isso na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem a aplicação de um método ou a colocação em prática de uma reflexão teórica (BOURDIEU, 2012, p. 694).

Minha posição, enquanto pesquisador, diante dos entrevistados foi cuidadosa, visto que, tinha consciência de que uma ação ou mesmo uma pergunta mal formulada (BACHELARD, 1996) poderia dificultar o andamento dos trabalhos. Busquei ficar atento aos discursos e posicionamentos dos moradores diante das entrevistas e conversas, pois nem sempre o que se quer ouvir pode ser dito. É preciso compreender e conhecer o discurso do dito e do não dito, pois "Para compreender o que pode ser dito e, sobretudo, o que não pode ser dito no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos interlocutores - é

preciso saber quem é excluído e quem se exclui. A censura mais radical é a ausência" (BOURDIEU, 2010, p. 55).

O dito e o não dito nos discursos dos moradores da Estrada do Arroz contribuíram na compreensão das relações sociais, pois o que é dito e o que se encontra no discurso está vinculado à memória discursiva. O não dito, mesmo não sendo discursado, fica subentendido e compreendido, mas sabendo que não é tudo aquilo que não foi dito que importa em uma análise, mas sim “só o não dito relevante”, como explica Eni Orlandi (2000, p. 83). Por isso, o dito e o não dito se apresentam de formas estratégicas, pois os discursos revelam interesses e posicionamentos. São estratégias que segundo Bourdieu (2010) são assumidas no discurso, pois:

As estratégias discursivas dos diferentes atores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objetividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo veredicto 'neutro', lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam. [...] O que resulta de todas estas relações objetivas, são relações de força simbólicas que se manifestam na interação em forma de estratégias retóricas: estas relações objetivas determinam no essencial quem pode cortar a palavra, interrogar, responder fora do que foi perguntado, devolver questões, falar longamente sem ser interrompido ou passar por cima das interrupções etc; quem está condenado a estratégias de denegação (interesses, estratégias interessadas, etc; a recusas de respostas rituais, a formas estereotipadas etc;. Seria preciso ir mais longe, e mostrar como é que a apreensão das estruturas objetivas permite explicar o pormenor dos discursos e das estratégias retóricas, das cumplicidades ou dos antagonismos, dos 'golpes' desferidos e bem sucedidos, etc, em resumo tudo o que a análise do discurso julga que pode compreender a partir unicamente dos discursos (BOUDIEU, 2010, p. 56).

A atenção desprendida por mim no cuidado e manuseio dos documentos, principalmente, das entrevistas, visou compreender os discursos dos entrevistados diante das transformações a partir das interferências de grupos de fazendeiros e empresas ao longo de suas trajetórias. As informações obtidas a partir de entrevistas foram tratadas com rigor e cautela, evitando-se as armadilhas da “falsa impressão” e do “senso comum” (BACHELARD, 1996). Prudência que possibilitou o aprofundamento do conhecimento das relações que permeiam entre moradores, agronegócio e indústria, assim como os procedimentos metodológicos e estratégicos adotados por cada um diante dos interesses que estão em jogo.

Dessa forma, os discursos dos entrevistados ajudaram a compreender, tanto o pensamento e compreensão dos entrevistados sobre as mudanças e interferências, quanto às

posições assumidas. O dito e o não dito (BOURDIEU, 2010) pelos entrevistados diante das entrevistas serviram para conduzir e organizar a pesquisa de campo, de forma a atingir meus objetivos de forma satisfatória com o mínimo de distorção possível.

1.1 Construção do objeto

Na condução da pesquisa de campo na Estrada do Arroz, além de Bachelard (1996), levei comigo os conhecimentos e discussões a partir da leitura de Bourdieu (2012), em especial no capítulo “Compreender”. Este foi uma base teórica metodológica importante na construção de um saber teórico capaz de auxiliar as práticas no campo de pesquisa. Com este autor compreendi as questões relacionadas à pesquisa científica, pesquisa-pesquisador, entrevista, autenticidades dos resultados, comunicação e interpretação, essenciais para minha reflexividade enquanto pesquisador.

As explicações de Bourdieu (2012, 2010) e de Bachelard (1996) me ajudaram a ficar atento durante a pesquisa de campo, tanto na hora de me relacionar, quanto na apuração e análise dos possíveis resultados. Busquei levar em consideração a experiência adquirida, aliando teoria e prática, visto que o saber científico é construído e reconstruído constantemente sobre o prisma da experiência.

Para a análise dos conflitos envolvendo os moradores da Estrada do Arroz, empresas vinculadas ao agronegócio e a empresa Suzano, adotaram-se recursos metodológicos como: entrevistas, observações em campo, análises de documentos e das relações estabelecidas entre moradores, representantes da empresa Suzano e os governos municipais. Direcionei minha pesquisa e posicionamento na construção descritiva e representativa da Estrada do Arroz, caminho este difícil, pois interpretar e sintetizar pensamentos e opiniões não é uma tarefa fácil, mas que deve ser mencionada (BOURDIEU, 2010). Torna-se uma dificuldade por se tratar de interpretações em que devem ser levado em consideração o lugar e o momento em que os moradores estão falando.

São procedimentos metodológicos que além de ajudar a compreender as relações desenvolvidas pelos moradores da Estrada do Arroz, deram suporte para uma “nova descrição” (ALMEIDA, 2013). Esta que se baseia nas realidades localizadas, em que as experiências dos moradores foram fundamentais para a compreensão do real vivido por eles. Além de valorizar as experiências e saberes dos moradores, essa “nova descrição”.

[...] se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos, a vida social dos povos, comunidades e grupos classificados como “tradicionais” e considerados à margem da cena política, mas que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-las (ALMEIDA, 2013, p. 157).

Foram procedimentos metodológicos de pesquisa que contribuíram, por assim dizer, para a compreensão da formação e organização política dos moradores diante dos problemas ocasionados pelas interferências do agronegócio e atualmente da empresa Suzano. Estes recursos metodológicos permitiram identificar nas “unidades sociais” da Estrada do Arroz, identidades coletivas construídas a partir da ocupação como às relacionadas a quebra do coco babaçu e agricultura, surgindo daí grupos coletivos denominados como quebradeiras de coco babaçu e pequenos agricultores.

Desta forma, a metodologia adotada na construção da “nova descrição”, incluiu um trabalho de campo sistemático com os moradores da Estrada do Arroz, onde foram realizadas entrevistas com moradores e representantes políticos de associações, fórum e conselhos. Foram entrevistas semi-estruturadas em que se procurou dar liberdade ao entrevistado sem perder os objetivos e o foco da pesquisa, proporcionando possibilidades de “entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas ‘experimentações’ fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas” (ALMEIDA, 2013, p. 157).

Para a condução deste trabalho tomei como referência metodológica as propostas de Bourdieu (2010, p. 28), quando afirma que o “real é relacional” e que cada objeto de investigação deve ser analisado dentro de seu contexto. Nestas condições, foram realizadas pesquisas que se estenderam a bibliografias sobre a temática estudada, materiais impressos, como jornais, informativos e boletins. Também foram consultadas informações eletrônicas em sites que forneceram informações sobre o campo de pesquisa estudado. Foram realizadas pesquisas de campo, havendo um contato direto com o pesquisado, nas quais foram realizadas análises baseadas na empiria. Esta que cria condições de obter conhecimento a partir da realidade vivida e do cotidiano dos moradores.

Em oposição à opinião, é necessário saber formular com clareza as questões, para isso é preciso saber problematizar para que se tenha uma resposta concreta. Um problema bem elaborado, juntamente com perguntas bem feitas irão conduzir o trabalho, pois é no problema que se encontra o espírito científico, pois:

Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído (BACHELARD, 1996, p. 18).

Partindo da premissa antropológica de que um objeto de estudo se constrói gradualmente, por aproximações sucessivas, assim, apesar de apresentar nessa proposta um problema a ser investigado, esclarece-se que é no desenvolvimento da pesquisa que as redefinições acontecem. Nesse sentido, o trabalho de campo não pode ser pensado como um processo unicamente marcado pela coleta de dados a serem analisados posteriormente, mas por uma etapa em que, a própria prática da pesquisa proporciona a possibilidade de melhor problematizar o objeto.

Dessa forma, o percurso teórico-prático realizado durante a pesquisa de campo permitiu explicar as transformações e intervenções nos modos de vidas dos moradores da Estrada do Arroz. Nesta, as transformações e intervenções são, também, traduzidas pelos moradores como impactos que afetam diretamente e indiretamente a vida dos moradores. Situação que gerou conflitos de interesses entre moradores, fazendeiros e a empresa Suzano. Por se tratar de áreas de influências, tanto moradores, quanto fazendeiros e, principalmente, a Suzano, passaram a desenvolver estratégias capazes de defender seus interesses. São ações coletivas que mostram as lutas simbólicas em torno dos interesses, criando campos de posições sociais capazes de definir ou mesmo criar um mundo social (BOURDIEU, 2010) adequado aos interesses de cada um, sendo eles individuais ou coletivos, ou seja, dos moradores, fazendeiros e Suzano.

A contribuição teórica de Scott (2002) ajudou nesse debate sobre as estratégias e resistências dos moradores da Estrada do Arroz diante das transformações e interferências em seus modos de vida. Tanto Scott, quanto Said discutem noções de autonomia e formas de resistências, que ajudaram na compreensão das estratégias e resistências utilizadas pelos moradores, diante dos “invasores”, em defesa de seu modo de vida.

Nesta investigação sobre a região em que se encontra a Estrada do Arroz, foi de fundamental importância às leituras do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, com destaque para a obra “Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia” (2005). O autor discute o mercado de terras na região e suas consequências para

quem depende dela, assim como, de seus recursos para se produzir e se reproduzirem economicamente e socialmente.

São exemplos de leituras como estas, assim como outras, que estão presentes nas discussões realizadas nesta dissertação, que vão além da perspectiva histórica, pois se necessita repensar, todo momento, conceitos e categorias consagradas pela ciência, como etnia, identidade, comunidades, território, tradição, territorialidades. Estes são alguns dos aspectos indispensáveis neste estudo, pois as relações e consequências envolvendo os agentes sociais e a Empresa Suzano: papel e celulose são importantes para a análise e compreensão de suas dinâmicas.

CAPÍTULO 2: O arroz como elemento identitário e como condição da existência social

A ampliação do conceito de fontes nos estudos históricos passou a enfatizar e a utilizar em larga escala as representações na construção do conhecimento, possibilitando assim variadas interpretações, pois “a verdade ou o real nada mais é do que uma construção cultural” (SILVEIRA, 2007, p. 37). Dessa forma, o papel do pesquisador como interpretador dos fatos ocorridos tem sido ampliado cada vez mais (GEERTZ, 1989). As construções e interpretações passam a ser compreendidas como provisórias com capacidades de se modificarem com o passar do tempo, pois o homem é dinâmico e se modifica a todo momento. Por isso, no dizer de Silveira (2007) o historiador deve ser um etnógrafo para ajudar a compreender as transformações ocasionadas pela ação do homem.

Com a ajuda da antropologia, a história está sendo vista sob novas perspectivas e abordagens, o que tem contribuído para estudos dos mais diversos campos, analisando mentalidades e comportamentos do homem em determinado período da história e/ou momento histórico. As abordagens históricas, principalmente, da História Cultural e das Mentalidades passaram a ter seu valor, nesse sentido Benatte explica que:

Sem dúvida, a aliança com a antropologia — especialmente com a antropologia social e cultural — ampliou o quadro de referências dos historiadores, contribuindo para o esbatimento das fronteiras disciplinares. Propiciou também, ou principalmente, um deslocamento da objetiva: cada vez mais, um número significativo e importante de historiadores passou a investigar o que Pierre Chaunu chamou “o terceiro nível” (a cultura, sendo os outros dois a economia e a demografia) da organização social. Outros, como Emmanuel Le Roy Ladurie, preferiram utilizar uma metáfora arquitetônica para designar essa mudança de perspectiva: “do porão ao sótão”, quer dizer, da infraestrutura para a superestrutura, para utilizar as categorias marxistas então em voga. É claro que essas mutações não podem ser atribuídas unicamente ao estreitamento das relações entre as duas disciplinas, mas essa aliança interdisciplinar constituiu sem dúvida um de seus principais fatores (BENATTE, 2007, p. 2).

Ao analisar um evento histórico dentro dessas perspectivas e com um novo olhar propiciado pela proximidade com a Antropologia, o historiador observa e analisa o fato histórico de forma diferente, como observa Peter Burke (1992), pois não o focaliza por ele mesmo, mas pelo que tem de revelador sobre o contexto cultural pelo qual se debruça.

São muitas as críticas sobre a história nessa tentativa de se aproveitar de metodologias antropológicas, percebe-se no plano epistemológico suas limitações, onde o

olhar sobre o sujeito e objeto partem de perspectivas diferentes. No debate sobre o papel dos saberes, Geertz (2001) argumenta com propriedade que:

O “nós”, assim como o “eles”, significam coisas diferentes para quem olha para trás [o historiador] e para quem olha para os lados [o antropólogo], problema este que não se torna propriamente mais fácil quando, como vem acontecendo com frequência cada vez maior, alguém tenta fazer as duas coisas (GEERTZ, 2001, p. 113).

Dessa forma, o estudo histórico da Estrada do Arroz, desenvolvido nesta dissertação, não se dará como uma mera descrição cronológica de fatos ocorridos em determinado período e espaço. Desenvolve-se, assim, uma descrição que responde às indagações ocorridas durante as pesquisas de campo, em que esclarece os mecanismos pelos quais foram responsáveis pelas transformações e interferências nos modos de vida de seus moradores.

Para isso, a pesquisa se valerá de explicações interdisciplinares, como por exemplo, a cartografia física e social, pois muitos campos de explicações exigem conhecimentos e explicações que vão além da História, Antropologia e Sociologia. A busca pelo conhecimento histórico da Estrada do Arroz contará com as explicações das ciências da geografia, economia, política e filosofia. Buscar esse conhecimento é analisar o objeto de estudo com vários olhares, ou seja, é debruçar-se pelas ações humanas examinando as relações sociais que resultaram nas transformações e interferências nos modos de vida dos moradores da Estrada do Arroz.

O estudo visa compreender os momentos históricos vivenciados pelos moradores, mas sem se prender em um ordenamento temporal estruturado em um conjunto de causas e efeitos, ou seja, um tempo linear. O tempo é construído e organizado de várias formas e especificidades, onde o sujeito histórico se encontra em um mundo socialmente construído permeado por mudanças e fluxos de acontecimentos como explica Norbert Elias.

O que chamamos de “tempo” significa, antes de mais nada, um quadro de referência do qual um grupo humano – mais tarde a humanidade inteira – se serve para erigir, em meio a uma sequência contínua de mudanças, limites reconhecidos pelo grupo, ou então para comparar uma certa fase, num dado fluxo de acontecimentos, com fases pertencentes a outros fluxos, ou ainda para muitas outras coisas (ELIAS, 1998, p. 60).

As “frentes de expansão”²⁴ territorial, segundo Velho (2013), contribuíram para a penetração do homem na floresta amazônica, atraídos por trabalhos na pecuária, mineração e extrativismo, formando a partir daí “unidades sociais”, tratadas pelos moradores como “povoado” ou “comunidade”. É desta forma, que surgem as “unidades sociais” na Estrada do Arroz, com trabalhadores que se dedicavam a agricultura familiar e ao extrativismo do coco babaçu.

Como já mencionado não podemos falar da história da Estrada do Arroz sem falar da região de Imperatriz, por apresentar ao longo de sua história momentos de crescimento econômico. Crescimento favorecido, principalmente pela privilegiada localização geográfica de Imperatriz, encontrando-se às margens direita do rio Tocantins – este que divide os Estados de Tocantins e Maranhão – e cortada pela rodovia Belém-Brasília. Região que se destacou, ainda em seus primórdios, na criação de gado com a formação de grandes fazendas quando ainda era uma vila, a Vila de Imperatriz. Criação de gado que nesses tempos iniciais já disputava espaço com a “agricultura familiar-AF”²⁵ (MESQUITA, 2011a), apesar da abundância de terras devolutas. Estas que também atraíram muitos trabalhadores para a região, inclusive da Estrada do Arroz, mesmo com as dificuldades de locomoção devido à falta de estradas.

Sem estrada ligando às cidades vizinhas, o deslocamento das pessoas e produtos da agropecuária tiveram prejuízos, pois em virtude dessa dificuldade, os agricultores produziam apenas o necessário para suas subsistências. Situação que só veio a se modificar com a abertura das primeiras estradas, como a que ligou Imperatriz a Grajaú e a Belém-Brasília, na

²⁴ A explicação sobre as “frentes de Expansão” parte de Otávio Guilherme Velho (2013) ao analisar as formas em que se promoveram as frentes de expansão na Amazônia. As “frentes de expansão” territorial se referem às formas de penetração do homem em direção à Amazônia, onde está compreendida parte do Maranhão. Penetração que é motivada por interesses econômicos, principalmente com relação aos domínios das terras e de seus recursos naturais. As “frentes de expansão” na Amazônia são marcadas pela exploração e dominação de território. São expedições que avançam por territórios, ditos “isolados”, pelas quais o homem se internaliza na floresta a fim de ocupa-la e desenvolver suas práticas. Segundo o autor, foi assim com a expansão da pecuária, borracha, castanha-do-Pará, ouro e de forma geral, pelas exploração das drogas do sertão. O avanço propriamente maranhense, acontece a partir do litoral com o babaçu, arroz e algodão. Há uma tendência a identificar a intensificação das “frentes de expansão” e o início do surgimento econômico da Amazônia, com a construção da Belém-Brasília, os incentivos fiscais e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

²⁵ Existem várias especificidades quando falamos de agricultura, pois cada uma pode ser apresentada ou mesmo classificada de acordo com a dinâmica do setor produtivo. Dinâmica que, segundo Mesquita (2011a), reflete no processo de organização social da atividade praticada, na acumulação de capital e nas relações de produção. Dessa forma, “haveria várias ‘agriculturas’, já que se pode delimitar perfeitamente, tanto no plano temporal e espacial de sua transformação, diferenciação ou especialização, as características de cada uma. Esquemáticamente teríamos uma agricultura tradicional (não capitalista) que alguns também classificam de itinerante, atrasada, de subsistência, não capitalista ou simplesmente de agricultura familiar, conduzida por produtor não capitalista e direcionada à produção de alimentos básicos. E uma outra, comercial, patronal, empresarial, moderna (capitalista), sob forma de monocultura especializada/mecanizada e voltada para mercados específicos” (MESQUITA, 2011, p. 57).

década de 1950, possibilitando o acesso à capital São Luís e a vários municípios do Norte e Nordeste.

As aberturas das estradas foram importantes para o desenvolvimento econômico de Imperatriz, quando ainda era conhecida como Vila Nova da Imperatriz, no final do século XIX. Com as estradas o comércio de gado e de produtos agrícolas foi dinamizado, pois os comerciantes passaram a negociar com as cidades vizinhas. Circunstâncias que segundo César Marques (1870) tornaria a vila um grande centro comercial, visto que sua localização geográfica era favorável. Além disso, outro fato que favoreceria o crescimento de Imperatriz seria a navegação que ocorria pelo rio Tocantins. O aumento e importância do comércio em Imperatriz cresceu cada vez mais nas décadas seguintes, principalmente com os produtos agrícolas e a carne bovina se tornaram a fonte de renda de muitos comerciantes da região. A importância das aberturas das estradas ligando outras regiões a Imperatriz foi significativa para o seu desenvolvimento, como registrou César Marques, em seu Dicionário Histórico-Geográfico, publicado em 1870:

A abertura da Estrada fará sem dúvida que Santa Thereza seja o ponto de reunião dos importadores de gado para a província do Pará, e também dos negociantes dessa província que demonstrarem os produtos d'esse lugar, circunstâncias, que garantem seu engrandecimento, já com a feira dos gados e já com o aumento do commercio [...] (MARQUES, 1870, p. 494).

Crescimento ligado diretamente ao que alguns estudiosos²⁶ chamam de “ciclos econômicos”, como os ciclos do arroz, gado, madeira, borracha, castanha e ouro. Sobre a caracterização desse período áureo da economia como “ciclo”, João Pacheco de Oliveira (1979) esclarece que os “ciclos econômicos” são tratados como sendo o único elemento motivador da economia de um local ou região, mas esses momentos chamados de ciclos minimizam outras atividades produtivas, mas não as fazem desaparecer, possuem sua importância econômica.

Esta atenção dada aos “ciclos” impossibilita, muitas vezes, uma análise histórica política e cultural detalhada de outras atividades, como a agricultura e o extrativismo, havendo apenas a preocupação em entender como um produto constrói sua dinâmica para o mercado externo. Segundo este autor, a noção de ciclo impôs-se como modelo de organização

²⁶Referências encontradas em obras de historiadores e economistas, por exemplo, que estudam a região como a obra “Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz”, de Adalberto Franklin (2008), e “A dinâmica Recente do Crescimento do Agronegócio na Amazônia e a Disputa por Território”, de Benjamin Alvino de Mesquita (2011b).

e explicação dos fatos históricos ligados, principalmente, extração e exportação da borracha. É preciso pensar o desenvolvimento das atividades agrícolas e extrativas na Amazônia, como pequena economia camponesa e familiar, ligada às práticas agrícolas e extrativistas.

Na região de Imperatriz produtos como o arroz, gado e madeira se destacaram pelos seus valores econômicos em comparação com outros produtos agrícolas e extrativistas como o feijão, milho, mandioca e o coco babaçu (MESQUITA, 2011b). O que João Pacheco de Oliveira (1979) chama a atenção na ideia de “ciclo” é que a economia de um determinado período histórico não pode ser justificada apenas por um produto, visto que, mesmo sem grande representatividade econômica, outros produtos continuam no mercado com seu valor para a economia local. A extração e quebra do coco babaçu, por exemplo, tem representado ao longo dos anos sua importância como alternativa econômica. Atividade presente no dia a dia dos moradores da Estrada do Arroz, que apesar de ter perdido sua importância comercial, se tornou uma alternativa na complementação da renda familiar.

Os períodos que apresentaram grande fluxo econômico na economia local, ou seja, do município de Imperatriz, foram, também, responsáveis por um aumento na migração de trabalhadores vindos de várias partes do Maranhão e de outros Estados do Nordeste em busca de trabalhos nos seringais, extração da castanha e nos garimpos. Situação responsável pelo aumento demográfico da região, pois muitos desses trabalhadores nordestinos acabaram trabalhando em fazendas na preparação de pastos e na derrubada de madeiras para madeiras.

A exploração da madeira ganhou destaque econômico para a região, em virtude da grande movimentação de mão-de-obra e de recursos financeiros, o que favoreceu ao surgimento de serrarias, principalmente com a abertura da Rodovia Belém-Brasília na década de 1950, sendo inaugurada em 1960. A construção dessa rodovia permitiu a penetração e o contato dos madeireiros e, posteriormente, de empresas madeireiras com a floresta nativa da Amazônia. Circunstância que levou a uma corrida desenfreada pela madeira, tanto da que era retirada para dar lugar a rodovia, quanto àquela que estava em suas margens e poderia ser alcançada sem muito esforço.

As empresas madeireiras de extração estimularam a presença na região de serrarias. Algumas, por possuírem um aparato maior com a presença de maquinários foram responsáveis pelas derrubadas, transportes e cortes das madeiras. Partes dessas madeiras eram levadas para suas serrarias e outras eram comercializadas em toras com atravessadores levando-as para outros municípios e Estados. Outras, por não possuírem estrutura para

derrubada e transporte, apenas compravam as toras das empresas, produzindo, a partir daí, seus derivados: tábuas e peças destinadas à construção civil e movelarias.

O mercado consumidor de madeira se tornou intenso não só pela abundância do produto retirado das florestas da região, mas por essas madeiras serem consideradas madeiras de lei, que possuíam valor considerável em virtude da qualidade e resistência, podendo ser usadas para diversos fins na construção civil, naval, confecções de móveis, por exemplo. A riqueza de espécies criou um vai e vem de caminhões madeireiros, como explica Fregona (2002):

O que atraiu grande número de pessoas de outros estados foram as nossas florestas: uma das mais ricas e de essências variadas da Pré-Amazônia. Era possível a um observador contar até 14 árvores grossas, estando num único ponto de observação. O ipê, a sucupira, a macarnaíba e o freijó foram as essências mais procuradas pelos madeireiros. [...] Foi quando a febre da madeira explodiu desregradamente. Em poucos anos, centenas de caminhões em constantes comboios supriam também as dezenas de serrarias que aumentavam mês a mês (FREGONA, 2002, p. 56-57 apud FRANKLIN, 2008, p. 141).

As derrubadas desordenadas levaram inúmeras espécies de árvores à extinção na região, florestas nativas inteiras foram destruídas em virtude da ação dos homens. O desmatamento da floresta Amazônica passou a conhecer um aumento significativo ano após ano. Essa situação não se deve apenas pelas ações de madeireiras, mas também pela criação de enormes áreas em pastagens para a criação de gado.

Os fazendeiros fizeram parcerias com empresas madeireiras em troca da madeira, as madeireiras, por sua vez, deveriam desmatar extensas áreas das fazendas para dar lugar ao plantio do capim. Toda a madeira, da fina a mais grossa, poderia ser aproveitada pelos madeireiros, pois além das serrarias, surgiram posteriormente as carvoarias, que se destacam na participação na devastação das florestas da região. Tanto a extração da madeira, quanto a criação de pastos, além de proporcionar a destruição de matas nativas, florestas de babaçu, também reduzia cada vez mais o espaço de atuação da agricultura familiar e do extrativismo.

Dessa forma, a madeira proporcionou importantes momentos para a economia da região de Imperatriz, configurando um mercado lucrativo para empresários e fazendeiros que venderam madeiras de suas propriedades. Em contrapartida, as florestas foram destruídas diminuindo as áreas antes destinadas ao extrativismo do coco babaçu e da agricultura familiar. Esta última, que exerceu papel importante na economia da região com a produção de arroz.

A produção de arroz foi outro produto que ganhou destaque na economia maranhense a partir da década de 1970, com uma produção predominante de arroz de

sequeiro, como explica Fonseca (2008). Parte dessa produção saía do oeste do Estado, onde a região de Imperatriz apresentou grande volume nessa produção, o que garantiu momentos de estabilidade econômica para a região nesse período, como explica Franklin (2008), conjuntura econômica da região que contribuiu para que o Maranhão sempre estivesse entre os cinco maiores produtores do Brasil (FONSECA, 2008).

A produção de arroz em evidência na região de Imperatriz levou a região a ser conhecida por sua ampla capacidade produtiva, “cujo cultivo em geral se faz por agricultores em pequenas áreas com grau de mecanização baixo, utilizando o arroz como alimento principal para a família, num sistino mercado” (FONSECA, 2008, p. 19). Como explica o autor, o volume na produção do arroz era tão expressivo que os excedentes produzidos pelos agricultores ajudavam a abastecer o mercado local e regional. Produção que aumentava cada vez mais, sendo a década de 1980 a década da grande produção de arroz na região e no Maranhão, como destaca Fonseca (2008).

A explicação para a utilização do excedente da produção do arroz no abastecimento do mercado local e regional está na forma de produção e de quem a produz. Até a década de 70 do século passado a produção de alimentos como feijão, milho, mandioca e principalmente o arroz, por ser o principal gênero alimentício do período, era produzida por pequenos agricultores, ou seja, pela agricultura familiar. Dessa forma, apesar de não ter características e objetivos capitalistas como a empresarial (MESQUITA, 2011a), a agricultura familiar com a produção de arroz e por meio de seus excedentes abastecia o mercado, tornava-se um produto comerciável. Na agricultura familiar “tradicional” se:

Encontra o minifúndio, constituído por posseiros e arrendatários e pequenos proprietários muito diversos (desorganizados política e economicamente) e em contínuo processo de mutação, em toda a extensão do Estado e com expressão declinante em termos de participação de área, e quantidade colhida e valor da produção (MESQUITA, 2011a, p. 57).

A transformação no setor agrícola, baseado na agricultura familiar extensivo “atrasado” para um “intensivo moderno”, ocorre a partir da segunda metade da década de 1970, por meio da intervenção governamental, como explica Mesquita (2011a). Contudo, a “política agrícola de modernização” não substituiu de imediato a agricultura familiar, pois:

A direção e o ritmo das transformações ocorridas na atividade entre o final dos anos sessenta e noventa não podem ser explicados única e exclusivamente dentro da própria agricultura, mas como parte de um processo mais complexo e abrangente dada a subordinação da agricultura à indústria (MESQUITA, 2011a, p. 38).

A elevação da produção de arroz a partir da década de 50, até as transformações no setor agrícola nos final dos anos 70, na região de Imperatriz, foi favorecida pelo deslocamento de agricultores vindos, principalmente do nordeste. Segundo Mesquita (2011a, p. 63), “são esses imigrantes, transformados em posseiros e depois em arrendatários, os responsáveis pela expansão do arroz entre 1960 e 1980”. As motivações dos imigrantes em direção a região oeste do Maranhão se devem pela falta de terras ocasionadas pela grilagem (ASSELIM, 2009) e pelas condições climáticas desfavoráveis em virtude das sucessivas secas (ARAUJO, 1996). Além disso, são atraídos pelas facilidades de acesso a terra devoluta, criando, assim, expectativas de uma vida melhor.

O interesse e a procura pela região tocantina iniciou-se com a divulgação que, além da existência de terras devolutas, o clima e as terras eram bons para a agricultura. Propaganda que atraiu famílias inteiras, como explica a entrevistada Judite Teodora dos Santos²⁷, ao ser questionada sobre a chegada de sua família na região, mas especificamente da Estrada do Arroz:

Meu pai era do Ceará e minha mãe do Piauí, eles viviam no Piauí, mas lá as coisas era difícil, passava por muitas necessidades, até que um dia um parente nosso chegou e falou que tinha um lugar bom pra morar, que era prá cá. Eu era pequena, acho que só tinha 3 anos, hoje estou com 57, me criei e me casei nessa região, nunca saí daqui. (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

O destaque na produção de arroz pela agricultura familiar do oeste maranhense colocou o Maranhão como um dos maiores produtores, ocupando os primeiros lugares na produção (FONSECA, 2008). Parte dessa produção saía das plantações dos moradores da rodovia MA-127 que, como já afirmado, devido sua grande produção de arroz ficou conhecida como Estrada do Arroz. A produção ajudava a abastecer a região de Imperatriz e estados vizinhos, como relata a entrevistada Aurora Gabriel da Rocha²⁸, moradora de São Felix, na Estrada do Arroz:

Antigamente a produção do arroz era muito grande, as pessoas tinham terras pra plantar o arroz, o milho, o feijão, a mandioca pra fazer a farinha e tirar a tapioca pra fazer um bejuzinho pra tomar antes de ir pra roça. A fatura era grande, quando chegava o tempo de cortar o arroz, era caminhão subindo e descendo essa estrada carregado de arroz, não era só arroz não, tinha outras coisas também,

²⁷ Judite Teodora dos Santos é quebradeira de coco e agricultora, mora em Coquelândia é coordenadora interestadual do MIQCB de Imperatriz.

²⁸ Aurora Gabriel da Rocha é quebradeira de coco, agricultora e sócia do Clube de Mães da “unidade social” de São Felix e esposa do senhor José Mariano Sobrinho ex-presidente da Associação dos Agricultores do Povoado São Felix, localizada na Estrada do Arroz.

melancia, abóbora, milhos, essas coisas... mas as carradas era mesmo era de arroz, ia pra esses lugares aí tudinho (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

O elevado índice na produção de arroz, principalmente nas décadas de 1960 a 1980 garantiu ao estado do Maranhão a posição de segundo maior produtor de arroz do país (VILLAR, 2001 apud FONSECA, 2008). Circunstâncias que atraiu para a região usinas beneficiadoras de arroz, que beneficiavam toneladas de arroz por dia e que eram negociadas na cidade de Imperatriz e nos municípios vizinhos.

Com a abertura da BR – 010 (Belém-Brasília), Imperatriz se tornou um entreposto comercial, pois se tornou um corredor de acesso às regiões de extração de castanha, borracha e ouro no Pará (VELHO, 2013). Dessa forma, Imperatriz passou a se beneficiar dos bons momentos econômicos desempenhados pela castanha, borracha e ouro se tornando o município abastecedor de produtos alimentícios, maquinários e de serviços.

Logo Imperatriz se tornou um corredor que ligava a região Nordeste ao Norte, mas especificamente às regiões atrativas da extração do látex, castanha-do-Pará e ouro. Com isso, foi verificado um aumento no fluxo de trabalhadores todas as vezes que um setor produtivo se destacava economicamente, apresentando lucro imediato e que exigia mão-de-obra em grande quantidade. Isso aconteceu, por exemplo, quando houve a valorização da borracha do Médio Tocantins, nas proximidades da região de Itacaiúnas²⁹, a partir do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando acontece um declínio em sua valorização (FRANKLIN, 2008). Com o deslocamento de mão-de-obra para os seringais, a “população masculina praticamente desapareceu da cidade durante seis meses do ano, internada nas salubres matas paraenses” (FRANKLIN, 2008, p. 50), período em que se encontrava o ouriço da castanha.

Depois do declínio da extração da borracha³⁰, outro produto extrativista ganhou destaque, a castanha-do-Pará, mostrando-se uma atividade lucrativa. Atividade que veio a

²⁹ Itacaiúnas que mais tarde se tornaria município de Marabá, no Estado do Pará. Cidade que se destacou por sua grande quantidade da árvore fornecedora do látex, conhecida cientificamente como *Castilloa alei*, espécie que não possui grande qualidade, como a *hevea brasiliensis*, mas que tinha grande aceitação no mercado de borracha (FRANKLIN, 2008).

³⁰ Segundo Otávio Guilherme Velho, em sua obra “Frentes de expansão e estrutura agrária: estudos do processo de penetração numa área da Transamazônica” (2013), desde a década de vinte do século XIX, registra-se alguma exportação de borracha Amazônica; uma dentre diversas drogas do sertão. Todavia, é a partir da segunda metade do século que a exportação realmente torna-se preponderante. A certeza do caucho atrai multidões de muitas partes, especialmente do Maranhão e do Norte de Goiás, ainda transbordando da frente pecuarista, e também do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e outros Estados. Marabá logo prosperou e tornou-se centro de polarização para uma vasta zona, tanto em termos de atração de contingentes populacionais, quanto em face das exigências de abastecimento, dado as características exclusivistas da atividade extrativistas. Toda a infraestrutura que havia sido montada na época da borracha (1898 – 1919) é transferida para a exploração da castanha, de caráter menos espetacular, o que foi possível devido ao fato de tratar-se de atividade econômica

substituir a borracha pelo seu valor de mercado, mas a extração da borracha continuou acontecendo apesar de seu baixo valor³¹. Ocasão que derruba, mais uma vez, a ideia de “ciclo” criticada por João Pacheco de Oliveira (1979).

A imigração para os garimpos³² causou alguns transtornos estruturais para algumas regiões, muitas pessoas que foram para os garimpos eram trabalhadores rurais, que deixaram suas atividades para buscar a riqueza do ouro (VELHO, 2013). A situação foi tão grave que, por falta de trabalhadores rurais e de plantações de variados gêneros alimentícios, passou-se a ter uma redução na produção agrícola. Redução explicada pela conjuntura em que vivia o trabalhador da agricultura familiar como, por exemplo, com as explorações do pagamento de renda, pois muitos por não possuir terras eram obrigados a pagar renda ao proprietário, como explica Carvalho Martins (2012).

Mais uma vez se viu um grande fluxo de imigrantes nordestinos passando por Imperatriz, muitos desses acabaram fixando residência na cidade, mas principalmente na zona rural. A maioria dos imigrantes que chegaram à região de imperatriz se dedicou à agricultura e à criação de gado, outros se tornaram pequenos comerciantes e empregados nas fazendas que ali se formavam.

Muitos conseguiram se tornar proprietários de terras, alguns por meio de compra, mas a maioria conseguiu se apossando de terras devolutas. Situação que veio a se modificar com planos do governo federal para o desenvolvimento da Amazônia (MESQUITA, 2011b). Os incentivos fiscais e de créditos a partir dos anos de 1970 contribuíram para “as terras supostamente disponíveis para as mãos de grileiros” (CARVALHO MARTINS, 2012, p. 62). Aposseamento de terra que contou com a ajuda de cartórios na falsificação e documentos, o que rendeu muitas terras para uma parcela de proprietários, principalmente aos que estão ligados ao setor agropecuário (ASSELIN, 2009). Segundo Borges (1998), esta circunstância piorou depois da pavimentação da Belém-Brasília, onde veio a se formar quadrilhas especializadas em se apropriar de propriedades de forma fraudulenta.

fundamentalmente do mesmo tipo. No final do século, até a descoberta dos cauchais do Itacaífunas, a atenção maior voltava-se para a castanha; apesar de seu valor não se comparar com o da borracha, então explorada em boa parte da Amazônia.

³¹ Segundo VELHO (2013) existem áreas da Amazônia onde a população ainda se divide entre a exploração da borracha e da castanha, o que é possível em virtude da safra de uma coincidir com a entressafra da outra. O Brasil possui, praticamente, o monopólio mundial da castanha-do-Pará, pois, mesmo o que não é produzido aqui, vem da área amazônica da Bolívia e do Peru, e é em geral também comercializado através de Belém. A castanha-do-Pará era comercializada na região antes mesmo do destaque econômico dado a borracha, mas de forma tímida e sem grande mercado consumidor, mas que com o passar do tempo foi ganhando mercado e passou a ter grande aceitação nacional e internacional.

³² Para saber mais sobre as imigrações de nordestinos, principalmente maranhenses agricultores, para os garimpos ver CARVALHO MARTINS, Cynthia. O deslocamento como categoria de análise: garimpo, lugar de se passar; roça onde se fica e o babaçu nossa poupança. Manaus, UEA: 2012.

Situação que se agravou com a “política econômica desenvolvimentista” apresentada pelo governo (MESQUITA, 2011b), criando conflitos entre grandes proprietários e o pequeno proprietário da agricultura familiar, como explica Cyntia Carvalho Martins (2012):

Os interesses de grandes proprietários, grileiros e pecuaristas passaram a entrar em choque com aqueles que se dedicavam à agricultura, processo agravado em função de já existir, na área, um contingente populacional significativo, originário das fronteiras de expansão. [...] Na visão da política oficial, essas terras estava sendo beneficiadas, ou seja, a política pública não levou em conta o deslocamento de famílias que, no período, estavam adentrando o Maranhão (CARVALHO MARTINS, 2012, p. 62-64).

Os choques e conflitos pela disputa da terra ganhou força a partir da criação da Lei Sarney de Terras, quando a terra se tornou uma mercadoria valorizada e cobiçada, inicialmente, por grandes e médios proprietários (CARVALHO MARTINS, 2012). A lei de Terras do Maranhão nº 2.979, de julho de 1969, assim como a Lei nº 601, instituída em 18 de setembro de 1850, determinavam que as terras devolutas seriam adquiridas por meio de “compra”.

A Lei de Terras do Maranhão também foi criada com o intuito de organizar e modernizar o setor agrícola do estado, o que favoreceu o desapossamento de trabalhadores da agricultura familiar que haviam se apossado de terras devolutas do estado. Além da venda das terras devolutas por preços baixos, o que atraiu compradores de vários estados (ASSELIN, 2009), os incentivos fiscais (MESQUITA, 2011a) com financiamento por meio de projetos da SUDENE e Banco do Nordeste facilitou a aquisição de grandes extensões de terras.

A Lei de Terras nº 2.979 do Maranhão, também ficou conhecida como Lei Sarney de Terras, por ter sido sancionado por José Sarney, governador do Maranhão nesse período. A Lei Sarney de Terras estabelecia que as terras pertencentes ao estado que fossem devolutas, poderiam ser vendidas. Situação que formalizou um mercado de terras no estado, sem levar em consideração o trabalhador da agricultura familiar, quebradeiras de coco, ou seja, posseiros que haviam se estabelecido nas terras devolutas pertencentes ao estado. Determinação que favoreceu a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários, que configuravam naquele período (década de 70) em diante o setor agropecuário.

Antes mesmo da criação da Lei Sarney de Terras, o então governador José Sarney criou mecanismos para regulamentar as terras devolutas pertencentes ao estado, como explica Victor Asselin, quando lembra que foi criada:

Em outubro de 1968 a Delegacia de Terras em Imperatriz, nomeando delegado o Dr. Pedro Nunes de Oliveira, e procurador, o Dr. Agostinho Noletto Soares. Tinha como objetivo disciplinar a ocupação e titular as áreas, transferindo o domínio público para o domínio privado. Com esse acontecimento, estourou de verdade a problemática da grilagem. Sua atuação veio posteriormente, pela Lei de Terras nº 2.949 [...] que manifestava, obviamente, seu propósito de entregar o território maranhense às empresas e fazendeiros de fora, mediante a criação das sociedades anônimas (ASSELIN, 2009, p. 152).

Dessa forma, as terras da região de Imperatriz, inclusive as localizadas na Estrada do Arroz passaram a fazer parte desse mercado de terras, levando os posseiros da região a perderem as terras que haviam ocupado. Além da compra, o sistema de grilagem, através das fraudes nos cartórios (ASSELIN, 2009), contribuiu para o surgimento de novas realidades e relações envolvendo quebradeiras de coco e trabalhadores da agricultura familiar, a partir da perda das terras.

Com a Lei Sarney de Terras e a grilagem por meio de “favorecimento político e fraudes” (ASSELIN, 2009), muitos posseiros que haviam se instalado na Estrada do Arroz perderam as terras que tinham conseguido. Situação também, favorecida pelo baixo grau de instrução, pois muitos moradores eram analfabetos ou semianalfabetos, o que favorecia a grilagem e o “roubo das terras”, como explica dona Raimunda Fernandes dos Reis³³:

Antes todo mundo tinha onde botar seu pedacinho de roça, era muita fartura, queria que tu visse, era arroz, feijão, melancia, abóbora, milho, tinha muita coisa. Mas tu sabe porque tinha tudo isso? Porque o povo tinha onde trabalhar, tinha um pedacinho de terra, agora têm o que? Nada. Hoje, quem quer botar roça, que não é todo mundo, tem que ir lá na área cedida pela Suzano. As pessoas que tinham terra foram vendendo, outra parte fez mesmo foi perder, as pessoas chegavam aqui com um papel dizendo que a terra era dele e pronto, o povo não sabia ler mesmo, vai lá saber se esse papel dizia alguma coisa, que a terra era dele mesmo.... o jeito era sair e ir embora, ou então ficava trabalhando nas terras de quem ainda tinha. Teve muitos que foram botar roça nas terras dos fazendeiros (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

Dessa forma, a Lei Sarney de Terras veio a contribuir, nesse primeiro momento, com a desapropriação de moradores que haviam se apossados de terras na Estrada do Arroz. Desapropriação que ocorreu principalmente por meio de compra e de acordos políticos, o que caracteriza, também, uma forma de grilagem (ASSELIN, 2009). Situação que num segundo momento com a instalação das empresas CELMAR e Suzano, responsáveis pela compra de grandes extensões de terras na Estrada do Arroz.

³³ Raimunda Fernandes dos Reis, moradora de São Felix, quebradeira de coco e agricultora, sócia da Associação das Quebradeiras de coco do Povoado Petrolina e do Movimento Interestadual da Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e do Clube de Mães do Povoado São Felix.

A partir dos anos seguintes, pós Lei Sarney de Terras, os moradores que não venderam ou não perderam suas terras, passaram a conviver com a presença de fazendeiros. Situação que levou à criação de novas relações, pois para alguns moradores a presença do fazendeiro foi positiva, já para outros foi negativa, como explica dona Teresinha da Cruz Sousa³⁴:

Bem a no começo quando começaram a comprar as terras a gente ficou preocupada, principalmente a gente que é do movimento das quebradeiras, que vive do coco. A gente tinha medo deles proibir a gente de pegar o coco, no começo até que eles não proibiram não, mas depois meu irmão, começaram a querer vender o coco pra fazer o carvão, a gente brigou muito, foi um tempo muito difícil. Certo que eles deixava algumas pessoas colocar roça nas suas terras, pagando renda, todos que colocavam pagava, até que isso foi bom, deixar colocar a roça, o pior mesmo foi a briga com a gente. (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

Os fazendeiros que foram se instalando no Oeste do Maranhão, inclusive na Estrada do Arroz, contribuíram para as transformações nos modos de vida dos moradores locais. Com as instalações das fazendas, os moradores começaram a prestar serviços para os fazendeiros, mas sem abandonar seus trabalhos nas roças e na quebra do coco.

Muitos agricultores que trabalhavam na região não possuíam documentos das terras, pois boa parte destas eram devolutas e desocupadas. Muitos imigrantes foram chegando e se apossando, tratando da terra como se fosse sua, para muitos era sim, pois se pertencia ao governo era deles também. Mas com o desenvolvimento da região tocantina com aberturas de estradas, expansão da pecuária e a chegada de grandes quantidades de imigrantes vindos de regiões pobres do país, as terras passaram a ter valor cada vez maior, sendo desejadas inicialmente pelos fazendeiros que necessitavam de grande extensão territorial para a criação de pastos que pudessem atender à demanda de suas criações.

Os trabalhadores que se deslocaram de cidades maranhense, vindos do leste e da região do Pindaré, assim como imigrantes nordestinos, foram responsáveis pela formação de pequenas “unidades sociais”, espalhadas pelas proximidades de Imperatriz e às margens do rio Tocantins. Ocorrências que contribuíram significativamente para o aumento demográfico tanto parte urbana da cidade de Imperatriz, quanto na rural, sendo que “Em 1950 havia 1.152 habitantes na cidade. Em 1960, o censo apontava 4.137 habitantes na vila, enquanto a população municipal, compreendendo também João Lisboa, somava 39.367 habitantes. Vinte

³⁴ Teresinha de Sousa Cruz, moradora do Povoado Petrolina, quebradeira de coco e agricultora, membro da Associação das Quebradeiras de coco do Povoado Petrolina e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

anos depois, o município já ultrapassou os 200 mil e a cidade mais de 120 mil habitantes” (ASSELIN, 2009, p. 32).

A chegada dos imigrantes na região proporcionou ao município de Imperatriz um crescimento desordenado e sem estrutura, pois os novos moradores buscavam, na maioria das vezes, a periferia para levantar seus barracos. Estes “construídos geralmente de tábua ou de taipa³⁵”, como relatou o senhor José Mariano Sobrinho³⁶, morador de São Felix, ao falar de imperatriz nos tempos de sua infância. Dessa forma, aumentava-se consideravelmente o número de casas e bairros, “os terrenos baldios foram ocupados, as poucas ruas e travessas cresceram e [...] surgiram diversos povoados” (BARROS, 1995, p. 105 apud FRANKLIN, 2008, p. 113).

A conjuntura formada a partir do crescimento demográfico foi responsável pelo aumento dos trabalhadores da agricultura familiar, vindo a contribuir diretamente na economia local, pois houve aumento significativo na produção de alimentos, inclusive com os excedentes do arroz. Outro fator que contribuiu para a economia de Imperatriz foi sua localização, sendo o principal corredor de entrada de trabalhadores e mercadorias para a região Tocantina e estado do Pará.

Os trabalhadores que chegaram à região de imperatriz, por serem na sua maioria agricultores familiares, foram em busca de terras, que pudessem desenvolver suas práticas ligadas às lavouras, colocando suas roças e praticando o extrativismo do coco babaçu. Alguns locais de roça eram longe da cidade ou das “unidades sociais” existentes nas redondezas, muitos moravam num lugar e colocavam suas roças em outro. Como esses locais frequentemente se tornavam cada vez mais longe, muitas famílias de agricultores e quebradeiras de coco decidiram se mudar, ficando mais perto de seus locais de trabalho.

Posteriormente, a partir da década de 1960, principalmente após a Lei Sarney de terras, a Estrada do Arroz começa a ser ocupada, também, por fazendeiros como já mencionado, transformando as relações de trabalho e de vivências dos moradores. Situação expressas nos relatos de dona Maria Tibério Pereira³⁷ quando questionada sobre sua relação com os fazendeiros, visto que ela não possui terras e vive entre as margens da estrada e a cerca:

³⁵ Construção característica da região Nordeste, construída de pau, onde suas paredes são de barro e coberta, geralmente com a palha da palmeira do babaçu.

³⁶ José Mariano Sobrinho é morador da “unidade social” de São Felix, localizada na Estrada do arroz é agricultor e ex-presidente da Associação dos Agricultores do Povoado São Felix, fundada em 20 de novembro de 1997.

³⁷ Maria Tibério Pereira, também conhecida como Maria viúva, é quebradeira de coco e agricultora, moradora de Esperantina I.

Ninguém bota mais roça, antigamente os fazendeiros deixavam botar, eu mesmo criei meus filhos depois que meu marido morreu da roça e da quebra do coco. Meu marido toda vida trabalhou de arrendamento, botava a roça nas terras dos outros e pagava a renda. Mas eu nunca paguei não, por ele via minha situação, a casa cheia de menino. Dou graças à Deus que encontrei esse fazendeiro aqui, que me ajudou muito deixando eu trabalhar na terra dele e morar aqui encostada na cerca dele, porque tem uns por aí que não deixa não, ele nunca implicou comigo. Falando da roça de novo, ninguém quer mais trabalhar de roça, só querem trabalhar nas empresas e nas fazendas, eu mesmo tenho dois filhos que são vaqueiros das fazendas daqui de perto, tenho outro que mora em Imperatriz e trabalha por lá (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

Deste modo, a chegada dos fazendeiros e a instalação da fábrica da Suzano criaram mudanças nas rotinas e modos de vida dos trabalhadores, primeiro com a perda da terra e depois pelas novas ocupações oferecidas nas fazendas e na fábrica. A falta de acesso a terra e aos recursos naturais colaboraram para a migração de moradores em busca de empregos nos grandes centros urbanos e fazendas dos estados vizinhos. Circunstância que, segundo Mesquita (2011a), contribuiu para o declínio da agricultura familiar e do extrativismo do babaçu. Situação que se ampliou com a instalação da empresa Suzano.

Outra consequência ocasionada pelas transformações nos modos de vida dos moradores, principalmente, pela privação de terras e de seus recursos naturais levaram moradores da Estrada do Arroz a trabalharem em atividades ligadas aos serviços de bares, restaurantes, lanchonetes e borracharias. Atividades autônomas que, diante das dificuldades citadas, se tornaram negócios lucrativos, contribuindo para o sustento das famílias, principalmente com o aumento do fluxo de carros e caminhões na Estrada do Arroz. Uma realidade completamente diferente daquela vivenciada décadas atrás, período em que os moradores tinham como principal atividade a agricultura familiar e o extrativismo do coco babaçu. Sobre essas transformações nas formas de ocupações Francimar Moura³⁸ relata que

Sou comerciante, dono de bar, porque não tinha outra coisa pra fazer, quando tinha onde colocar roça, a gente trabalhava na roça era sofrido também, mas era uma garantia de ter comida em casa. Até alguns anos atrás ainda coloquei roça, mas depois não deu mais, os donos das terras que a gente botava roça vendeu pra Suzano, aí não teve mais o que fazer. Estou aqui com esse comercio, mas é fraquinho demais, é tão fraco que a mercadoria vence e a gente não vende (Entrevista realizada em: 27/07/2014).

São transformações que provocaram situações de conflitos na Estrada do Arroz, principalmente as ligadas à falta de terras disponíveis para a agricultura familiar e ao acesso

³⁸ Francimar Moura é antigo morador da Antiga Bacaba, sendo deslocado para Nova Bacaba, é comerciante e agricultor.

aos recursos naturais como o babaçu. Apesar de todas as dificuldades, ainda se encontram moradores desempenhando a agricultura familiar e atividades extrativistas. São persistências traduzidas como resistências, apesar de todas as adversidades criadas pela concentração de terras nas mãos de fazendeiros e de empresas, primeiramente com a CELMAR e posteriormente com a Suzano.

2.1 A Estrada do Arroz como objeto de análise: visitando as interpretações

As transformações e intervenções nos modos de vida dos moradores da Estrada do Arroz ocasionadas pelas dificuldades de acesso a terra e aos recursos naturais, como já mencionados, vêm desde a década de 1970, com a criação da Lei Sarney de Terras. Condição que se intensificou com instalação da empresa Suzano, principalmente, pela dinâmica dada com as compras de terras dos pequenos proprietários e fazendeiros da região de Imperatriz.

A compreensão histórica da Estrada do Arroz, desde sua composição, desenvolvimento e situação atual, está ligada a história do desenvolvimento da região e, principalmente de Imperatriz. A historiografia regional permitiu um maior esclarecimento sobre as mudanças sofridas pelos povoados pesquisados. Essa análise histórica foi possível a partir de bibliografias que discutem tanto a história da região, quanto dos povoados localizados na Estrada do Arroz. Contribuíram para a compreensão das dinâmicas vivenciadas pelos moradores dos povoados nestas últimas décadas.

São bibliografias como “Apontamentos e fontes para a História Econômica de Imperatriz” (2008), de Adalberto Franklin³⁹, na qual faz um breve levantamento da trajetória histórica de Imperatriz e região. Neste, o autor narra os acontecimentos desde o surgimento de Imperatriz, relatando os momentos políticos e econômicos vivenciados no município. Seu livro traz dados históricos que ajudam a compreender o desenvolvimento econômico de Imperatriz e região tocantina, no entanto, sua construção pouco aborda as relações sociais, políticas, religiosas e culturais de Imperatriz. A falta dessas discussões dificulta compreender o *habitus* (BOURDIEU, 2011), ou seja, as práticas das ações do homem, necessárias para saber sobre condições sociais, violência simbólica, capital simbólico e cultural, por exemplo. Esta, segundo Bourdieu (2011), é uma forma de compreender a realidade e complexidade do mundo social.

³⁹Adalberto Franklin Pereira de Castro nasceu em Uruçuí, Piauí. É jornalista, historiador e editor literário. Fundador da Ética Editora em Imperatriz – Maranhão.

O livro “O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para a cultura extrativista no Maranhão” (2011), de Raimundo Lima dos Santos⁴⁰, é resultado da dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Goiás. Este estudo contribuiu para compreensão das mudanças na região, desenvolvimento econômico a partir dos grandes empreendimentos e as formas de interferência nas práticas de extração, quebra e venda do coco babaçu. Raimundo Santos, além de levantar discussões sobre a instalação, influências e consequências do Programa Grande Carajás no Maranhão, discute sobre a organização das quebradeiras de coco em Petrolina, localizada na Estrada do Arroz. Suas explicações mostram as relações criadas a partir desse empreendimento, as formas de atuação e interferência criadas de forma direta e indireta. Apesar de sua pesquisa se referir apenas a Petrolina, seus dados explicativos contribuíram para o estudo da Estrada do Arroz como um todo.

Fernando Sérgio de Toledo Fonseca⁴¹ através de sua “Análise econômica do sistema produtivo do arroz no Maranhão” (2008), apresenta dados econômicos sobre a produção e tipo de arroz produzido no Maranhão. O autor discute em sua obra dados explicativos sobre os momentos de alta e declínio na produção de arroz. Sua contribuição para o entendimento sobre a produção de arroz no Maranhão está na explicação da conjuntura econômica que levou à queda na produção do arroz, dada pelas concorrências e qualidades do arroz produzidos em outros estados. O livro não discute questões sociais, políticas e culturais fundamentais para a compreensão da produção de rizicultura, o que ajudaria no entendimento das transformações conjunturais e estruturais pelas quais têm passado as regiões produtoras de arroz.

Benjamin Alvino de Mesquita⁴² é um pesquisador atuante nas áreas de produção de alimentos na agricultura e pecuária, analisando, também os setores de transformação como indústrias e fábricas. Mas é o livro “O desenvolvimento Desigual da Agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar” (2011a) que destaco como principal nos estudos

⁴⁰ Raimundo Lima dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, em Imperatriz (2005); Mestre pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2010); e doutor, com estágio na Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

⁴¹ Fernando Sérgio de Toledo Fonseca, possui graduação em Ciências Econômicas pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP - 2003), mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM - 2007) e atualmente (julho 2015) é doutorando em Economia da FEA/USP e professor licenciado da Universidade Federal do Tocantins-UFT.

⁴² Benjamin Alvino de Mesquita possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1976); mestrado em Desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1982) e Doutorado em Geografie, Amenegementeturbanism pelo IHEAL/ Sorbonne Nouvelle/Paris III (2006) e em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão em 2006. É professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e de Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA nos quais exerceu a função de Coordenador-adjunto no biênio 1995/1999 (PPGPP) e de coordenador no período de 2010/2012 (PPGDSE). Atualmente (2015) coordena e participa de pesquisa com o grupo de pesquisa em desenvolvimento e agricultura, Observatório de Políticas Públicas/PPGPP/UFMA e com PNCSA/UEMA/UEAM.

sobre a compreensão econômica no oeste maranhense. Neste estudo, Mesquita discute o espaço rural e o desenvolvimento agrícola nos últimos anos no Estado do Maranhão.

O autor analisa as ações e medidas governamentais que colaboraram para a transformação no setor agrícola, assim como os impactos causados à agricultura familiar. Mesquita é feliz em suas obras por trabalhar a questão econômica em outras perspectivas se aproximando de abordagens sociológicas e antropológicas, o que ajuda a explicar tanto o econômico, quanto o social, como as discussões em torno da agricultura familiar e extrativista. Seus dados estatísticos baseados em órgãos oficiais como a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ajudaram a compreender as modificações nas práticas agrícolas e o surgimento de novos trabalhadores no meio rural.

A análise histórica da região tocantina foi importante para compreender as conjunturas sociais, econômicas e políticas em que a Estrada do Arroz esteve envolvida ao longo dessas décadas, principalmente após Lei Sarney de Terras. Os dados históricos sobre as formações das “unidades sociais” na Estrada do Arroz permitiram compreender os processos migratórios em que seus moradores estavam inseridos, como o Regime Militar, os projetos desenvolvimentistas, grilagem no Nordeste, inclusive no Maranhão (ASSELIN, 2009; LUNA, 1985). São periodizações históricas e momentos históricos que fizeram parte direta e indiretamente das vidas dos moradores. Foram eventos históricos que fazem parte da memória dos moradores, em que ajudam a explicar suas próprias vidas, são lembranças que revividas mostram a realidade vivenciada no passado. Unindo, segundo Halbwachs (1990), a memória histórica e a memória coletiva. São dados históricos que complementam os acontecimentos relatados pelos entrevistados, ajudando a situar essas narrativas no espaço/tempo.

São dados históricos nacionais e regionais que ganharam importância na construção histórica da Estrada do Arroz quando analisados com os relatos dos entrevistados. Dessa forma, a conexão entre bibliografias e a História Oral⁴³ se tornaram fonte indispensável para

⁴³A partir das explicações de José D’Assunção Barros (2013) e Peter Burk (2012), podemos compreender que as narrativas dos sujeitos históricos, conhecida como História Oral, passaram a ganhar grande importância nas pesquisas de campo com sua valorização, enquanto metodologia explicativa da História Cultural. A história Oral tornou-se uma grande aliada dos estudiosos, não só da História, mas de todos os campos da ciência, que busca a compreensão de fatos através de memórias vivas. Estas podem explicar determinados fatos por meio de experiências dos agentes sociais, ou seja, do sujeito histórico, nas quais os conhecimentos adquiridos é que se tornam a fonte histórica capaz de esclarecer um fato histórico. Esta mudança de metodologia de pesquisa na utilização de novas fontes históricas, como a História Oral, deveu-se pela aproximação da História com a Antropologia, o que possibilitou a muitos historiadores adotarem métodos e modelos explicativos da antropologia, sendo adaptados dentro das perspectivas de análises propostas pela História.

as análises e reflexões acerca dos problemas que foram levantados e questionados durante a pesquisa.

As teorias da história relacionada à História Cultural⁴⁴ contribuíram para a construção histórica da Estrada do Arroz, estando direcionadas para uma “nova descrição” (ALMEIDA, 2013), em que as participações dos moradores se tornaram a base fundamental para a construção dessa história. São abordagens que se aproxima da Antropologia e sociologia contribuindo, como explica Peter Burk (2012) para o diálogo com temas e objetos de estudos jamais pensados pela história tradicional positivista. A partir dessas ampliações de visões e teorias que o campo de pesquisa, por meio de seus objetivos e problemas, passou a ser analisado e percebido dentro de novas perspectivas (BENATTE, 2007).

Estas bibliografias foram importantes para a compreensão histórica e social da região de Imperatriz e do campo de pesquisa, mostrando como a Estrada do Arroz se constituiu nos aspectos econômico, social e demográfico. São contribuições que ajudaram a compreender as formas organizativas dos moradores da Estrada do Arroz diante das transformações e interferências imprimidas pelas novas conjunturas ocorridas com a Lei Sarney de Terras com a concentração de terras nas mãos de fazendeiros e grandes empreendimentos.

Para a compreensão da expansão da pecuária no Brasil é preciso considerar que, em seus primeiros tempos, esteve intimamente ligada à economia açucareira (MEIRELES, 2001). Na qualidade de atividade subsidiária e impulsionada pelo dinamismo da atividade principal, o açúcar, o gado vai se internalizando. Nesta atividade, a exigência de mão-de-obra era pequena, cada vaqueiro podia cuidar de duzentas a trezentas reses. A partilha constituía a base das relações de trabalho (ANDRADE, 1973). Em meados do século XVIII, ocupava-se o Sul do Maranhão, no que se denominaria Sertão dos Pastos Bons. Ao mesmo tempo, haveria uma inflexão para leste, com o que iriam ser ocupadas as orlas dos vales úmidos do Maranhão e encontrar-se-iam na altura de Aldeias Altas (Caxias) uma tímida frente pecuarista vinda do litoral. De Pastos Bons saem expedições em todas as direções e, ao mesmo tempo, vão-se espalhando as fazendas de gado (VELHO, 2013).

Este povoamento na região, no século XIX, ocorre principalmente com o declínio dos garimpos de ouro na região goiana, pois muitos goianos e garimpeiros tiveram que migrar para outros locais. O que atraiu essas pessoas foi inicialmente a grande quantidade de terras disponíveis na região de Pastos Bons, o que favoreceu as atividades extrativistas e pastoris.

⁴⁴ A História Cultural, segundo Burk (2012) se destacou pelas abordagens direcionadas para a História das Mentalidades, onde valoriza os fenômenos culturais, ou seja, a análise parte de um conteúdo cultural que retrata os acontecimentos vividos no passado por um povo, nação ou comunidade.

Mas muitos se dedicaram principalmente à criação de gado, primeiro pela aceitação da carne, que poderia ser negociada em toda região (FRANKLIN, 2008), podendo ainda ter o aproveitamento do couro destinado aos curtumes, para a fabricação de vários utensílios e vestimentas para os sertanejos e vaqueiros, tendo como compradores os Estados vizinhos.

CAPÍTULO 3: Projetos desenvolvimentistas

Os projetos que tiveram destaque em suas atuações no Maranhão e na região de Imperatriz, e, conseqüentemente, na Estrada do Arroz foram a SUDAM⁴⁵, órgão que, segundo Luna (1985), tinha como principal objetivo atrair investimentos para a Amazônia através de programas e planos do Governo Federal; o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT, criado pelo Decreto-Lei nº 1.767 de 1º de fevereiro de 1980, para coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudoeste do Pará, Norte de Goiás⁴⁶ e Oeste do Maranhão (ALMEIDA, 2008). Este órgão do governo foi criado com o objetivo de apressar a regularização das terras da área e a recuperação social e econômica da mesma. Segundo Aldighieri (1993), este órgão se tornou um problema para os trabalhadores que haviam ocupado terras devolutas no Maranhão, pois “Em lugar de repartir as terras e distribuí-las entre os legítimos posseiros, o GETAT legalizará a grilagem, a ocupação das terras pelos fazendeiros e se tornará a mão todo-poderosa do governo militar, aplicando a ideologia da Segurança Nacional” (ALDIGHIERI, 1993, p. 48).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA⁴⁷ é outro órgão do Governo Federal que teve participação na Reforma Agrária no Maranhão (ASSELIN, 2009). Este foi criado com a incumbência de promover a reforma agrária, criar e conduzir o cadastro nacional de imóveis rurais, administrar as terras públicas. Este órgão tinha a função de “regularizar o assentamento de colonos em terras devolutas” (ALMEIDA, 1982).

O PGC é outra iniciativa governamental com objetivos, de criar condições de infraestrutura para a exploração do minério de ferro, mas segundo Horácio Antunes Sant’Ana Júnior (2013), o programa ia além, visava

Ser um programa de ação que ia muito além da exploração do minério do ferro. O Programa era conduzido por um Conselho Interministerial (também instituído no Decreto Lei) e foi pensado e realizado como um programa centrado na mineração e siderurgia, mas que atuasse como catalisador de ‘desenvolvimento regional’, cujo raio de ação compreenderia boa parte da Amazônia oriental, envolvendo territórios

⁴⁵ A SUDAM, foi criada sob a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, em substituição a outro projeto do Governo Federal, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. A SUDAM tinha como finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal. Foi extinta, em 24 de agosto de 2001, pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, através da medida provisória nº 2.157-5, sendo substituída pela ADA.

⁴⁶ O estado de Goiás foi dividido em 1988, dando origem ao estado de Tocantins.

⁴⁷ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA é um órgão do Governo Federal criado a partir do Decreto nº 1.110, em 09 de julho de 1970. Está ligado diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Sua estrutura regimentar e sua redação foram modificadas e atualizadas com o Decreto nº 6.812, em 03 de abril de 2009.

de três estados da união: o sudeste do Pará, o norte do Tocantins (à época, ainda, Goiás) e o sudoeste do Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR, 2013, p. 2).

Por meio dos projetos do Programa Grande Carajás, “intensificou-se o processo de transferência de terras devolutas para corporações empresariais” (ARAÚJO; NOBREGA, 2013, p. 07). Prática de transferência de terras vivenciada pelos moradores da Estrada do Arroz, com a instalação da CELMAR, ação governamental que contribuiu para as transformações e interferências nos modos de vidas dos moradores da Estrada do Arroz, principalmente das quebradeiras de coco de Petrolina (SANTOS, 2011).

Estes projetos políticos de desenvolvimento, que começaram a surgir a partir de 1960, nasceram baseados perspectiva “racional” e de orientação, num sentido progressista, que seria concretizado através de redes de infraestruturas. Eram projetos destinados a atingir setores da economia nacional como mineração, agricultura, indústria, pecuária, pesca e agroindústria. Foram projetos que afetaram diretamente os moradores das regiões do sudoeste do Pará, norte do Tocantins e sudoeste do Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR, 2013), como os trabalhadores da agricultura familiar, comunidades tradicionais, extrativistas, quebradeiras de coco, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores, como explica Sant'Ana Júnior:

Apesar de ter sido oficialmente extinto em 1991, o Programa Grande Carajás atuou como “dinizador” da economia regional, alterando profundamente a história, a geografia e o ambiente da Amazônia oriental. Suas consequências continuam presentes na vida cotidiana das cidades, dos povoados rurais, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos grupos sociais tradicionais e nas intensas alterações dos biomas e paisagens. As iniciativas decorrentes de planejamentos governamentais e/ou da iniciativa privada compuseram historicamente o Programa Grande Carajás (PGC), gigantesco plano de intervenção regional e que, sob o comando da Vale do Rio Doce, abarcou praticamente, toda a Amazônia oriental (SANT'ANA JÚNIOR, 2013, p. 2).

As implantações dos empreendimentos que surgiram a partir do Programa Grande Carajás se processaram em meio a discursos desenvolvimentistas, vindo, principalmente do governo e dos empresários. Nesse momento, também, surgem discussões sobre o meio ambiente, preservação da floresta amazônica, participação da sociedade (ACSELRAD, 2001). Nesses discursos surgiram acusações contra os trabalhadores da agricultura familiar, responsáveis pela agricultura temporária, apontando-os como responsáveis pela degradação do meio ambiente. Discursos que tinham como objetivo legitimar as ações e instalações dos grandes empreendimentos em detrimento dos trabalhadores da agricultura familiar. Nessa perspectiva, muitas terras passaram a ter uma redistribuição dentro dos planos e objetivos do governo, como explica Almeida:

Está-se diante de uma monotonia deste discurso que enfatiza o “racional” aplicado a objetos singulares e a realidades localizadas. Assim vamos encontra-lo também, sob diferentes aspectos, na justificativa das diferentes políticas governamentais: no Proálcool, no Projeto Jarí e no Programa Grande Carajás, bem como nas leis estaduais que buscam uma reestruturação formal do mercado de terras. Justifica ainda a usurpação das terras indígenas e das ocupações tradicionais camponesas, porquanto são classificadas como “primitivas” ou “como economia natural”. Os povos indígenas e a economia camponesa seriam interpretados como uma mera “continuação da natureza” (ALMEIDA, 2008a, p. 29 -30).

Para o funcionamento do Programa Grande Carajás houve uma movimentação em vários setores da economia nacional, com facilidades e incentivos fiscais (MESQUITA, 2011b). Eram empreendimentos que já vinham passando por estudos e pesquisas sobre seu potencial minerador desde os anos de 1950, sendo implantado oficialmente no início de 1980, mediante ação do Governo Federal. Eram projetos que contaram com a participação estrangeira, destacando os japoneses com sua empresa Japan International Consulting – JICA (SANTOS, 2011). As pesquisas já vinham sendo feitas a muitas décadas de forma associativa ou individual do governo, como explica Santos:

Desde 1967, pesquisas já apontavam para a existência de minério de ferro na região da Serra dos Carajás, no Sul do Pará. Um geólogo brasileiro a serviço de uma firma norte-americana, a United States Steel, descobriu uma vasta quantidade de minério nessa região. Com essa descoberta, a Steel assumiu, juntamente com a CVRD, o empreendimento e formaram a Amazônia Mineração S.A – Amza. (SANTOS, 2011, p. 27).

A implantação dos projetos para dar suporte ao Programa Grande Carajás nas regiões já mencionadas foi responsável por profundas transformações nas vidas dos moradores dessas regiões. Sendo percebido, desde o início interesses e conflitos, estando, de um lado, os grupos empresariais e, do outro, os moradores da região amazônica e pré-amazônica que estavam vendo seus modos de vida ameaçados. Tais circunstâncias ocasionaram disputas por terras e recursos naturais, envolvendo moradores e grandes empreendimentos, como esclarece Araujo:

Os empreendimentos passam a disputar agora os recursos naturais. A ideia de desenvolvimento, vinculada à industrialização, prevalece no Estado e os investimentos públicos desconhecem as diferentes territorialidades e modos de vida que coexistem, reproduzindo no dia-a-dia diferentes tipos de conflitos. [...] Os grandes projetos e o processo de modernização do campo – com incentivos aos investimentos agropecuários e agroexportadores, centrados na monocultura, com implementos agrícolas da mais alta tecnologia em regiões estratégicas, como a Pré-Amazônia, o cerrado e os campos naturais da Baixada Maranhense – acentuam problemas sociais e ambientais. Todos eles implicam a devastação de grandes áreas, a contaminação das bacias dos principais rios do Estado, com uso de

agrotóxicos (pesticida e inseticidas) e de adubos químicos, e a consequente desertificação dos solos (ARAUJO, 2013, p. 121).

Nos discursos de afirmação, em que os projetos eram anunciados como formas de progresso, modernização e melhoria do país, pouco se falava das consequências para a natureza e de quem dependia dela para sobreviver. O que importava era poder implantar os projetos ligados ao Programa Grande Carajás pondo em prática os objetivos propostos pelo governo que visavam

Desenvolver o crescimento industrial, a siderurgia e, especialmente, a exploração mineral; ocupar o que se denominou de ‘espaços vazios’, substituindo a economia tradicional camponesa e indígena por uma economia de mercado; gerar riqueza, emprego e renda para tirar o país da crise e pagar a dívida externa; e descentralizar a economia (SANTOS, 2011, p. 29).

Diante das dificuldades e ameaças que os moradores das regiões atingidas pela política de desenvolvimento do governo começaram a se organizar politicamente, dando origem aos movimentos sociais e organização de grupos coletivos. É na dificuldade enfrentada pelo grupo que os indivíduos tomam consciência política e começam a reivindicar por seus direitos, começam a se manifestar de várias formas contra a exploração e discriminação (ALMEIDA, 2011).

São manifestações organizativas que surgem a partir dos anos de 1980 (ALMEIDA, 2008a). É com a organização política e a tomada de consciência sobre os seus direitos que grupos sociais como quilombolas, agricultores familiares, quebradeiras de coco, pescadores, seringueiros, entre outras comunidades tradicionais, que acontecem as formas de resistências. São estratégias que apresentam diversas naturezas como a interdição de estradas e ferrovias, que também é uma forma de manifestação e reivindicação, a negociações junto aos setores privados e governamentais, ou seja, as estratégias de resistência se articulavam conforme organização do grupo, utilizando as armas que tinham para manifestar seu descontentamento. A resistência pode ocorrer por meio de manifesto, greve, fechar a estradas, utilizar-se do boicote, e outros tipos mais, criando suas formas cotidianas de resistência, como explica James C. Scott (2002), quando argumenta que:

Essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições. Em tempos de crise ou momentos de mudança política, podem ser complementadas por outras formas de luta que são mais oportunas. Entretanto, elas não desapareceram enquanto a estrutura rural social se mantiver exploradora e desigual (SCOTT, 2002, p. 24).

O Programa Grande Carajás recebeu significativos investimentos do governo federal abrangendo parte dos estados do Maranhão, Pará e parte de Goiás, hoje estado de Tocantins. Municípios que estiveram envolvidos diretamente com os empreendimentos, por possuírem e reunirem os fatores necessários para o desenvolvimento do programa passaram a serem inseridos no programa, como explica Ferreira:

Nos 900.00 quilômetros quadrados (90 milhões de hectares) do PGC ou 'Carajazão', uma área da Amazônia Oriental que abrange o Maranhão e partes do Pará e Goiás, correspondente a um décimo de território brasileiro e superior a grandes países da Europa como França ou as duas Alemanhas juntas, estão concentradas as principais reservas minerais do país e uma das grandes anomalias geológicas da Terra (FERREIRA, 1982, p. 31).

No Maranhão municípios como Açailândia e Imperatriz passaram a conviver com a presença de engenheiros, pesquisadores, máquinas e trabalhadores do Programa Grande Carajás. Outros municípios como São Luís, Santa Inês, Buriticupu, no Maranhão e Parauapebas e Marabá, no Pará, tiveram suas terras e fronteiras cortadas pela Estrada de Ferro Carajás⁴⁸. Esta que tinha como objetivo maior transportar os minérios para as siderúrgicas e para o porto de São Luís, no estado do Maranhão, de lá partiriam para outros estados e países, como explica Monteiro:

Para tanto, montou-se uma gigantesca estrutura envolvendo, além da *companytown* na Serra dos Carajás, um sistema que abarca minas, instalações de beneficiamento e um pátio de estocagem, as instalações portuárias e a Estrada de Ferro Carajás, cujos 890 quilômetros de extensão interligam a Serra dos Carajás ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís (MA). Este sistema começou a operar em 1985 (MONTEIRO, 2005, p. 5).

As ações dos grandes empreendimentos, além de abranger extensões de terra, também tiveram a vantagem de aproveitar os recursos naturais, como a madeira tirada das florestas nativas e as águas de rios, nas áreas em que abarcava o território destinado ao projeto. A criação do Programa Grande Carajás foi responsável por modificações na região já mencionada, pois muitas cidades conseguiram ter um desenvolvimento econômico considerável com as implantações e ações dos projetos. Os municípios de Imperatriz e Açailândia são exemplos de cidades que sofreram interferências e transformações, principalmente, nos campos econômicos, sociais e políticos. Foram ações e projetos que

⁴⁸A ferrovia foi oficialmente inaugurada em 28 de fevereiro de 1985, com a presença do então presidente da república João Figueiredo, iniciando-se imediatamente o transporte de minérios de ferro e de manganês para exportação

contribuíram para se tornarem centros comerciais abastecedores de maquinários para fábricas, indústrias e agronegócios e produtores de ferro gusa, no caso de Açailândia (SANTOS, 2011).

A área de atuação do Programa Grande Carajás e da Estrada de Ferro Carajás abrange vários municípios e estados como já mencionado. Encontram-se em suas áreas de atuação, por exemplo, no Maranhão grandes áreas de Mata atlântica, Cerrado, florestas de babaçuais e mangues; no Pará, floresta amazônica e em Tocantins, cerrado, florestas tropical e amazônica. São locais que passaram a conviver com impactos ambientais e sociais provocados pelos empreendimentos. No que se refere aos problemas ambientais a instalação das mineradoras e a extração do minério foram responsáveis pela degradação ambiental, com elas vêm as madeiras e as guseiras, construindo para o aumento da devastação ao meio ambiente.

No que concerne aos problemas sociais moradores das regiões afetadas, inclusive comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, por exemplo, sofreram com essas ações, tendo suas terras invadidas e tomadas, quando não, sofreram com a própria devastação, perdendo, assim, de uma forma ou de outra o seu bem maior, a terra responsável pelo sustento, produção e reprodução de seus modos de vidas. Circunstâncias causadoras de transformações estruturais nos modos de vidas seculares de povos e comunidades seculares que habitavam a região amazônica (ALMEIDA, 2008a) e dos moradores como um todo, pois todos sofreram interferências das ações empresarias e governamentais por meio de seus projetos desenvolvimentistas.

Portanto, o discurso de melhoria e de progresso como justificativa para as implantações de projetos se mostrou contraditório, tendo em vista que muitos sofreram as consequências dessas arbitrariedades, impostas de cima para baixo, criando mobilizações e conflitos, como explica Sant'Ana Júnior:

Esse cenário desenvolvimentista no Maranhão tem provocado a expulsão de milhares de agricultores de suas terras e o desmantelamento da produção familiar rural, como consequência nefasta de um modelo de desenvolvimento excludente. Observando os indicadores sociais, percebe-se que, apesar de grandes investimentos nos últimos anos em projetos de desenvolvimento econômico, o Maranhão permanece sendo um dos estados mais pobres do Brasil, com elevados índices de concentração de terras, riquezas e poder político e importando grande parte do que consome. Por outro lado, como esses projetos colocam em evidência as diferentes lógicas de apropriação dos territórios, provocam a formação de conflitos, na medida em que os questionamentos das decisões políticas e das ações associadas aos projetos de desenvolvimento se expressam em forma de resistência por meio da mobilização coletiva (SANT'ANA JÚNIOR, 2013, p. 5).

O Polo Carajás como já mencionado envolve alguns municípios em seu projeto, em relação às siderúrgicas elas estão concentradas em Marabá, no Pará e em Açailândia, no Maranhão. A importância do estado do Maranhão passou a ser tão significativa para o Polo Carajás que inúmeros projetos foram destinados ao estado, como indicam Santos (2011, p. 41), ao dizer que “A partir de 1981, foram aprovados 22 projetos minero-metalúrgicos, dos quais 15 seriam no estado do Maranhão, e o restante no estado do Pará”.

Os empreendimentos são responsáveis por criarem, em determinadas situações, interferências tanto estruturais, devido sua instalação, quanto na qualidade de vida de várias “unidades sociais”. Situação vivenciada, por exemplo, pelos moradores da Comunidade Piquiá de Baixo, localizada em Açailândia, onde a poluição do ar, provocadas pelas fuligens das siderúrgicas e principalmente da fábrica de cimento por ser a mais próxima da comunidade, são responsáveis por sérios problemas respiratórios de seus moradores.

São problemas que se arrastam por anos sem solução para os moradores, prejudicando suas saúdes e o bem-estar. Segundo o presidente da Associação de Moradores do Piquiá de Baixo, o senhor Edvard Dantas Cardeal⁴⁹, em Entrevista realizada em: Imperatriz no mês de setembro de 2013: *“nem as casas e nem as pessoas ficam limpas por muito tempo, as coisas, os móveis e até a gente fica cinzento por causa desse pó que cai dia e noite...”*.

Entre Açailândia e Marabá está o município de Imperatriz (ver mapa em anexo), que por sua proximidade tornou-se grande centro comercial e industrial, sendo fornecedor de maquinários, mão-de-obra e energia através de suas carvoarias. Com a facilidade encontrada, devido aos incentivos fiscais promovidos pelo Programa Grande Carajás, tornou-se também um polo industrial, destacando-se a Empresa Suzano: papel e celulose, inaugurada em março de 2014, estando localizada na Estrada do Arroz e ocupando uma área de 1,5 milhões de m², sendo 96 mil de área construída (MARTIN, 2014, p. 26). A fábrica da Suzano encontra-se à 630 Km da capital São Luís/MA, tendo como grande parceira na logística de escoamento da produção a empresa mineradora Vale, com a qual foram assinados contratos entre os anos de 2014 a 2043, para a utilizadas as ferrovias Norte-Sul e Carajás.

Para aprimorar o transporte de seus produtos e matérias-primas a empresa Suzano construiu um ramal ferroviário de 27 km ligando-se à ferrovia Norte-Sul (ver imagem nº 01), construção que segundo o presidente da Associação de Moradores e produtores de São José

⁴⁹ Edvard Dantas Cardeal é morador da comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, é presidente da Associação dos Moradores da Comunidade do Piquiá de Baixo, sua luta se encontra no reassentamento dos moradores de Piquiá de Baixo. Está foi a única solução encontrada pelos moradores para se livrarem da contaminação causada pelos resíduos de minérios saídos das indústrias de ferro gusa.

da Matança, Açaíçal e Esperantina II, Daniel Conceição Nascimento⁵⁰, “*essa nova estrada que foi construída é exclusiva da Suzano vai cortar caminho e vai aumentar e muito o abastecimento e o lucro dela*” (Entrevista realizada em: julho de 2014).

Imagem 1 - Imagem de satélite Google Earth.



A imagem mostra o ramal da Estrada de Ferro Norte-Sul ligada à fábrica Suzano, sendo esta ferrovia responsável pelo transporte, tanto de matérias-primas, quanto de produtos industrializados pela fábrica, como as pastas de celulose, destinadas à produção de papel.

O Programa Grande Carajás foi responsável pela concessão de incentivos financeiros, que possibilitou a instalação de empreendimentos que contribuíssem direta e indiretamente com o projeto (SANTOS, 2011). Dessa forma, o programa possibilitou empreendimentos que favoreceram a atuação de serviços como, por exemplo, de construtoras nas construções de estradas, barragens, construção civil e nas instalações do próprio PGC. O programa tinha como objetivo investir em setores da economia com grandes investimentos na agricultura, pecuária, indústrias ligadas a madeiras, instalações de indústrias e fábricas. São investimentos menores, mas que tiveram sua importância na movimentação de recursos financeiros (SANTOS, 2011).

Os incentivos dos anos de 1980 e 1990 destinados à agricultura e a pecuária movimentavam o mercado de terra, pois eram projetos que exigiam extensões de terras cada

⁵⁰ Daniel Conceição Nascimento é morador da “unidade social” de São José da Matança, é professor da rede pública municipal de Imperatriz e presidente da Associação de Moradores e produtores de São José da Matança, Açaíçal e Esperantina II.

vez maiores, como foi o caso dos projetos destinados à agropecuária e a agricultura, como explica Pinto:

O Programa agrícola iniciou-se com uma área de mais de 10 milhões de hectares, 2/3 do território de todo o Projeto Grande Carajás. Cerca de 40% dessa área foi destinada à produção, segundo planejamento inicial, de 10 milhões de toneladas de arroz; a previsão apontou também para a instalação de 56 usinas destinadas à produção de ração animal à base de mandioca; outra produção prevista foi a de quase um milhão de toneladas de borracha natural; deveriam ser instaladas destilarias de cana-de-açúcar e de mandioca reservada à produção de mais de cinco bilhões de litros de álcool anualmente (PINTO, 1981, p. 60 apud SANTOS, 2011, p. 50).

No setor pecuário também houve investimentos, aumentando as áreas de expansão dessa atividade. Assim houve incentivo na ampliação e melhoramento de fazendas, no investimento em rebanho e pastos. Iniciativa que provocou grande desmatamento e destruição de florestas, sendo que a madeira retirada dessa área era destinada à produção de carvão vegetal. Investimentos que segundo Pinto (1981):

Dentre os diversos outros setores, houve realce igualmente para os projetos pecuários com área de três milhões de hectares, comportando a instalação de 300 fazendas de 10 mil hectares. Cada fazenda teve um investimento de 5,77 milhões de dólares, para gerar uma receita de 2,3 milhões com o faturamento da venda de carne bovina na ordem de 1.300 toneladas por ano, num faturamento total de 700 milhões de dólares anuais, com 400 mil toneladas de carne (PINTO, 1981, p. 61 apud SANTOS, 2011, p. 50).

Essas áreas, segundo os planejadores do Programa Grande Carajás, eram desabitadas, seguindo a ideia de espaços vazios (ALMEIDA, 2008a). Com os discursos de terras devolutas, desabitadas e que deveriam ser aproveitadas para o desenvolvimento do país. Com isso muitos moradores das regiões atingidas pelo programa tiveram que sair para dar lugar aos empreendimentos. Esses discursos podem ser considerados como estratégias para facilitar a implantação dos projetos, é uma forma de amenizar a “culpa” e lutar contra aqueles que se mostravam contra os projetos, pois segundo Scott “muitos dos esforços dos camponeses serão vistos pelas classes apropriadoras como truculência, fraude, vagabundagem, furto ou arrogância – em resumo, todas as etiquetas planejadas para denegrir as muitas faces da resistência” (SCOTT, 2002, p. 30).

Para os empreendedores do programa eram regiões desocupadas, e que mereciam receber um investimento que desse lucro e que pudesse ajudar a melhorar a economia nacional. Com isso, criou-se o discurso da “insuficiência demográfica” ou “baixa densidade

populacional” (ALMEIDA, 2008a). Discurso que a todo o momento procurava justificar a ação do Estado, mas para melhor esclarecer essa situação e:

Para ilustrar estas formas de invisibilidade, que a noção de ‘vazio demográfico’ sugere, recorde-se que o denominado ‘nomadismo’ sempre esteve presente nas análises de chamada ‘crise do extrativismo na Amazônia’, acentuando uma agricultura itinerante e uma suposta pequenez do homem e de suas atividades face à exuberância do ‘meio físico’. Houve inclusive, em determinadas circunstâncias, um certo consenso entre economistas e geógrafos a este respeito, que deslocava o sentido da ‘degradação’, tomando-o como um efeito de atividades econômicas itinerantes realizadas por povos indígenas e por unidades familiares de produtores diretos extrativistas (ALMEIDA, 2008a, p. 33).

A relação homem/natureza não era, e ainda não é, apenas uma questão de sobrevivência física, mas também de produção, reprodução e manutenção de modos de vidas por meio de práticas e identidades. São interferências ocasionadas pelas ações do Programa Grande Carajás que prejudicam diretamente os moradores que vivem nas áreas de atuação do programa (ALMEIDA, 2008a).

As consequências proporcionadas pela instalação do Programa Grande Carajás podem ser percebidas em suas atuações, pois não houve estudos sobre os impactos sociais, visto que tratavam a região de atuação como “vazio demográfico” (ALMEIDA, 2008a). É inquestionável o saldo negativo que recaiu sobre os moradores das regiões atingidas pelo programa, visto que continuavam nas mesmas condições, sem acréscimo em suas condições financeiras, sem amparo dos órgãos públicos e sem nenhum tipo de assistência (MESQUITA, 2011b). Tais atuações foram responsáveis por consequências que surgiram no momento em que o acesso a terra e aos recursos naturais foram interrompidos ou dificultados, gerando dificuldades no sustento e manutenção das famílias atingidas.

A implementação de grandes empreendimentos, seja na Amazônia ou em qualquer outro lugar, traz consigo grandes consequências para a sociedade em diversos âmbitos, mas ficando como grandes prejudicados aqueles que têm relação direta com a terra, como explica Santos ao analisar as consequências sociais causadas pelo Programa Grande Carajás:

Para os menos adaptados, restou a exclusão em escala mais ampliada, muitos perderam a terra e passaram a depender unicamente do emprego. Esse trabalhador ou trabalhadora teve que reaprender a viver de maneira consideravelmente diferente da forma que sua cultura lhe ensinara. A vida de maior pobreza e seguida das migrações criou um novo habitus nas gerações posteriores, em que o homem se distancia cada vez mais do conhecimento profundo da agricultura, ao mesmo tempo em que não tem condições de um aperfeiçoamento técnico que lhe possa garantir emprego com estabilidade suficiente para sustentar a família com a mesma tranquilidade (SANTOS, 2011, p. 86-87).

As relações sociais se transformam e são construídas a partir das mudanças sofridas pelo local ou região, partindo das necessidades de cada morador. São relações que são condicionadas pelas exigências e objetivos de cada grupo, surgindo daí estratégias, resistências, deslocamentos compulsórios, perda, adaptação e reafirmação identitária, lutas e reivindicações de povos e comunidades tradicionais.

Relações são percebidas na Estrada do Arroz, principalmente com a instalação de grandes empreendimentos empresariais, como plantações de eucaliptos e as fazendas de criação de gado. A CELMAR foi um investimento que adquiriu grandes extensões de terras ao longo da Estrada do Arroz, modificando profundamente a vida de quem morava na região, pois muitos sobreviviam da agricultura familiar e da extração, quebra e venda do coco babaçu (SANTOS, 2011).

Os grandes empreendimentos, nos quais estão compreendidas as siderúrgicas, fábricas de cimento, indústrias de papel e celulose e grandes fazendas, estão criando situações de conflitos com os moradores. Está sendo assim com os moradores de Piquiá de Baixo, devido à poluição do ar, como já mencionada; com São Francisco Romão, área de assentamento em Açailândia que tem visto suas casas rachar e poços secarem devido à trepidação ocasionada pelo trem da Vale que passa na Estrada de Ferro Carajás nos quintais de suas casas; São Pedro da Água Branca e Sítio Novo que se sentem ameaçados pelos caminhões carregados de toras de eucaliptos, como relata Rosalva Silva Gomes⁵¹

Hoje o grande medo das comunidades são esses caminhões carregados de toras de eucaliptos, vira e mexe a gente fica sabendo de notícias de pessoas que foram acidentadas por esses caminhões ou toras, porque eles são muito grande, a pessoa tem que ter muito cuidado quando estiver andando por essas estradas, eles tomam a estrada toda. Já teve caso de toras que caiu e matou um lavrador que vinha de moto, uma senhora que quebrou a perna quando se chocou com uma tora. Então essa é uma das dificuldades que a gente tem percebido. Eles deveriam (empresa Suzano) construir estradas pra desviar as rotas dos caminhões como eles fizeram lá na Estrada do Arroz, em Coquelândia, lá eles não passa por dentro. Então essa é uma das dificuldades (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

Portanto, as interferências e mudanças nos modos de vidas de moradores nas regiões atingidas pelos empreendimentos do Programa Grande Carajás se apresentam de várias formas como já citadas, sendo a principal interferência as ações que contribuíram para a perda de acesso a terras e recursos naturais pelos moradores extrativistas e da agricultura familiar. São moradores que estão sendo privados de se produzirem e se reproduzirem culturalmente em virtude da falta de um território que possa fornecer recursos naturais fundamentais para

⁵¹ Rosalva Silva Gomes é associada e assessora técnica do MIQCB de Imperatriz.

sua sobrevivência, reprodução social e material, situação que envolve e interfere em sua territorialização⁵².

3.1 O mercado de terras e a estrada do arroz

Para obter e ter acesso aos recursos naturais indispensáveis para o desenvolvimento de seus empreendimentos, empresas, fábricas e fazendeiros vem utilizando estratégias que possibilitam adquirir grandes extensões de terras. As estratégias são usadas para facilitar a compra de terras dos pequenos proprietários nas áreas de seus interesses.

Prática também vivenciada pelos moradores da Estrada do Arroz, em que a estratégia, primeira, é ganhar a confiança daqueles que ainda resistem com sua pequena propriedade, de forma que venham a ser convencidos a venderem sem resistência. Os interesses que estão em disputa, no que se refere à compra de terras dos moradores da Estrada do Arroz pelos grandes empreendimentos passam pelas necessidades cotidianas de cada um. Enquanto para alguns moradores não há o interesse em vender, já para outros é visto como oportunidade, olhando pelo lado do lucro imediato. São ações e comportamentos que apresentaram posicionamentos diante das relações criadas pelos moradores e compradores. São ações difusas e fragmentárias que segundo Scott (2002) se apresentam como formas de resistência, em que possuem dimensões ocultas, que não se apresentam com clareza, mas que estão presentes nas ações de todos os envolvidos, os que resistem e aqueles que querem “dominar”.

O mercado de terras em que a Estrada do Arroz foi inserida afetou a vida de seus moradores, pois, como já mencionado, dependiam da terra para tirar seu sustento, através da agricultura familiar e da quebra do coco babaçu. São ações que transformaram e interferiram nos modos de vida dos moradores, isto porque, depois das desapropriações ocorridas depois da Lei Sarney de Terras e do comércio de terras, os moradores ficaram sem ter um lugar para desenvolver suas práticas. Havia moradores que, mesmo sem ter uma propriedade própria, se beneficiavam das terras dos vizinhos, pois tinha acesso a essas terras por meio do arrendamento. Situações que contribuiu diretamente para a redução da agricultura familiar e

⁵² Sobre a noção de territorialização, João Pacheco Oliveira comenta que “...a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciada; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

do extrativismo do coco babaçu (MESQUITA, 2011a), como relata o entrevistado Daniel Conceição Nascimento ao falar do mercado de terras na Estrada do Arroz:

Aqui antigamente, antes da CELMAR e da Suzano tinha muita terras pra trabalhar, o trabalho aqui era na agricultura, logo a terra era boa mesmo, tinha moradores que conseguiram suas propriedades de herança, outros conseguiram comprando, meu pai mesmo comprou um pedaço na Matança onde nós trabalhamos. Tinha morador que não tinha terra, mas trabalhava na terra de quem tinha, todo mundo trabalhava botando suas roças. Mas hoje está tudo dominado pelas empresas, primeiro foi com a CELMAR e depois com a Suzano, ainda hoje ela compra terra, agora mesmo ela comprou uma propriedade de um vizinho nosso que vai dá na beira do rio, só pra você ver como é grande. Está se acabando tudo tá ficando só pé de eucalipto, até os fazendeiros estão vendendo suas terras e por preço alto. Tudo pra poder funcionar a fábrica da Suzano (Entrevista realizada em: 07/09/2013).

A compra e venda de terras na Estrada do Arroz ganhou grandes proporções se transformando num mercado imobiliário lucrativo e disputado, situação que criou novas realidades para as famílias dos moradores. Assim, muitos foram se desfazendo de suas propriedades, foram vendendo para fazendeiros e empresas e ficando sem trabalhar. Vendiam a propriedade, pegavam o dinheiro e iam tentar a sorte na cidade, mas com o tempo acabavam retornando para seus antigos povoados para recomeçar, pois muitos não conseguiam se adaptar à vida na cidade, como relatou o entrevistado Daniel Conceição Nascimento.

Assim muitos moradores atingidos pelo Programa Grande Carajás, que possuíam propriedades foram pressionados a vender suas terras para empresas e fazendeiros. Os moradores tentaram resistir às investidas, mas logo foram vencidos pelas estratégias utilizadas pelos compradores, sendo a principal a valorização por hectares de terra, chegando a atingir valores acima do que era negociado nas demais regiões, como explica a entrevistada Maria Querobina da Silva Neta:

Quando essas empresas chegaram por aqui foi um “deus nos acuda”, comprando terra de todo mundo que queria vender, e muitos venderam por causa do preço, o povo não tinha costume com o dinheiro, quando viram ficaram louco e foram vendendo. Quando encontra aquele que não queria vender, eles aumentavam o preço até comprar, os primeiros que venderam pegaram pouco dinheiro, mas os outros que não venderam logo, pegou um dinheiro bom. Foi assim quando a CELMAR chegou aqui, depois foi com a Suzano, essa é que é o bicho, logo ela tem muito dinheiro, tem dinheiro que não sabe o que faz (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

Dessa forma, famílias que dependiam da terra para desempenhar suas atividades agrícolas, extrativistas e de criação de animais se viram reduzidas a um pequeno espaço de

terra onde se localiza suas moradias. A perda do acesso à terra e aos recursos naturais tem sido nos últimos anos a grande dificuldade para os moradores da Estrada do Arroz como relata a entrevista com Judite Teodora dos Santos:

O nosso maior problema é não ter onde pegar o coco pra quebrar, botar nossa rocinha, quase ninguém coloca mais roça, não tem aonde, eu vivo sozinha meus filhos já foram até embora daqui porque não tem trabalho, ninguém vai morrer de fome. Eu ainda quebro o coco, participo do MIQCB, mas não tá sendo fácil (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

Desta forma, o problema se encontra na concentração de terras e recursos naturais dos empreendimentos que monopolizam ou destroem os recursos naturais, como tem ocorrido com os babaçuais que têm dado lugar ao eucalipto e às pastagens para a criação de gado. São ocorrências que segundo a entrevistada Raimunda Fernandes dos Reis:

Têm tirado o sono das companheiras quebradeiras de coco, pois os babaçuais estão sendo derrubados pra serem plantados no lugar o eucalipto, no nosso caso tem os fazendeiros plantando capim. Já chamei elas pra uma reunião pra ver uma saída, mas tá difícil por cada dia que se passa a palmeira do babaçu fica mais longe pra gente pegar, ninguém tem carro pra ir buscar, o negócio tá pegando (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

Uma das estratégias empregadas pelas grandes empresas para conseguir negociar e comprar as propriedades dos moradores foi à contratação de moradores que possuíam conhecimento sobre a região. Os trabalhadores contratados além de conhecer a região, ainda mantinham relações de convivências com os moradores dessas regiões, o que facilitava as negociações durante as propostas de compra da propriedade. Situação apresentada nas estratégias da Suzano, como relata o entrevistado Francisco da Silva Leite⁵³:

Eu saí da região de Bacabal e vim para a região de Imperatriz, fui para a São José da Matança. Comecei lá, foi em 1975. Peguei uma propriedade que ainda não era documentada [...] que foi uma propriedade que recebi do estado, depois consegui a documentação pela conta do GETAT, documentação definitiva [...], em 2009 chegou a empresa Suzano, aí me convidaram pra ajudar porque eu conhecia toda a região [...] daí comecei a trabalhar para eles, ajudando a comprar as propriedades que hoje pertence a empresa Suzano papel e celulose. Ajudei a comprar muita terra a gente ia lá e conversava com o dono da terra, aí eles vendiam (Entrevista realizada em: 12/01/2015).

⁵³ Francisco da Silva Leite foi morador de São José da Matança, trabalhador da agricultura familiar, se tornando funcionário da empresa Suzano, ajudando nas negociações de compra de terras, principalmente na Estrada do Arroz.

Esse tipo de estratégia da empresa é interpretado por algumas lideranças como “cooptações”. Dessa forma, os membros dos grupos que atuam como “facilitadores” nas “negociações” da empresa Suzano são considerados “cooptados”. Assim aconteceu com ex-lideranças que faziam parte de associações, sindicatos e cooperativas, eram pessoas que foram formadas pelos movimentos sociais, como explica a entrevista Maria Querobina da Silva Neta:

As pessoas que foram trabalhar pra Suzano era gente daqui de dentro que se formou como técnico no CENTRU graças aos movimentos, eram moradores daqui da Estrada do Arroz. Esses nossos companheiros que foram formados no movimento social, que tão junto, na verdade, o povo acha que é uma coisa que vale apena, porque tá lá o fulano que era do CENTRU, tá lá o fulano que era do IBAMA, tá lá o fulano que era não sei do que, aí o povo se influi com isso, não é. Então isso foi muito ruim pra mim nessa história. nossos companheiros serem usados contra a gente, é muito triste (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

Os funcionários da Suzano responsáveis pelas articulações e negociações junto aos moradores da Estrada do Arroz eram trabalhadores que faziam parte e mantinham contato direto com os moradores. Dessa forma, a Suzano passou a contar com os serviços de trabalhadores que possuíam vínculos afetivos e de confiança, o que contribuiu e favoreceu as negociações a seu favor.

O mercado de terras na Estrada do Arroz apresentou estratégias e resistências nos processos de compra e venda de terras, em que a persuasão não fica só no discurso, no convencimento verbal, a tática mudava sendo a propriedade supervalorizada. Enquanto que os moradores tentavam resistir às investidas dos compradores, não vendendo suas propriedades, por saber que a terra e os recursos naturais faziam parte de seus modos de vida.

Portanto, os moradores da Estrada do Arroz sofrem mudanças promovidas pelo mercado especulador de terras e pelas ações em favor de *commodities*, no qual observam o lugar de convivência e de práticas darem espaço às plantações de eucaliptos, ressalta-se que para muitos esse lugar representa uma vida, uma convivência e uma identidade. Segundo Mesquita (2011a) essas novas práticas de produção ligadas, principalmente, à soja e ao carvão vegetal, destinada ao mercado exportador, se propagam em detrimento dos moradores que não disponibilizam capital para concorrer com empresário e fazendeiros.

[...] a inserção no mercado globalizado beneficia grupos e segmentos, mas de forma pontual e se restringe, em particular, aos intensivos em capital; os demais (de caráter familiar), ao contrário, são prejudicados ou paralisados por essa lógica neoliberal que iguala segmentos diferentes, como a agricultura familiar (AF) e o agronegócio da soja e/ou pecuária empresarial. Em outras palavras, esse período

acarretou transformações importantes em atividades ligadas a exportações, ficando as demais marginalizadas duplamente. De um lado, porque se voltam para o mercado interno (estagnado) dependente do crescimento da renda per capita (que foi muito baixa no período). De outro lado, porque são expostas à concorrência desleal internacional sem, no entanto, disporem de financiamento adequado (MESQUITA, 2011a, p. 34).

Dessa forma, com as perdas das terras e dos recursos naturais pelos moradores da Estrada do Arroz suas vidas vão sendo transformadas, seus modos de vida vão sendo reconstruídos a partir das interferências causadas pelos investimentos. Com isso os momentos considerados pelos moradores como “tempos bons” vai ficando em suas memórias, como explica Halbwachs (1990), o que possibilita aos moradores mais jovens viverem os “tempos bons” através das lembranças dos mais velhos. Os moradores da Estrada do Arroz passam a ser conhecidos por sua ligação de com a estrada, em que esta passa a fazer parte de sua identidade.

Portanto, a identidade dos moradores está ligada com o lugar, com as relações construídas nesse espaço, relações que segundo Bourdieu (2012) estão entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. Dessa forma, o lugar habitado pelos moradores, o ponto do espaço físico em que se encontram tem relação com sua posição no espaço social.

O “efeito de lugar” (BOURDIEU, 2012) permeia as relações do “lugar” Estrada do Arroz, enquanto localização fixa em relação ao espaço segregado, resultado de manifestações culturais, religiosas, políticas e econômicas, resultado das ações cotidianas dos moradores.

3.2 Política de resignação, estratégia de dominação e memória coletiva da resistência

Os grandes empreendimentos através de seus projetos são responsáveis por impactos à sociedade e à natureza, criando situações de conflitos os mais diversificados no país. Esta é uma realidade enfrentada na região amazônica, onde povos, comunidades tradicionais, grupos sociais, organizados em movimentos sociais e identidades coletivas ou, os aqui denominados *moradores*, se confrontam com as ações empresariais.

No caso específico da Estrada do Arroz, a empresa Suzano vem comprando pequenas e grandes propriedades e, juntamente com o domínio da terra, está o controle sobre os recursos naturais, utilizados no plantio da monocultura de eucaliptos. Esta ação tem destruído grandes extensões de florestas nativas, inclusive a de babaquais. São atividades empresariais que têm gerado debates sobre os impactos causados pela silvicultura do eucalipto. As preocupações e os questionamentos estão centrados na destruição das florestas e dos recursos

hídricos, mas a discussão maior está no esgotamento desses recursos, na grande quantidade de terras e água para manter essa monocultura.

Imagem 2 - Fábrica da empresa Suzano Papel e Celulose – Imperatriz-MA



O extensivo plantio de eucaliptos de propriedade da empresa Suzano tem a função de abastecer a fábrica de papel e celulose. Sendo, também, utilizada para a produção de carvão destinada ao abastecimento, também, da fábrica. Circunstâncias que afetam drasticamente florestas, rios, e riachos. Os trabalhadores da agricultura familiar e extrativistas da Estrada do Arroz se encontram ameaçados porque a terra e os recursos naturais destinados às práticas tradicionais estão desaparecendo ou estão servindo à outros propósitos, como as plantações de eucaliptos e capins na construção de pastos em fazendas.

Dessa forma, agricultores e, principalmente as quebradeiras de coco, lutam pela preservação e acesso a terra e aos recursos naturais. Almeida (2008b), ao analisar as relações entre povos e comunidades tradicionais como sujeitos sociais participantes e ativos na construção de conhecimentos locais explica que:

Os recursos naturais, sintetizados então na ideia de ‘terra’ e as mobilizações no sentido de sua conservação, servem de reforço à reivindicação da identidade coletiva. As novas formas de interpretar a ‘natureza’ e de defendê-la fazem parte de seu novo significado, que não pode mais ser dissociados de territorialização, que levam os sujeitos sociais a construir suas próprias territorialidades específicas, segundo seus critérios culturais intrínsecos e seus conhecimentos profundos das realidades localizadas. Rios, igarapés, olhos d’água, reservas de mata, castanhais, babaçuais, campinas, campinaranas, açazais, buritizais e/ou terras agriculturáveis passam a compor um conjunto considerado indispensável para a reprodução física e social (ALMEIDA, 2008b, p. 38-39).

O desmatamento criado para dar lugar às plantações de eucaliptos é chamado pela empresa Suzano de reflorestamento, ou seja, as áreas devastadas pela empresa vão ser recuperadas com plantações de eucaliptos, prática que, segundo dona Maria Querobina da Silva Neta:

É uma forma de enganar o povo, de dizer que não está prejudicando as florestas, que ela está fazendo um bem para todos fazendo reflorestamento com eucalipto, eu quero é ver quem vai comer eucalipto, não tem mais floresta, até os pastos estão virando plantação de eucalipto, e o agricultor como fica se tudo tá virando floresta de eucalipto (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

Dessa forma, as plantações de eucaliptos passaram a ser justificadas como meio de preservação e recuperação de áreas desmatadas, em que a empresa relata que, além de demarcar suas reservas, ajuda a recuperar áreas devastadas com o plantio do eucalipto (SUZANO, 2014). No resumo público do Plano de Manejo Florestal – núcleo Cidelândia de 2014, a empresa Suzano apresentou os objetivos de seus projetos, em que está:

Focada na renovação dos ciclos de crescimento, a empresa investe em processos produtivos ecoeficientes de manejo florestal, priorizando a conservação de ecossistemas e a restauração ambiental, também em programas que resultem na elevação da qualidade de vida das comunidades próximas às áreas industriais e florestais, na melhoria na infraestrutura municipal de saúde e investimento em educação, geração de trabalho e renda, promoção cultural e educacional (SUZANO, 2014, p. 2).

Os moradores da Estrada do Arroz se mostram preocupados com os impactos ambientais e com o avanço do eucalipto em direção as suas casas, isto porque a apropriação e utilização dos recursos naturais explorados pela Suzano, apesar de seu discurso oficial, não apresenta nenhum tipo de preocupação com a preservação do meio ambiente. Esta situação pode trazer graves problemas futuros como relata Daniel Conceição Nascimento, ao dizer que “[...] a primeira coisa que vai acabar é a água, e sem água como vamos beber e se manter, os pés de eucaliptos acaba com a água que fica no solo, suga tudo. Sem água não se pode nem plantar nada” (Entrevista realizada em: 02/02/2013).

São questões como estas que têm despertado vários debates em nível nacional, sobre o poder de devastação dos projetos de silvicultura do eucalipto. Em resposta aos questionamentos e debates sobre meio ambiente, preservação e esgotamento dos recursos naturais, a empresa Suzano tem assumido discursos para amenizar a opinião pública sobre a devastação das florestas e recursos naturais. Segundo, a empresa Suzano há um investimento

em tecnologia e pesquisas genéticas para que o eucalipto não apareça como responsável por danos ambientais, em que:

Comparações entre espécies de eucalipto e outras essências florestais mostram que, no Brasil, as florestas plantadas consomem menos água que as matas nativas. Tal evidência é bastante consistente e se baseia em inúmeros resultados experimentais. Em relação a outras culturas agrícolas, a eficiência do eucalipto no aproveitamento da água garante maior produtividade a seu cultivo (SUZANO, 2014, p. 24).

A empresa Suzano, ao explicar que os plantios de eucaliptos estão reflorestando áreas desmatadas e que essa ação beneficia os moradores que residem às proximidades das áreas “reflorestadas”, tenta minimizar sua responsabilidade na devastação das florestas. Da mesma forma, acontece quando a empresa tenta convencer que a água consumida pelos pés de eucaliptos consome menos que as florestas nativas. Esse discurso é visto como estratégia e tática para responder seus críticos. Segundo Benson & Kirsch (2010), as respostas das empresas para as críticas contribuem para uma estrutura dominante de sentimento em nosso tempo, o que Scott chama de “política de conformação e resignação” (BENSON; KIRSCH, 2010).

As estruturas dominantes de sentimento, segundo Benson & Kirsch, podem acontecer por meio de práticas destrutivas ou prejudiciais para pessoas e meio ambiente, provocadas por “empresas capitalistas”, que não admitem os danos provocados. Pelo contrário, o trata como normal. As políticas de conformação (submissão) faz parte de um processo em que o poder empresarial naturaliza e normatiza os riscos e danos como algo inevitável, que faz parte da modernidade. Não trata os riscos e danos como relações entre empresas, pessoas e ambiente como potencialidades que podem ser reorganizadas e modificadas.

Dessa forma, as táticas presentes nas ações da empresa Suzano na Estrada do Arroz é uma forma de dominação e manutenção do controle sobre as áreas em que atua, amenizando os conflitos com estratégias de compensações, assistencialismo e propaganda. Apresentando, assim, mecanismos que revelam relações de poder e estratégias nas formas de dominação (FOUCAULT, 1995).

As transformações nos modos de vida dos moradores da Estrada do Arroz foram criando novas formas de organizações de trabalho, mas sem abandonar as identidades de agricultor familiar e quebradeiras de coco. São moradores que diante das dificuldades de acesso à terra e ao recursos naturais buscam novas ocupações, como trabalhadores braçais nas fazendas, comerciantes, trabalhadores assalariados nos mais diversos setores da economia.

Mas, que desejam voltar ao campo, à vida da roça, por isso continuam se identificando como agricultores.

Em suas memórias mesmo não desempenhando mais as atividades de agricultor e extrativistas, continuam assumindo essas identidades, as novas ocupações só estão sendo desenvolvidas porque não têm como praticar as antigas. Essas identidades refletem as condições sociais e identitárias dos moradores, os que permanecem como agricultores e extrativistas passam a ser um símbolo de luta, pois lutam constantemente contra um sistema capitalista agroindustrial (MESQUITA, 2011b).

As histórias contadas e lembradas sobre a Estrada do Arroz passam a existir no imaginário dos moradores, tanto como “tempos bons”, de fartura, de terras abundantes, quanto tempo de lutas e resistência, pois as interferências em suas vidas os levaram a se mobilizar contra as ações das empresas e fazendeiros. Lembrar dos “tempos bons” é reforçar sua identidade através da Estrada do Arroz. Assim, resistência tanto está na existência física da estrada, enquanto produtora de arroz que não existe mais, quanto na existência social assumida a partir das memórias sobre a estrada, a partir do espaço social, como explica Bourdieu:

Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos. a posição de um agente social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado (aquele do qual se diz que está “sem eira nem beira” ou “sem residência fixa”, que não tem – quase – existência social), e pela posição relativa que suas localizações temporárias (por exemplo os lugares de honra, os lugares regulados pelo protocolo) e sobretudo permanentes (endereço privado e endereço profissional) ocupam em relação às localizações de outros agentes; ela se exprime também no lugar que ocupam (no direito) no espaço através de suas propriedades (casas, apartamentos ou salas, terras para cultivar, para explorar ou construir etc.) [...] (BOURDIEU, 2012, p. 160-161).

A construção da memória social dos moradores legitima e ajuda a fortalecer a identidade vinculada ao local de moradia, pois não é uma reconstrução e ou desejo de uma volta do passado, mas um reconhecimento do passado a partir de memórias coletivas. O “efeito de lugar” (BOURDIEU, 2012) serve para identificar as pessoas que residem em determinado espaço físico, não se resume apenas no uso do território, mas de toda ação coletiva e individual do morador. Portanto, é a partir da maneira como os moradores da Estrada do Arroz se apresentam no lugar que é criada suas identidades.

O uso das terras às margens da Estrada do Arroz tem sofrido transformações nas últimas décadas, mas o morador ainda a vê e identifica como Estrada do Arroz, é incorporada no seu dia a dia. São mudanças que segundo o entrevistado José Mariano Sobrinho tem modificado, não só a paisagem, mas a vida dos moradores, pois muitos não têm aonde plantar, e aqueles que têm não plantam mais o arroz como explica o entrevistado:

Desde que eu cheguei aqui a Estrada do Arroz é a Estrada do Arroz, quase ninguém planta mais arroz aqui, planta mais é milho e feijão, mesmo assim sem arroz a Estrada do Arroz vai ser Estrada do Arroz. Todo mundo conhece o lugar desse jeito, quando perguntam por mim, falam assim, o Mariano da Estrada do Arroz, do São Felix. É como se já fizesse parte da gente, sabe? É como a mulher quando casa com o homem. É a mulher do fulano, é a Aurora do Mariano (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

As lutas e resistências se reforçam com as histórias e lembranças contadas pelos moradores. É no imaginário que os moradores têm da Estrada do Arroz que argumentam e fortalecem seus discursos. São nesses imaginários que os moradores encontram as práticas e vivências que fortalecem suas identidades e mostram a necessidade e as dependências das terras e dos recursos naturais para suas manutenções, produções e reproduções socioeconômicas.

Desse modo, a memória social dos moradores legitima e ajuda a fortalecer a identidade vinculada ao local de moradia, pois não é uma reconstrução ou desejo de uma volta do passado, mas um reconhecimento do passado a partir de memórias coletivas.

3.3 Formas Organizativas: Disputas na representação política

É necessário compreender a existência de organização social e política na Estrada do Arroz, pois ainda existem moradores que praticam a agricultura e o extrativismo e se organizam em torno dessas identidades. Combinam essas atividades com outras como a criação de animais de pequeno porte.

As organizações de grupos, enquanto agentes políticos emergem na segunda metade do século vinte, se intensificando a partir da década de 1980 (ALMEIDA, 2011), sendo que as mobilizações em defesa de direitos e de melhores condições propiciaram o surgimento de grupos cada vez mais articulados politicamente, indo além das “nomenclaturas” (ALMEIDA, 2002), enfatizando e esclarecendo seus objetivos. São grupos que mediante reivindicações, além de se afirmarem enquanto grupos pertencentes a uma coletividade com identidade

específica e própria, procuram solucionar, ou pelo menos amenizar, as violências, injustiças e descasos que sofrem ao longo de suas existências.

É diante dessas organizações sociais e políticas que moradores da Estrada do Arroz se identificam como agricultor e quebradeira de coco, passando a se identificar, também como comunidade tradicional. As lutas dos moradores da Estrada do Arroz estão no livre acesso e uso de seus recursos naturais, assim como, por seus territórios, nos quais são desenvolvidos seus meios de produção, reprodução física e social (ALMEIDA, 2008b). São a partir das articulações políticas dos moradores contra as ameaças sofridas, que surgem os embates e conflitos com as empresas, governo e particulares de forma geral. Estas ameaças se configuram num conjunto de mecanismos e ações empresariais que colocam em risco a sobrevivência dos modos de vida dos moradores.

A mobilização dos moradores da Estrada do Arroz, se unindo através de identidades e instituições representativas como associações e sindicatos, podem ser compreendidos como mecanismos estratégicos utilizados nos enfrentamentos diante das ações da Suzano, fazendeiros e poder público. São nesses momentos de lutas que há a valorização e afirmação de suas identidades coletivas, mostrando sua capacidade organizativa de enfrentamento diante das ameaças que estão sofrendo.

A dificuldade de se chegar à igualdade de direitos e de exercício da cidadania por todos mostra, de certa forma, uma fragilidade da democracia moderna, pois essa situação de desigualdade é histórica, em que a herança paternalista, clientelista, latifundiária ainda se reflete na política nacional.

Shiraishi Neto (2013) esclarece que nas últimas décadas diversos grupos sociais vêm se manifestando para reivindicar e garantir seus direitos que foram negados pelo Estado. Os trabalhadores representados por movimentos sociais organizados politicamente através de uma identidade coletiva têm ampliado sua participação política nos debates nos quais estão envolvidos. Mas, segundo o autor, isso ainda não tem garantido o cumprimento de seus direitos.

O Estado não tem conseguido avançar na solução desses problemas, não existe um critério de classificação para essas minorias, já que seus direitos se apresentam de diversas maneiras e se caracterizam enquanto grupos sociais diferenciados. Shiraishi Neto (2013) comenta que a negação dos direitos às minorias ao longo de sua história tem dificultado ainda mais a ação do Estado, “a realidade, a omissão do Estado brasileiro, que se prolongou por décadas, acabou gerando um enorme ‘déficit de direitos’ para os diversos grupos sociais, inclusive para as denominadas ‘minorias’” (SHIRAISHI NETO, 2013, p. 23).

Além disso, os conflitos entre movimentos sociais e Estado, assim como o descaso do governo em promover políticas públicas voltadas para os segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira criaram sentimentos de marginalização e medo. Sentimento que se intensificou no período militar e que deixou sua herança. Apesar da abertura democrática, o que permitiu maior diálogo com o Estado, muitos ainda vê como uma instituição que privilegia a elite por meio de um sistema, na qual o poder é a favor da burguesia e contra os movimentos sociais ou a qualquer grupo que se manifeste e questione o sistema vigente. No caso, o sistema capitalista, responsável direta e indiretamente por exclusões sociais e econômicas, bem como, o abismo social entre mais e menos favorecidos economicamente.

São situações como estas de negações e omissões de direitos que os moradores da Estrada do Arroz se deparam. Havendo, assim, a necessidade de criar associações e sindicatos, pois é uma forma dos moradores se organizados politicamente. São associações que discutem e ajudam quebradeiras de coco e agricultores da Estrada do Arroz a se articularem politicamente. Esta, também, é uma forma de fortalecer e criar novas identidades.

As teorias de Charles Tilly (1995) sobre “Repertório de Ação Coletiva” ajudam a compreender os comportamentos e ações políticas dos moradores da Estrada do Arroz enquanto atuação política coletiva. O Repertório se configura num conjunto de ações desenvolvidas em coletividade em que:

Identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995, p. 26, apud ALONSO, 2012, p. 6).

Para o autor, os atores teriam que criar ou se apropriar de estruturas preexistentes de mobilização como associações, sindicatos, cooperativas, fóruns, ou seja, de todas as formas relacionais que possam oferecer embasamentos para as formas organizativas e ações políticas do movimento. Charles Tilly (1995), explica que as formas de mobilizações, dependem do contexto político, o que leva às escolhas dos “repertórios de ação”, surgindo a partir daí um conjunto variável de desempenho.

São exemplos de associações na Estrada do Arroz a Associação das Quebradeiras de coco de Petrolina e Altamira, em Petrolina; Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu da Estrada do Arroz, em São Felix; Associação dos Agricultores do Povoado São Felix, em São Felix. São moradores que juntos enfrentam diferentes situações de conflitos, em

que convivem diariamente com o desrespeito, a omissão e a falta de cumprimento de seus direitos. Lutam pela manutenção, preservação e acesso a terra e aos recursos naturais, criando, assim, mobilizações que reforçam suas identidades coletivas e suas fronteiras.

Imagem 3 - Associação das Quebradeiras de Coco de Petrolina e Altamira na “unidade social” de Petrolina – Imperatriz/MA



Com isso percebe-se uma violência simbólica Bourdieu (2010), e até mesmo física contra essas pessoas, já que são submetidas a aceitarem situações que as prejudicam. Segundo Bourdieu (2010), as violências acontecem na própria relação do indivíduo em sociedade, sendo manifestada nos discursos e ações dominantes criadas pelo sistema em que está inserido, no qual os sujeitos são obrigados a seguir e adotar comportamentos determinados pelo discurso dominante, sendo o poder simbólico o impulsionador dessa violência.

As lutas promovidas pelos moradores da Estrada do Arroz são atuações que visam reivindicações por direito, reconhecimento e igualdade, mas, sobretudo o reconhecimento como agentes políticos, capazes de participar da política nacional, buscando o direito de participação política. A participação política, como meio de obtenção, reconhecimento de direitos e de participação efetiva nas decisões do governo no que concerne a cada grupo são pressupostos básicos defendidos por Dahl (2001), quando fala da igualdade política entre os cidadãos e da participação de todos nas decisões do governo.

A exclusão de grupos sociais nas decisões políticas cria uma “sociedade cada vez mais desvertebrada” (GORCZEVSKI, 2011, p. 9), ficando cada vez mais distante da participação formal no sistema político. Isto acontece porque o poder real está nas mãos de

poucos que buscam primeiro atender suas necessidades e interesses, gerando uma crise na democracia representativa, que é em grande parte, “uma crise do funcionamento do atual sistema democrático” (GORCZEVSKI, 2011, p. 9). Este autor explica que:

Ademais, tampouco a participação efetiva nos diferentes níveis do sistema democrático representativo (da qual nem todos podem desfrutar) basta por si mesma para inibir o mecanismo dos pujantes condicionamentos que concorre a definir o sentido da decisão coletiva; condicionamentos multiplicam exponencialmente sua intensidade em função da maior ou menor fragilidade da posição do indivíduo no grupo social (GORCZEVSKI, 2011, p. 10).

A participação é fundamental para se chegar à democracia e cidadania, pois o “princípio participativo” (SILVA, 2006) está na participação direta de todos junto às decisões e atos de governar de um governo.

A associação de trabalhadores em torno de um objetivo comum, no que se reflete às suas lutas e reivindicações, são manifestações contra uma condição social histórica de marginalização, em que muitos grupos sociais ao longo da história têm sofrido os mais variados tipos de violência e privações. A estratégia utilizada para combater os conflitos gerados pela ação empresarial e do agronegócio é a mobilização. Nesta as comunidades acionam um sentimento de solidariedade entre si, proporcionando, assim, o fortalecimento de suas identidades e do grupo como um todo. Esta é uma estratégia para lutar não só por seus direitos, mas também pelo reconhecimento e valorização de suas identidades coletivas, como explica Shiraishi Neto (2013), quando argumenta que:

A ‘unidade de mobilização’ representam instrumentos organizativos dos quais esses grupos sociais lançam mão para garantir e assegurar Direitos em face de políticas contrárias a seus interesses vitais, [...]. A garantia dos Direitos, para esses grupos, se faz por meio do acesso a terra e do controle dos recursos naturais, diante dos conflitos decorrentes da implantação dos planos, programas e projetos governamentais de desenvolvimento (SHIRAISHI NETO, 2013, p. 25).

As lutas dos trabalhadores são uma tentativa de reverter essas situações de violência, desigualdade e marginalização, buscando uma igualdade de direitos e de exercício de cidadania plena. As formas de resistência a todos esses mecanismos já mencionados se configura, por exemplo, nas organizações representadas através de associações, sindicatos, cooperativas, conselhos, clubes de mães grupos de pessoas articuladas politicamente (ALMEIDA, 2002).

As quebradeiras de coco apresentam no seu dia a dia preocupações com a preservação da terra e dos recursos naturais, pois essas iniciativas voltadas para conservação e

defesa da terra e dos recursos naturais são “atos políticos” que fazem surgir “novas formas de solidariedade” (ALMEIDA, 2006). A identidade assumida dentro de uma coletividade permite uma organização política capaz de competir nos campos de disputas de poder.

A organização política direcionada para tratar exclusivamente das quebradeiras de coco só veio com a criação do MIQCB com atuação no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Esta organização política fortaleceu as quebradeiras de coco, principalmente diante das estratégias empresariais, como a ocorrida em Petrolina com o contrato entre as quebradeiras de coco e a empresa CELMAR, dava garantias de acesso às palmeiras de babaçu localizadas nas propriedades da referida empresa.

Era um contrato que dava a garantia ao acesso, mas ao mesmo tempo criou uma série de restrições, normas que as quebradeiras deveriam seguir. A primeira exigência da fábrica era a criação de uma associação para que a área pertencente à CELMAR, hoje de propriedade da Suzano, fosse disponibilizada para o extrativismo das quebradeiras de coco de Petrolina (SANTOS, 2011). Tornando as quebradeiras responsáveis pela área explorada. Dessa forma, as associadas ficavam responsável pela preservação e conservação da área cedida.

Circunstâncias que criou a partir da instalação da CELMAR novas relações de trabalho, modificando os modos tradicionais de trabalho das quebradeiras de coco, como explica Araujo (2001):

Instalou-se e está presente em todos os planos de organização social da comunidade, estabelecendo, por via do instrumento de contratos firmados com associações criadas para tal fim, novas relações de trabalho. O resultado é o seguinte: conflito dentro do grupo de quebradeiras de coco entre os trabalhadores rurais e suas entidades de representação política (ARAUJO, 2001, p. 187).

São situações criadas que geram conflitos e divisões de opiniões e interesses, mas ao mesmo tempo o grupo social, no caso as quebradeiras de coco, se fortalecem em torno de um objetivo, que é a manutenção e a garantia da produção e reprodução física e cultural. Quebrar coco babaçu é para as quebradeiras uma atividade que vai além do econômico, representa para elas toda uma existência, uma prática de vida, em que se identificam e são identificadas.

É expondo seus pontos de vistas, necessidades e desejos, mesmo que estes não se enquadrem nos pontos de vistas da política adota pelo Estado, que as comunidades enfrentam seus conflitos, como explica Jacques Ranciere (1996), quando argumenta que:

A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro mundo sensível (RANCIERE, 1996, p. 368).

Esta foi uma experiência vivida pelas quebradeiras de coco de Petrolina, diante das adversidades criadas com a instalação e atuação da CELMAR, como explica Araujo:

A experiência de Petrolina retrata uma situação em que uma estratégia empresarial, ao mesmo tempo em que estabelece a divisão entre associados e não-associados, fornece elementos para a formação de novos vínculos solidários. Pressionadas pela possibilidade da imobilização total da força de trabalho, advindas com o projeto das carvoarias, a queima do coco inteiro e a consequente destruição de suas formas de sobrevivência, um grupo de mulheres optou por buscar meios formais de organização coletiva, na tentativa de garantir o acesso à área de trabalho (ARAUJO, 2001, p. 188).

Outro exemplo de forma organizativa surgida a partir de estratégia empresarial está na recente criação, no final de 2014, do Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz, articulada pela empresa Suzano a partir do Fórum da Estrada do Arroz⁵⁴. O Conselho foi criado para dar assistência às quebradeiras de coco da Estrada do Arroz. Segundo a entrevistada Maria de Lourdes Silva⁵⁵:

É um conselho que ainda não possui sede fixa está sendo itinerante, todo mês é realizado reunião em comunidade diferente. O objetivo é melhorar a vida das quebradeiras e coco da Estrada do Arroz, dando assistência maior pra elas, criando condições de trabalho para elas, construindo barracões para trabalhar, um lugar para queimar o coco, beneficiar o coco. Já foi feito várias reuniões e já conseguimos até um recurso com a Suzano para as quebradeiras, pra poder comprar forrageiras, melhorar as condições delas. O conselho é novo estamos conversando pra ver se melhora (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

A criação do Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do arroz, também é uma forma de organização política, em que as sócias se unem enquanto quebradeiras para reivindicar melhores condições de trabalho, garantindo o acesso aos babaquais para praticarem suas atividades extrativistas e de beneficiamento do coco. Mas, acima de tudo, é uma organização política criada em torno da identidade de quebradeira de coco.

⁵⁴ São nessas disputas com o estado que os moradores da Estrada do Arroz criam o Fórum de Defesa das Comunidades da Estrada do Arroz, com sede em Olho D'Água dos Martins, sendo presidido por Maria de Lourdes da Silva. Foi criado com o objetivo de unir os moradores na luta por de melhores condições da estrada, mas com as reuniões que foram acontecendo, as reivindicações passaram a ser relacionadas, também para os moradores.

⁵⁵ Maria de Lourdes Silva é moradora de Olho D'Água dos Martins, é professora e presidente do Fórum de Defesa das Comunidades da Estrada do Arroz e membro do Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz.

Com o surgimento do conselho surgiram conflitos com o MIQCB, pois a Estrada do Arroz faz parte das áreas de atuação do MIQCB. Situação que resultou em debates em torno das intencionalidades do Conselho, levando a várias opiniões sobre a atuação do Conselho das Quebradeiras de coco da Estrada do Arroz. As opiniões se divergem, tendo como exemplo a entrevista de dona Raimunda Fernandes dos Reis, em que acredita que a criação do conselho veio para beneficiar as quebradeiras de coco através de projetos. Segundo dona Raimunda Fernandes dos Reis:

A criação do conselho foi criado pra ajudar a gente, e toda ajuda é bem vinda, a gente vive só aqui, tem o MIQCB que é nosso parceiro, mas não está aqui todo hora, o conselho não é pra brigar com ninguém é pra ajudar, já fui na reunião e as propostas são boas, inclusive nessa reunião ficaram de ver a ajuda pra construir nossa associação, prometeram, vamos ver, o negócio é o terreno que ainda está empancado [...] (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

As divergências de opiniões sobre o Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz estão pautadas, principalmente, nas desconfianças sobre as reais intenções da Suzano. Para Maria Querobina da Silva Neta, tudo isso é propaganda da empresa, as parcerias é uma forma de tentar transmitir para a sociedade uma boa imagem, em que está preocupada com o meio ambiente e com os moradores que sofrem com a interferência das ações da Suzano. Segundo a entrevistada, as parcerias que a Suzano tenta firmar são formas de camuflar a devastação dos babaçuais em substituição do plantio do eucalipto. É uma situação que atingi todos os moradores da região da Estrada do arroz, pois a Suzano disponibiliza de grande recurso financeiro na implantação de parcerias e propaganda como explica Maria Querobina da Silva Neta ao falar das quebradeiras de coco da Estrada do arroz.

Falando das quebradeiras, do Conselho que a empresa Suzano criou, não sei qual é o objetivo dela, sabendo que é ilusão, criando ibope. Isso tudo é para criar relatórios para levar para o BNDES, porque é um parceiro de investimento da empresa. Esse conselho, ainda não ouvir ninguém falando disso, qual objetivo desse conselho das quebradeiras. É presidido por eles da empresa e pelo Fórum da Estrada do Arroz. Ah! Como estou intrigada com isso. São essas coisas que está matando o movimento, cada dia que passa mais mata o movimento. A gente não tem investimento, não tem muita coisa boa pra oferecer [...]. O movimento por aqui está muito fragilizado, está em decadência. Esse conselho é uma forma de ganhar as pessoas, é uma forma de apagar a atuação do MIQCB, é um tipo de concorrência, é uma forma de abafar o trabalho do MIQCB (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

Mediante opiniões, como as citadas acima, que são criadas divergências sobre a atuação e objetivo da Suzano diante das parcerias com os moradores da Estrada do Arroz. São

ações que segundo dona Eunice Costa⁵⁶ não privilegia as “comunidades” e as “quebradeiras”, os objetivos da antiga CELMAR e atualmente da Suzano, tem objetivos diferentes, vão contra a realidade e os modos de vidas dos moradores. Segundo dona Eunice Costa, o relacionamento do MIQCB com essas empresas sempre foram de desconfianças e alerta sobre as intenções e os interesses em jogo. Por isso, a entrevistada afirma que:

No caso, a gente sempre era contra, sempre abria os olhos das companheiras que aquilo ali não dava certo. Que a gente via que para nós que somos extrativistas, quebradeiras de coco, não tem nenhum aproveitamento a gente ser parceira de uma empresa. Porque nós temos nossas qualidades de quebradeiras de coco, de trabalhador rural que é viver da sustentabilidade, e nós sabemos que a empresa ela não quer isso. Eles falam que eles trabalham com a sustentabilidade, mas a gente sabe que eles são os grandes devastadores, a gente tem consciência disso. Primeiro, é que eles compram as terras, arrendam, para plantar o eucalipto. O eucalipto é um grande inimigo das quebradeiras de coco. Por que? Porque nós que tem consciência, que somos quebradeiras de coco que tem a consciência, nós sabemos do problema que traz os grandes impactos da empresa Suzano. Porque além dela devastar para plantar o eucalipto, ela bota um agrotóxico e esse agrotóxico, a gente sabe, ele vem nos ofender [...] (Entrevista realizada em: 12/05/2015).

As parcerias criadas atualmente pela Suzano criaram vários sentimentos nos moradores da Estrada do Arroz, sendo elas de desconfiança, medo e incertezas, mas ao mesmo tempo, criou-se um sentimento de esperança mediante as ações assistencialista da empresa. Por viverem desprovidos de recursos financeiros e de políticas públicas, os moradores tentam tirar proveito das parcerias promovidas pela Suzano, como explica dona Raimunda Fernandes dos Reis ao dizer que “*toda ajuda é bem vinda, pois vivemos esquecidos pelo governo, por isso até mesmo um machado já é de grande ajuda pra quem não tem nada, que só vive do coco*” (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

Dessa forma, as estratégias empresariais que podem parecer num primeiro momento como a possibilidade de desarticulação, imobilização ou de controle servem para articular e organizar grupos sociais fortalecendo os vínculos de solidariedades. Mas, também, pode ser interpretado de várias formas, o que possibilita aproximações e distanciamento, assim como aceitação e conflitos.

São ações que diante das articulações exigem dos moradores astúcia e visão política para negociar com a Suzano, visando tirar proveito da situação e da oportunidade. Aceitar negociar com a empresa acolhendo seus projetos e sua política assistencialista, também é uma

⁵⁶ Eunice Costa é moradora da RESEX do Ciriaco, em Cidelândia – MA, é membro do MIQCB com a função de coordenadora de base, atuando com as quebradeiras de coco da Estrada do Arroz e região de Imperatriz e Cidelândia.

forma de resistência. São práticas que além de criarem novos valores, representações e significados, também cria possibilidades de se adequarem às novas realidades impostas e determinadas pelo mundo social que os orientam (BOURDIEU, 2011).

Dessa forma, o êxito dos movimentos sociais depende da compreensão e entendimento sobre o funcionamento do estado, suas estratégias e formas de poder, como explica Bourdieu (2011), quando argumenta que:

Para compreender verdadeiramente o poder do Estado no que ele tem de mais específico, isto é, a forma particular de eficácia simbólica que ele exerce, é preciso, como sugeri em um artigo já antigo, integrar em um mesmo modelo explicativo tradições intelectuais tradicionalmente percebidas como incompatíveis. Assim, é preciso, primeiro, superar a oposição entre uma visão fisicalista do mundo social, que concebe as relações sociais como relações de força física, e uma visão ‘cibernética’ ou semiológica, que faz das relações de força simbólica, relações de sentido, relações de comunicação (BOURDIEU, 2011, p. 114 - 115).

As reivindicações dos moradores estavam direcionadas para o governo estadual, onde solicitavam melhorias para a MA-125, que durante o período de chuvas ficava intrafegável. Nessas lutas por melhorias os moradores realizaram várias manifestações, seminários, audiência pública e bloqueios da estrada, como relata a entrevistada Maria de Lourdes da Silva:

O Fórum da Estrada do Arroz foi criada pela gente para reivindicar do governo o asfaltamento da nossa estrada, porque todos os anos durante as chuvas nós ficamos isolados, porque não entra carro aqui. As chuvas cortam a estrada aí ninguém sai e nem entra. Fica um lamaceiro danado, carro atola, caminhão atola, quando isso acontece só sai com o trator, vão atrás nas fazendas pra poder desatolar o carro. Até de pé não dá pra andar, porque é muita lama. Quando a gente anda vai grudando a lama no calçado. Por isso que decidimos criar o Fórum pra gente se reunir e brigar pela construção da estrada, a gente não quer que só passe o trator, que raspe. Nós queremos mesmo é o asfalto. Já fizemos de tudo, já interditamos a estrada, fizemos seminários e convidamos os moradores e várias pessoas de Imperatriz, gente do município, políticos pra participar (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

O fórum de Defesa das Comunidades da Estrada do Arroz foi uma forma encontrada pelos moradores para se organizarem politicamente, de forma organizada e ativa. Esta foi a forma encontrada pelos moradores para se relacionar e criar possibilidades de comunicação com o Estado. Foi na forma organizativa que os moradores superaram as “visões fisicalistas” (BOURDIEU, 2011) e criaram as relações de comunicação com o Estado. Mas, para chegar à essa comunicação, os moradores utilizaram estratégias que romperam com a “invisibilidade política” (SHIRAISHI NETO, 2013).

Portanto, as formas organizativas se manifestam de diversas maneiras, mas o cerne da objetividade é o mesmo, a organização e fortalecimento político em consequência de uma dificuldade estrutural ou social. São nestas formas organizativas que ocorrem as mobilizações dos moradores nas quais ocorrem as situações de conflito que reforçam suas identidades coletivas e suas fronteiras. Dessa forma, observam-se várias ações coletivas pela manutenção, utilização e preservação dos modos de vidas dos moradores da Estrada do Arroz.

CAPÍTULO 4: Mapeamento social da estrada do arroz

As transformações ocorridas ao longo dos anos, principalmente a partir dos anos de 1970 com as políticas de terras, os moradores da Estrada do Arroz passaram a desenvolver novas práticas, criando novos hábitos e cotidianos que passaram a fazer parte de seus modos de vida. As transformações que levaram os moradores da Estrada do Arroz a perderem o acesso à terra e aos recursos naturais, pela desapropriação ou venda de propriedade, contribuíram para a reestruturação ocupacional, pela qual os moradores passaram a desempenhar funções como comerciantes, vaqueiros nas fazendas.

Apesar das transformações e interferências, existem moradores que ainda praticam atividades de forma tradicional na Estrada do Arroz como a agricultura familiar e o extrativismo, utilizando-se de relações que refletem experiências adquiridas ao longo do tempo, como explicam Rubim; Santos (2010) quando fala que:

[...] a ‘tradição’, com efeito, é elaborada como produto da racionalidade dos agentes sociais, ao mesmo tempo em que seus elementos estão lá nos espaços de relações. O que é visto como ‘tradicional’ é a produção dos aspectos culturais relacionados ao acesso livre aos recursos básicos, cujo sentido é realizado pela memória coletiva (RUBIM; SANTOS, 2010, p. 364).

Dessa forma, Almeida (2006) explica que “O tradicional nada tem a ver com imemorial. O tradicional não tem a ver com história, com reminiscência, com origem, com resíduo, com que sobrou [...] o tradicional é essa forma que nós estamos dizendo, é uma cultura, é uma maneira de ser” (ALMEIDA, 2006, p. 66). A expressão “conhecimento tradicional” possui muitos significados, é polissêmica, como explica Dourado (2010, p. 55), em que podem se tornar objetos de disputa no campo e entram no rol das pretensas “definições legítimas”. O sentido de tradicional aqui não se trata de algo antigo, que está no passado, mas sim de uma forma de vivência e práticas que identificam um grupo de pessoas. O tradicional aqui faz parte das práticas cotidianas desenvolvidas por um grupo de pessoas, que além de identificarem, também, mostra uma realidade construída historicamente (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

Assim, falar de tradicional não quer dizer uma comunidade atrasada, que vive isolada e de forma rudimentar, mas sim de uma comunidade que, através de suas experiências produzem mecanismos de sobrevivência, levando em consideração uma relação íntima e peculiar com a natureza e seus recursos naturais, criando, assim, seu lugar na história.

A sobrevivência de um povo e seu desenvolvimento está atrelada ao território, espaço de manutenção e reprodução de suas práticas culturais, religiosas, sociais e econômicas. A questão territorial é fundamental para a manutenção e definição das fronteiras de um grupo étnico, como explica Barth (2000), em que a noção de um espaço definido ajuda na sua reafirmação. Esta definição territorial, além de tornar a identidade de um povo visível somada às práticas e fazeres tradicionais nestes espaços ajuda a demarcar suas fronteiras diante de outros grupos que venham a ter contato.

Assim, a relação entre os grupos étnicos e os territórios que autoriza a visualização da identidade étnica de um povo é a que indica ser não apenas a ocupação, mas o fazer tradicional neste território voltado a demarcar a fronteira étnica entre os grupos com que entram em contato (BARTH, 2000).

A perda das terras pelos moradores da Estrada do Arroz levou a sua privação de exercer por completo suas identidades, pois segundo Vianna Júnior (2010), “o conhecimento dessas identidades foi – e tem sido – para esses sujeitos políticos um caminho para a valorização de sua diversidade e uma etapa no acesso a terras e recursos naturais” (VIANNA JÚNIOR, 2010, p. 112).

Além de perderem as terras e os recursos naturais os moradores também perderam suas moradias. Parte desses moradores foi embora e os que resistiram ficaram morando na beira da estrada. Este é o caso de Esperantina I em que todas as moradias ficaram entre a cerca das fazendas e da empresa Suzano e a estrada. A outra “unidade social” que vive situação semelhante é São Felix, em que as moradias ficam entre a cerca e as fazendas. São moradores que perderam as terras devolutas depois da Lei Sarney de Terras e com as vendas para empresas e fazendeiros, como relata a entrevista Maria Tibério Pereira:

Quando nós chegamos aqui eu e meu marido tinha mais morador aqui em Esperantina, já era desse jeito as pessoas morando na beira da estrada, enfrentando essa poeira todo dia. Os mais velhos falava que aqui, no começo quando criou o povoado as pessoas tinham terra e as casas tinham o quintal grande, tinha pessoas que plantava no quintal de casa. As roças eram tudo perto, ainda cheguei a pegar coco bem aqui atrás pertinho, mas hoje não tem mais perto. Quando eu quero quebrar um coco pra fazer um leite, um azeite tenho que ir lá dentro da fazenda aqui. [...] o fazendeiro deixa pegar, não diz nada com a gente. Depois o povo foi perdendo as terras, disseram que os fazendeiros chegaram tomando de conta das terras, dizendo que comprou, um bocado foi embora, mas teve muita gente que ficou, e depois chegou mais gente pra morar aqui na beira. Hoje só tem eu, meu filho, minha filha, e os vizinhos não dá nem dez famílias (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

São moradores que enfrentam ainda hoje (2015) dificuldades com a falta de terras para construir suas moradias, como é o caso de dona Maria Tibério Pereira, que relatou que ainda não saiu de Esperantina I porque não tem para onde ir, permanecendo entre a cerca e a estrada.

Imagem 4 - Residência de Maria Tibério Pereira – Esperantina I, Imperatriz/Maranhão



Como pode ser observada na imagem, a casa se encontra na beira da estrada e no fundo a cerca delimitando a fazenda. No canto esquerdo da casa pode ser visto o pasto e o gado. Além dessa situação os moradores são obrigados a conviver com a poeira provocada pelos caminhões da empresa Suzano que passam na estrada carregados de toras de eucaliptos. A poeira que sai da estrada além de empoeirar a casa e móveis, também é responsável por problemas respiratórios nos moradores, principalmente crianças e idosos. Segundo a entrevistada Maria Tibério Pereira:

Tudo fica coberto por poeira, roupa, móveis, comida e até a água, tem que tampar direito, se não, não tem como beber. Aqui é lavar as coisas e a poeira vem sujar. Eu passo o dia todo com a porta fechada por causa da poeira [...] tem vez que a gente tá comendo e lá vem a poeira, não dá nem pra comer direito, se não como poeira. É direto as pessoas aqui ficarem doentes, tinha a vizinha aqui, já velhinha foi embora por que só vivia doente do pulmão. Eu passei muitos dias com uma tosse, fui me consultar e o médico disse pra não pegar poeira, como é que eu vou fazer? Me diz. O jeito é morrer logo, porque aqui não tem como (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

A seguir imagens da poeira dentro da residência de dona Maria Tibério Pereira:

Imagem 5 - Residência de dona Maria Tibério Pereira com objetos cobertos por poeira



As dificuldades enfrentadas pelos moradores de Esperantina I estão presentes nos seus dia a dia, visto que os tráfegos de caminhões carregados de Toras acontecem dia e noite. Segundo dona Maria Tibério Pereira, durante a manhã passa um carro pipa molhando a estrada em que se encontram casas, mas com poucos minutos a poeira começa a sair da estrada quando os veículos passam.

Imagem 6 - Carro pipa molhando a Estrada do Arroz para diminuir a poeira



Em São Felix, os moradores que se localizam ao lado direito da Estrada do Arroz no sentido Imperatriz – Cidelândia vivem situação semelhante à de Esperantina I. As diferenças encontradas, quando comparadas a Esperantina I, estão primeiramente nos quintais que são maiores e o segundo é que nem todos os moradores se encontram nessa situação, mas também se limitam as cercas das fazendas.

A rotina do trabalhador da agricultura familiar obedecia a um calendário que determinava os períodos de atividades na roça, no qual não poderia ser antecipada ou adiada, como relata o senhor José Mariano Sobrinho ao falar das “roças de toco queimado”:

A gente tem que derrubar os paus grosso, derrubar a mata, esperar secar pra queimar, depois juntar os restos que sobra, limpar pra plantar, depois plantar. Plantava o arroz, o milho, o feijão, a abóbora, plantava de tudo. Mas o pessoal gostava mesmo era de plantar o arroz, porque dava uma rendinha. Tinha gente que vendia o arroz antes de colher, depois era só o carro passando e juntando o arroz pra levar pra Imperatriz (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

As dificuldades ocasionadas pelas transformações nos modos de vidas dos moradores, responsável pela diminuição nas atividades ligadas à agricultura familiar e ao extrativismo do coco babaçu, levaram moradores a procurarem trabalhos fora da Estrada do Arroz. São empregos temporários, na maioria das vezes, em que os moradores homens e mulheres deixam suas casas e familiares para trabalhar em outros estados durante um determinado período. Situação que já se tornou comum na região, como relata a entrevistada Maria Querobina da Silva Neta:

Antes as pessoas saíam para trabalhar em outros locais nos períodos que estavam livres do trabalho da roça, iam principalmente pros garimpo, mas voltavam no tempo de trabalhar na roça. Trabalhavam depois ia de novo. Mas hoje tão indo e não tão voltando mais, vem mas é pegar a mulher e os filhos. Tudo isso é porque não tem onde o povo trabalhar. [...] Pra piorar a Suzano emprega o povo no tempo de cuidar da roça, derrubar, cuidar, plantar, colher, e dispensa no verão quando não se trabalha na roça. Tudo isso é estratégia da Suzano pra desarticular com a gente, pra enfraquecer o movimento e o povo vai, eu não sou contra, todo mundo precisa (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

As saídas de trabalhadores para outras regiões em busca de trabalhos temporários são práticas comuns há bastante tempo, em que saíram, principalmente, para os garimpos. Eram trabalhadores que voltavam nos períodos dos trabalhos nas roças, quando demoravam em voltar, mandavam dinheiro para irem adiantando os serviços da roça enquanto não retornavam. Mas, segundo Carvalho Martins (2012), eram trabalhadores que não

abandonavam a prática da agricultura, o garimpo era o complemento para a renda da família⁵⁷.

São realidades construídas a partir das transformações e interferências nos modos de vida dos moradores, é a falta de terras, de recursos naturais, oportunidades de empregos, o bolsa família⁵⁸, são exemplos de interferências que tem contribuído para a criação de novos modos de vida.

Os moradores que se organizam e assumem a identidade social de quebradeira de coco e agricultor na Estrada do Arrozsão detentores de saberes e práticas repassadas à gerações que significam não só um meio de subsistência, mas a própria existência enquanto grupo social unido por uma identidade coletiva (ALMEIDA, 2002). Identidade que caracteriza quebradeiras de coco e agricultores com suas especificidades, pois existem aqueles que assumem essa dupla identidade, tanto de quebradeira, quanto de agricultora, por exemplo.

Temos, ainda, a situação dos moradores de São José da Matança que depois da ativação da fábrica da Suzano, passaram a conviver com um forte barulho e um mau cheiro levado ao povoado pelo vento. Ocorrências que tomam maior intensidade durante a noite, o que tem prejudicado o bem estar desses moradores, como explica o entrevistado Daniel Conceição Nascimento:

Nós da comunidade Matança temos enfrentado problemas com a Suzano, hoje os moradores convivem com o barulho e o mau cheiro o tempo todo. Durante a noite o barulho aumenta, fica difícil até da gente dormir, o mau cheiro aumenta. Já fui lá e conversei com eles, ficaram de ver uma solução, mas até agora nada foi feito, tem sido um problema pra nós (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

As “unidades sociais” da Estrada do Arroz apresentam características diferentes quanto à suas organizações políticas e sociais, pois suas representatividades dependem de suas formas organizativas. Sendo a presença de identidades de agricultores e quebradeiras de coco mais visíveis em determinadas “unidades sociais” como a de quebradeiras de coco em Petrolina, Coquelândia e São Felix, enquanto que as de agricultores estão mais presentes em São José da Matança, São Felix e Coquelândia. São formas organizativas representadas pelas associações e sindicatos.

⁵⁷ Para saber mais sobre as imigrações de nordestinos, principalmente maranhenses agricultores, para os garimpos ver CARVALHO MARTINS, Cynthia. O deslocamento como categoria de análise: garimpo, lugar de se passar; roça onde se fica e o babaçu nossa poupança. Manaus, UEA, 2012.

⁵⁸ Segundo a entrevistada Maria Querobina da Silva Neta o Programa Federal Bolsa Família “tem deixado o povo preguiçoso, a mulher não quer mais quebrar o coco, fica se confiando na bolsa família”.

Em São José da Matança encontram-se trabalhadores da agricultura familiar, quebradeiras de coco e pequenos criadores de gado, principalmente o leiteiro. Atividades que só são praticadas porque em São José da Matança existem moradores que possuem terras. Mas, também, existem moradores que não possuem terras e trabalham nas terras dos vizinhos, alguns pagam renda outros não, isso depende das relações nas quais estão envolvidos. Mas existe a preocupação da perda de terras pelos moradores, pois a empresa Suzano continua comprando terras e as últimas propriedades adquiridas pela Suzano fazem limite com as terras dos moradores de São José da Matança, como pode ser observado no mapa em anexo.

Petrolina está localizado na Rodovia MA-125, há oitenta quilômetros da cidade de Imperatriz ao oeste do Maranhão. Assim como as demais “unidades sociais” presentes na Estrada do Arroz, foi constituído a partir da chegada de imigrantes vindos de cidades e estados vizinhos. Segundo Adalberto Franklin (2008), começou a receber seus primeiros moradores no início da década de 1950.

Petrolina segundo Santos (2011), em seu início possuía as mesmas características das demais “unidades sociais” da Estrada do Arroz, com trabalhadores da agricultura familiar e quebradeiras de coco babaçu. Situação que começou a se transformar diante de toda conjuntura econômica vivida pela região, como esclarece Santos ao dizer que:

Com o melhoramento das vias de acesso, esse fluxo se intensificou notavelmente: pessoas, mercadorias e dinheiro circularam de forma mais intensa e provocaram mudanças no sentido de valorizar economicamente as terras locais. [...] Até então, as quebradeiras de coco babaçu desenvolviam suas atividades livremente, pois quando não eram donas da terra, tinham acesso livre a ela. No entanto, surge um novo contexto, as quebradeiras de coco passaram a necessitar de autorização para quebrar o coco, a qual nem sempre conseguiam. As dificuldades estão não apenas na falta de acesso livre, como anteriormente, mas na crescente devastação da floresta nativa para o plantio de capim e eucalipto. Em decorrência de mudanças como essas, a atividade tradicional do extrativismo local sofreu redução (SANTOS, 2011, p. 172-173).

Petrolina atualmente (em 2015) apresenta mais de 100 famílias. Como explica a entrevistada Teresinha de Sousa Cruz, os moradores exercem diversas atividades como quebradeiras de coco, comerciantes, prestadores de serviços gerais, pedreiros. O surgimento de Petrolina pode ser explicado pela maneira como foi constituído, no qual o processo ocorreu de forma lenta e desorganizada, pois os primeiros moradores que chegaram não tinham a pretensão de morar no local, mas de apenas colocar suas roças e aproveitar a abundância do coco babaçu.

Além de possuir uma grande riqueza em recursos naturais presentes em sua fauna e flora, a região em que Petrolina surgiu se destacava pela quantidade de florestas de babaçu disponível. Este foi um dos motivos responsáveis pelo deslocamento de muitos trabalhadores para a Estrada do Arroz como explica a entrevistada Teresinha de Sousa Cruz: *“vinha gente de todo lugar pra quebrar coco aqui, logo aqui tinha muito coco mesmo, as pessoas colocavam seus pedaços de roça e quebrava o coco, era assim, o homem ia pra roça e a mulher ia quebrar o coco”* (Entrevista realizada em: 01/02/2013).

As memórias dos moradores ajudaram a conhecer Petrolina no seu passado, pois as lembranças são uma forma de voltar ao passado (HALBWACHS, 1990). Lembranças presentes na entrevistada Teresinha de Sousa Cruz, que chegou em Petrolina aos seis anos de idade. Ao falar do lugar a entrevistada rememora em suas lembranças um passado que relembra o lugar, lembranças muitas vezes recordadas a partir de lembranças de outros moradores:

As pessoas mais velhas falavam que aqui as casas eram mais um barraco, tinha casa coberta e tampada de palha, era tudo simples. As pessoas vinham pra trabalhar na roça e quebrar coco, vendiam o coco pra poder comprar o café, o açúcar, as coisas que precisava em casa, a gente ia vivendo, aí foi chegando mais famílias até o povoado ficar assim desse jeito (Entrevista realizada em: 01/02/2013).

O trabalho da roça exigia a participação de toda a família, no qual homens, mulheres e crianças tinham suas funções determinadas como explica Raimundo Santos (2011):

Era necessária a presença das mulheres acompanhadas de seus filhos, crianças ou adultos. A função dos mais velhos era acompanhar o pai nos trabalhos mais exaustivos da roça; as crianças, via de regra, auxiliavam a mãe em tarefas simples como levar a comida à roça, ajudar na limpeza do barraco, dentre outras tarefas domésticas; as filhas, independente de idade normalmente acompanhava a mãe nas tarefas domésticas ou na própria colheita, pois essa atividade mobilizava toda a família, por se tratar de um trabalho relativamente leve e ter prazo para ser efetuado. Além disso, terminar o corte do arroz, a colheita do feijão, a quebra do milho e a colheita de uma série de frutos e legumes, significava estar em casa mais cedo (SANTOS, 2011, p. 63).

O aproveitamento do babaçu também incluía a utilização das palhas das palmeiras, as quais eram utilizadas nas coberturas das casas de taipa. Da palha, também, eram

feitos esteiras, portas, janelas, cofos⁵⁹, paneiros⁶⁰ (SANTOS, 2011) e outras variedades de artesanatos. São vários os tipos e utilidades dos materiais criados artesanalmente pelos moradores, como esclarece Santos (2011):

Fabricava-se o artesanato a partir da palha da palmeira de babaçu, começando pela própria cobertura da casa, na confecção de portas, janelas e mesmo esteiras que poderiam ser utilizadas para dormir; abanos para auxiliar no acendimento do fogo doméstico; cofos, objetos que servem para transportar arroz, feijão, carvão, roupas e tudo aquilo que se queira, dependendo do tamanho. Do caule da palmeira velha extraía-se o adubo, muitas vezes para o plantio de uma pequena horta no quintal ou um canteiro, espécie de pequena horta suspensa em um jirau para evitar que crianças ou animais domésticos interferissem no crescimento das hortaliças plantadas (SANTOS, 2011, p. 6).

As dificuldades para ir e vir para a roça contribuiu para a fixação dos agricultores no local da roça, permanência primeira dos homens chefes de famílias e posteriormente de toda família. Era mais fácil e cômodo ficar morando nas proximidades da roça e dos babaçuais, pois o tempo dedicado ao trabalho era mais proveitoso. Podendo, assim, estar perto da família e do local de trabalho, ou seja, da roça e dos babaçuais. Comportamento que serviu de exemplo para outras famílias que começaram a fazer os mesmo, morar nas proximidades da roça. São nessas circunstâncias que o povoado começa a ser constituído, sendo formado por agricultores e quebradeiras de coco. Eram famílias que fizeram parte da frente de expansão (VELHO, 2013).

A localidade em que hoje se encontra a “unidade social” de Petrolina, foi chamado inicialmente de Puraquero pelos primeiros moradores que chegaram em meados de 1950. Isto porque segundo Santos (2011), o primeiro morador que chegou a Petrolina era conhecido como Puraquero, que trabalhava de roça e quebrava coco. São tempos e histórias presentes nas memórias dos moradores mais antigos. As lembranças que surgem e são transmitidas pelos moradores fazem parte de um passado memorável.

Com a abertura da estrada ligando o município de Imperatriz às regiões vizinhas, como Cidelândia⁶¹, houve um aumento no fluxo de pessoas e no comércio. Ficou mais fácil negociar o coco e seus derivados (SANTOS, 2011). As produções de arroz, feijão, milho e os demais gêneros produzidos na roça podiam ser vendidas mais rapidamente. Muitas vezes, não

⁵⁹ Cofa é uma espécie de cesto produzido a partir da palha da palmeira do babaçu, sua principal função está no transporte do arroz, feijão, milho e outros mais.

⁶⁰ Paneiro se assemelha ao cofa, era feito de palha do babaçu, mas o tamanho era bem maior, pois sua principal função era guardar durante meses a colheita do arroz, feijão, milho e a farinha da mandioca.

⁶¹ O município de Cidelândia fazia parte do município de Imperatriz e só veio a obter sua emancipação política em 10 de novembro de 1994, pela Lei Estadual nº 6.142 de 10/11/1994 e instalado em 01 de janeiro de 1997. Fica a noroeste do estado, distante 70 Km de Imperatriz (município mãe) e a 20 km do rio Tocantins.

era nem preciso sair de casa, pois os caminhões passavam nas portas comprando os produtos, como explica a entrevistada Raimunda Fernandes dos Reis:

Passava os caminhões cheios de arroz, feijão, milho, abóbora, comprando dos moradores, eram muitos caminhões e as pessoas vendiam, a gente via isso toda hora aqui na Estrada do Arroz [...] aqui saia muitas carradas de arroz, todo mundo tinha roça de arroz, roça grande, a perdia a conta das carradas que saia pra cidade (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

Portanto, por muitos anos, os moradores de Petrolina desenvolveram atividades ligadas à agricultura familiar e ao extrativismo, vivendo de trabalhos tradicionais e artesanais. Suas relações com o meio ambiente e recursos naturais sempre foram harmônicas, nas quais as formas tradicionais de trabalho na roça e o extrativismo ainda são à base de sustento dos moradores. Situação que se transformou inicialmente com a chegada dos grileiros e fazendeiros, e que continua sofrendo modificações em suas relações em virtude dos empreendimentos promovidos pela empresa Suzano.

A chegada dos fazendeiros na Estrada do Arroz se intensificou a partir da década de 1970 e foi crescendo nas décadas seguintes. Situação que foi modificando a vida dos moradores da Estrada do Arroz, pois viram as terras se concentrando nas mãos de fazendeiros, como explica Franklin:

A predominância da cultura do arroz na economia de Imperatriz se deu até os primeiros anos da década de 70, quando as grandes fazendas de gado foram tomando o espaço das roças, muitas vezes através do esbulho possessório e do poder da grilagem, ou mesmo da pistolagem. Centenas de famílias que há mais de uma década ocupavam áreas devolutas se viam, de repente, obrigadas a abandonar suas posses sob a coação de um documento forjado ou do cano de uma arma. Era o poder da grilagem, no caso imperatrizense, ativa por mais de duas décadas, contribuindo com a gradativa redução da área destinada à agricultura, que cedia espaço ao gado, forçando o despovoamento do campo e o inchaço das áreas suburbanas da cidade (FRANKLIN, 2012, p. 1).

Situação que afetou diretamente o trabalhador da agricultura familiar e das quebradeiras de coco de Petrolina, havendo a partir desse momento uma redução ao acesso à terra e aos recursos naturais. A nova realidade criada a partir da concentração de terras nas mãos de fazendeiros modificou a rotina das quebradeiras de coco, que vivenciaram a derrubada dos babaçuais para dar lugar às pastagens. Além disso, muitos fazendeiros passaram a controlar e até proibir a entrada das quebradeiras em suas propriedades. Obrigando, em determinadas situações, às quebradeiras entrarem escondidas nas propriedades dos fazendeiros para pegar o coco, criando situações de conflitos e ameaças.

Em Petrolina os agricultores e quebradeiras de coco passaram a depender da autorização dos fazendeiros para poder ter acesso a terra e aos recursos naturais, tanto para colocar suas roças quanto para praticar o extrativismo. Circunstâncias que não demorou a serem modificadas, pois os fazendeiros começaram a impedir o acesso das quebradeiras às suas propriedades.

Os trabalhadores da agricultura familiar que passaram a trabalhar nas propriedades dos fazendeiros eram obrigados a pagar renda com os gêneros produzidos na roça, principalmente o arroz. Suas roças deveriam ser bem limpas, livres de tocos, galhos e restos de madeira. Outra exigência do fazendeiro para os agricultores estava durante a plantação, em que deveriam plantar juntamente com as sementes de arroz, milho, feijão semente do capim. Esta exigência dos fazendeiros era uma estratégia para ter no final da colheita o pasto para o gado.

Diante dessa realidade, muitos moradores foram embora para outras áreas rurais ou para a cidade. Muitas dessas famílias que migraram para outros lugares acabaram retornando, por não se adaptarem ou por não terem encontrado um “bom lugar” para morar, como explica a entrevistada Terezinha de Sousa Cruz:

Quando as famílias começaram a perder suas terras ou venderam foram todos embora para outros locais, mas depois muitos deles voltaram, disseram que não gostaram do outro lugar que tinha ido. Meu pai mesmo foi embora e depois voltou. Ele vendeu as terras dele por que falaram que todo mundo que tivesse terra ia ter que pagar imposto e que era caro esse imposto, então ele ficou com medo e vendeu. O dinheiro que ele ganhou com a venda, não deu nada, acabou logo (Entrevista realizada em: 07/07/2015).

Os problemas das quebradeiras de coco e dos agricultores se agravaram ainda mais com a instalação do Programa Grande Carajás e seus projetos desenvolvimentistas destinados a criação de fábricas de cimento, siderúrgicas, fábricas de papel e celulose, indústrias. Todos estes empreendimentos se destacaram pela necessidade de grandes quantidades de carvão vegetal, principalmente para as siderúrgicas.

Dessa forma, as quebradeiras de coco de Petrolina se viram obrigadas a assinar um contrato com a CELMAR, pelo qual receberiam a permissão para entrar na área de reserva da empresa, mas as mulheres seriam responsáveis por cuidar do território, sendo responsabilizadas caso acontecesse algum incidente, como fogo na reserva, por isso elas eram proibidas de fazerem seus carvões dentro da reserva.

A partir daí, os problemas dos moradores de Petrolina só aumentaram, pois com a instalação de guseiras na região, houve um incentivo a produção de carvão do coco inteiro.

Situação responsável por conflitos internos e externos, pois havia moradores de Petrolina fazendo carvão do coco inteiro, criando conflitos com as quebradeiras. Também era realizado por trabalhadores de outras localidades, tornando o conflito ainda mais intenso. Os conflitos também aconteceram com os donos dos caminhões que vão às localidades em busca do carvão, tendo em vista que toda essa ação contribui para a redução da amêndoa, como explica Almeida (2005), ao dizer que:

A drástica redução da quantidade de amêndoas do coco babaçu produzidas tem desestruturado também os circuitos de comercialização de ‘atravessadores’ e ‘pequenos comerciantes’ de povoados e ponta de rua. Na situação atual, são os caminhoneiros, com vínculos diretos com as empresas, que se encarregam de organizar e levar todo carvão do coco produzido para as siderúrgicas, eliminando outros possíveis intermediários (ALMEIDA, 2005, p.102).

O conflito entre quebradeiras de coco, fazedores de carvão do coco inteiro e atravessadores ocorre mediante a alta procura pelo carvão produzido a partir do coco inteiro. Empresas ou fábricas recorrem a esta a este tipo de matéria prima para manter o nível de produção de energia. Outra forma de adquirir matéria prima para abastecer suas fornalhas e gerar energia está sendo encontrada no carvão produzido a partir da madeira do eucalipto. Por isso, empresa como a Suzano tem investido na compra de grandes propriedades de terras para o plantio de eucaliptos destinados tanto à produção de carvão, quanto de celulose. Os investimentos em compras de terras têm aumentado de forma exorbitante, pois esta foi uma forma encontrada pelas empresas e indústrias para solucionar o problema no abastecimento de carvão para a produção de energia.

Com a procura cada vez maior de carvão e a diminuição do carvão vegetal oriundo de madeira, a saída para estes empreendimentos foi a utilização do carvão feito a partir do coco babaçu. Situação que criou diversos tipos de conflitos envolvendo quebradeiras de coco, fazendeiros, carvoeiros, caminhoneiros, vizinhos e, ate mesmo, entre as próprias quebradeiras.

A dificuldade de acesso e a proibição da entrada das quebradeiras nas propriedades dos fazendeiros eram justificadas pelos possíveis prejuízos que as quebradeiras poderiam proporcionar. Sendo os fazendeiros, a preocupação estava com o gado que poderia se machucar com as cascas dos cocos quebrados, possíveis incêndios nos pastos e nas matas, nos quais poderiam acontecer quando as mulheres faziam o carvão do coco. Havia também a receio com as cercas, as quais poderiam ser danificadas pelas quebradeiras para facilitar seu acesso às palmeiras de babaçu. Isto poderia facilitar a fuga do gado.

Estas situações de impedimento empurraram as quebradeiras para locais distantes do povoado, dificultando o rendimento das quebradeiras, visto que, perdiam muito tempo para chegar aos babaçuais. Circunstâncias estas, que pioravam quando eram proibidas de quebrar o coco dentro dos lotes dos fazendeiros, no qual eram obrigadas a catar o coco e levar para suas casas. São dificuldade que, segundo Santos:

Dos últimos anos até o presente as florestas têm diminuído consideravelmente no povoado. As que estão situadas em distâncias maiores ainda estão praticamente intactas, mas nem sempre os donos permitiam o acesso às quebradeiras de coco, muitas vezes alegando preocupação com o gado e com a conservação das cercas. Com isso tem-se diminuído a atividade extrativista entre as mulheres do povoado, especialmente para as novas gerações que, dentre outros motivos, cedem mais facilmente às dificuldades. Apesar do conjunto de problemas apresentado, pode-se afirmar que a prática tradicional do extrativismo não corre risco de extinção pelos motivos expostos, ainda que traga bastantes dificuldades (SANTOS, 2011, p. 76).

Dessa forma, tanto agricultores, quanto as quebradeiras de coco passaram a enfrentar dificuldades para exercer suas atividades tradicionais, sendo obrigados a se adaptarem às novas realidades. Muitas vezes foram obrigados a se sujeitarem às situações impostas pelos proprietários da terra, no qual a permissão só era concretizada por meio de contratos e de acordos que apresentavam condições para ter acesso a terra e aos recursos naturais.

Outro problema enfrentado pelos moradores de Petrolina foi a queima do coco inteiro para fazer carvão, Situação que fez as quebradeiras se unissem e se articulassem para enfrentar o problema. As próprias quebradeiras de coco começaram a proibir a queima do coco inteiro e a entrada de caminhões com seus atravessadores que vinham em busca do carvão.

A prática da produção de carvão do coco inteiro⁶² foi responsável por período de grande conflito entre quebradeiras de coco babaçu, atravessadores e carvoeiros, no qual sofreram ameaças constantes. Os carvoeiros eram geralmente homens do próprio povoado, mas havia situação em que vinham carvoeiros de outras localidades para arrendar os babaçuais nas propriedades dos fazendeiros.

Situação que muitas vezes causavam conflitos internamente nas famílias ou entre as quebradeiras de coco, pois havia homens que faziam carvão do coco inteiro que eram

⁶² Para maiores informações sobre a produção de carvão do coco inteiro ver o fascículo: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. FASCÍCULO 6 Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz. São Luís, 2005.

Alfredo Wagner Berno de ALMEIDA (Coord). *Nova Cartografia Social da Amazônia: a luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro*. Palmas: Casa 8 Design/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

companheiros de quebradeiras. Neste caso, as quebradeiras estavam se defrontando, não só com o vizinho, mas com o marido de quebradeira, da companheira de luta, como explica a entrevistada Teresinha de Sousa Cruz:

Foi um tempo ruim quando tivemos os conflitos por causa da queima do coco inteiro, quer dizer que não mudou muita coisa não, ainda tem gente lá dentro da reserva queimando coco, gente que vem de longe. A gente não pode dizer nada, porque pode até fazer alguma coisa contra a gente. Nós já enfrentamos muitas coisas aqui, a gente se reunia e brigava mesmo, não deixava caminhão entrar pra pegar o carvão, brigava com os carvoeiros. Mas foi ficando difícil hoje ninguém briga mais, tem marido de quebradeira fazendo carvão do coco inteiro. Fica uma situação difícil pra companheira, é criar briga em casa. Hoje eles fazem o carvão deles, a gente também faz, quebra o coco, mas sem entrar em confusão com ninguém (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

Sobre a história de Bacaba, segundo as lembranças do entrevistado Francimar Moura, que também vivenciou o deslocamento, Bacaba:

[...] existe há décadas, foi feita a pesquisa e o povoado existe desde a década de 40, já faz muito tempo que existe. As pessoas foram chegando e ficando, até formar o povoado com muitas famílias, o povoado era muito grande, tinha muitas pessoas (Entrevista realizada em: 27/07/2014).

A empresa Suzano utilizou estratégias para atingir seus objetivos, adotando práticas denominadas pelos agentes sociais como de “cooptação” de moradores, técnicos e ex-lideranças para as negociações com os moradores. Tais estratégias contribuíram para que os objetivos pretendidos pela empresa fossem atingidos, ou seja, a transferência do povoado para outra área. Nessas negociações, os técnicos da empresa reforçavam o discurso de melhoria para as famílias com promessas como construção de casas para as famílias deslocadas, assistência e empregos.

Os moradores de Bacaba não possuíam terras, pois também foram vítimas do processo de desocupação de terras devolutas depois da Lei Sarney de Terras, continuaram desenvolvendo a prática da agricultura e da quebra do coco nas fazendas vizinhas através do arrendamento. No caso das quebradeiras de coco, não houve impedimento por parte dos fazendeiros, elas continuaram entrando nas fazendas para pegar o coco. Situação que sofreu transformações com a chegada da CELMAR e depois da empresa Suzano, pois estas começaram a comprar as propriedades dos fazendeiros localizadas nas proximidades de Bacaba.

Com isso muitos agricultores passaram a ficar sem ter aonde colocar suas roças, pois a empresa não permitia o uso de suas terras para a agricultura, ficando assim muitos

trabalhadores da agricultura familiar sem acesso a terra para exercer suas práticas tradicionais. São moradores que ainda se identificam como agricultores, mas que não tem como exercer a atividade, como relata o entrevistado Francimar Moura:

[...] roça mesmo não tem como botar mais não né, eles não deixam mais colocar lá nas terras da Suzano. Na reunião que eles fizeram com a gente falaram que iam dá um pedaço de terra pra gente plantar, que ia dá, que ia dá, ia dá, mas não deu não. Fizeram um cadastro e tal, cadastro da gente aí, mas até agora não fizeram nada, e assim tá indo (Entrevista realizada em: 27/07/2014).

Bacaba estava localizada no início da Estrada do Arroz, sendo a primeira “unidade social” no sentido Imperatriz-Cidelândia. Assim como as demais “unidades sociais”, Bacaba se constituiu a partir da chegada de trabalhadores vindos de estados vizinhos, nas “Frentes de Expansão” (VELHO, 2013), principalmente do Nordeste, numa “Frente Nordestina no Maranhão” (ARAUJO, 1996)⁶³. As boas referências sobre a região, nas quais diziam que era boa para a agricultura e que possuía grande quantidade de babaçu, atraíram muitas pessoas para o lugar. As lembranças guardadas nas memórias dos moradores ajudam a compreender esse tempo, no qual a memória manifesta recordações de fatos ocorridos e vividos no passado (HALBWACHS, 1990).

A história de Bacaba é reconstituída a partir das memórias dos moradores, uma vez que as recordações do passado trouxeram à tona informações desconhecidas, que ajudaram a ampliar o conhecimento sobre sua história. Como explica Halbwachs (1990, p. 24) “Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscura”. As memórias do passado ajudam na compreensão do presente.

Os moradores que ainda residem na Nova Bacaba⁶⁴, trabalham como funcionários da empresa Suzano, nas fazendas vizinhas ou trabalham na cidade de Imperatriz, em ocupações diversas. Aqueles que permanecem na Nova Bacaba, segundo o entrevistado Francimar Moura, “*tentam sobreviver como podem, vivem dos trabalhos nas fazendas, outros são aposentados, outros são agentes de saúde, outros são professores, né? Outros são pedreiros e*

⁶³ Foi um período em que muitos migrantes saíram do Nordeste para o Maranhão, pois “as condições climáticas, a fertilidade dos solos e a disponibilidade de terras no Maranhão [...] serviam de atrativos para os migrantes nordestinos” (ARAUJO, 1996, p. 47-48).

⁶⁴ Nova Bacaba é o nome do lugar para onde os moradores foram deslocados, a partir daí o antigo lugar de Bacaba ficou conhecido como Antiga Bacaba ou Finada Bacaba.

assim vai indo. Aí, tem uns que trabalha pra Suzano, outros de vigia, essas coisas assim” (Entrevista concedida por Francimar Moura, em 27/07/2014).

Para tentar convencer os moradores de Bacaba que o deslocamento seria um bom negócio, a empresa justificava que eles se encontravam em área de risco, por estarem fixadas às margens da Rodovia MA-125. E por estarem numa pequena faixa de terra entre a cerca e a estrada, viviam em constante perigo. A instalação da fábrica só aumentaria esse risco, pois o fluxo de veículos se tornaria mais intenso, podendo colocar em risco a vida dos moradores, principalmente, de crianças. Esta justificativa pode ser qualificada como uma ação estratégica da empresa, que para convencer os moradores a aceitarem o deslocamento, tentaram desqualificar e condenar o lugar em que essas famílias residiam.

Para fundamentar e legitimar a decisão de retirada dos moradores de Bacaba, a empresa Suzano, em 2011, realizou pesquisas sobre o povoado e seus moradores. Este estudo se realizou através de um cadastramento socioeconômico. Neste, foram realizadas perguntas sobre a situação econômica e social de cada família, nos quais questionavam sobre as atividades desempenhadas pelos moradores, grau de escolaridade, quantidade de membros da família. Perguntavam, ainda, aos entrevistados, sua opinião sobre o deslocamento para outra área.

O estudo realizado pela empresa no povoado apresentou-se de várias formas nas percepções dos moradores como relata Daniel Conceição Nascimento:

[...] naquele momento da pesquisa, muitos moradores não sabia o que dizer e pensar, muitos não queriam ir para uma área longe. Outros não queriam sair dali, gostavam do lugar, ficava mais perto da rua, mas também tiveram aqueles que gostaram da ideia, por falaram que iam dá casas novas pra todas as famílias, que ia prestar assistências às famílias. Muitos ficaram iludidos com a história, logo era uma história bonita mesmo (Entrevista realizada em: 03/02/2013).

O deslocamento representava para alguns uma mudança que poderia ser benéfica, a possibilidade de ter uma moradia melhor, mas para outros iriam perder suas referências, pois se identificam e eram identificados pelo lugar que moravam. Eram nas proximidades do cemitério localizado perto do povoado que estavam sepultados seus entes queridos. É uma situação de relação e vínculo com o território. Lembrança dos mortos e dos tempos passados pode ser explicada por uma memória individual, mas que faz parte de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Lembrar e identificar o outro pelo lugar aonde mora é uma prática comum em localidades pequenas, onde todos se conhecem e mantem algum tipo de relação.

O cadastro socioeconômico realizado e assinado pelos técnicos da empresa se tornou um documento impresso que legitimou a vontade da maioria dos moradores de saírem para outra área. Esse percentual de moradores favoráveis ao deslocamento foi questionado por muitos naquele momento, principalmente por lideranças que acompanhavam as discussões. Este foi o caso de Daniel Conceição Nascimento que, em seu relato, afirma que “muitos não sabiam se era bom, se o lugar que iam jogar eles dava pra viver, então muitos queriam ficar sossegado no seu canto” (Entrevista realizada em: 13/02/2013).

Nesse período os moradores tiveram que conviver e presenciar a todo o momento as manifestações de poder relacionadas ao capital financeiro, principalmente, durante as reuniões para tratar do deslocamento do povoado. Para intermediar as conversas nas reuniões, a Empresa Suzano contratou pessoas que já mantinham algum tipo de relação com os habitantes. Podendo ser eles prestadores de serviços em sindicatos, associações dos povoados ou órgãos públicos, como descreve dona Maria Querobina da Silva Neta:

Esses nossos companheiros que foram formados no movimento social, que tão junto, na verdade, o povo acha que é uma coisa que vale apenas, porque tá lá o fulano que era do CENTRU, tá lá o fulano que era do IBAMA, tá lá o fulano que era não sei do que, aí o povo se influi com isso, não é. Então isso foi muito ruim pra mim nessa história (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

Trata-se de uma estratégia para facilitar o diálogo como os moradores, pois são conhecidos e já detém certo grau de confiança dos moradores, o que gera uma ação sobre uma ação (FOUCAULT, 1995). São agentes sociais que possuem poder de convencimento por conhecer os demais habitantes. Esse mecanismo montado pela empresa facilitou as negociações, como relata Daniel Conceição Nascimento, tanto no “*deslocamento do povoado, quanto na compra de pequenas propriedades localizadas na ‘Estrada do Arroz’*” (Entrevista realizada em: 06/09/2012).

O deslocamento causou grandes incertezas aos moradores de Bacaba, pois não sabiam como seriam seus futuros após o deslocamento, principalmente por estarem partindo para um local distante das margens da Rodovia MA-125. Não sabiam como seria o acesso de transportes e a locomoção de seus moradores, pois alguns já haviam conseguido emprego na fábrica e na “rua”⁶⁵.

Foram nessas relações e circunstâncias de poder e ações exercidas pela Empresa Suzano que se constituiu o deslocamento dos moradores de Bacaba. A mudança dos

⁶⁵ Os moradores do Povoado Bacaba, assim como os demais povoados da Estrada do Arroz, fazem referência à “rua” como sendo a cidade, no caso aqui referido, ao município de Imperatriz. Ir a rua é ir à Imperatriz, ao centro da cidade.

moradores para outro local não representou uma mudança na qualidade de vida, para alguns a situação piorou, como relata Francimar Moura:

[...] não é porque temos uma casa de tijolo que tá tudo bom, por que lá no lugar que a gente morava a casa era de taipa, aqui a gente tem uma casa boa, mas não é tudo, só jogaram a gente aqui e pronto, a assistência que falaram nunca veio e nem vai vir, eu não acredito mais, têm até gente indo embora trabalhar em outro lugar, porque aqui tá difícil (Entrevista realizada em: 27/07/2014).

Percebemos assim que o deslocamento sofrido pelos moradores da Antiga Bacaba, agora denominada Nova Bacaba, serviu aos interesses da Empresa Suzano. Assim como muitos empreendimentos do grande capital (MESQUITA, 2011), este contribuiu para uma concentração e monopólio de terras e recursos naturais, em detrimento de grande número de famílias que se encontram nas áreas de sua atuação.

Além disso, os acordos que envolviam o deslocamento assumiam outros compromissos como a orientação e execução de projetos. Este, por exemplo, tinha orientações para os moradores fazerem hortas nos quintais de suas casas, “*mas o problema é que o pedaço de terra que os moradores receberam é muito pequeno, não dá para fazer nada*”, diz Daniel Conceição Nascimento (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

O lugar que seria destinado ao projeto de horticultura foi invadido para construção de novas residências. Foram promessas que nunca vieram a se concretizar, ficando o terreno destinado ao projeto abandonado. Terreno este ocupado hoje por famílias que não conseguiram as casas na área para qual foram alocados os antigos moradores de Bacaba, como explica Daniel Conceição Nascimento:

Eles deixam uma média de 500m² lá pra eles produzir, os pessoal fizeram foi casa lá dentro, aqueles que não consegui ganhar casa, fizeram foi casa lá no terreno e acabou, e nem produz nada e nem faz mais nada. Não existe mais esse terreno lá. As casas não foi garantida pra todo mundo, porque tinha aqueles que tinha o terreno lá, mas ainda não tinha feito a casa, então esses não ganharam a casa, só ganhou aqueles que tinha a casa feita, por que tinha família que tinha duas famílias dentro de uma casa. Então foi só esses que ganhou, por que eles (os técnicos da empresa) tiravam a foto da casa feita. Então o cabra não tinha condição de fazer essa casa rapidamente pra eles tirar as fotos, pra dizer eu tenha a casa. Então eles ficaram sem essas casas (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

O fato é que foram realizadas muitas promessas que não foram postas em prática. Após o deslocamento, as famílias ficaram sem nenhum tipo de assistência tanto dos órgãos governamentais, quanto da empresa Suzano que havia prometido prestar assistência aos moradores, ajudando-os no processo de adaptação. Ficaram “abandonados” como relata o

entrevistado Francimar Moura, *“as promessas eram bonitas, muitas pessoas ficaram animadas, mas não deu em nada”* (Entrevista realizada em: 27/07/2014).

A privação do acesso a terra, seja pela venda ou proibição levaram os moradores a não praticarem atividades tradicionais ligadas à agricultura e a extração e quebra do coco. Dessa forma, os agentes sociais ligados a terra e aos recursos naturais não foram mais capazes de se dedicar por completo às suas antigas atividades. São atividades que “afirmam e reafirmam suas identidades” (VIANNA JUNIOR, 2010, p. 63).

Portanto, essa prática é mais um reflexo sobre as interferências nos modos de vida dos moradores da Estrada, principalmente de Petrolina, onde fazendeiros e moradores locais praticavam a queima do coco. Os fazendeiros passaram a arrendar suas terras para a exploração e queima do coco inteiro.

Dessa forma, os moradores da Estrada do Arroz possuem características relacionadas às lutas em defesa do acesso a terra e aos babaquais, ao beneficiamento do coco babaçu produzindo e seus derivados, a agricultura familiar e às lutas por melhores condições de vida. Lutas que geraram e ainda geram conflitos, estratégias e resistências, diante das adversidades criadas pelas ações da empresa Suzano e dos fazendeiros. Situações que criaram e transformaram os modos de vidas dos moradores da Estrada do Arroz.

4.1 Estratégias e mobilizações: formas cotidianas de resistência

Os problemas gerados a partir das interferências causadoras de transformações nos modos de vida dos moradores da Estrada do Arroz contribuíram para que os moradores se tornem mais esclarecidos sobre questões jurídicas, essenciais para articulação e mobilização. Circunstâncias os levaram a serem reconhecidos e identificados, também por suas formas organizativas como, por exemplo, fórum, associações e sindicatos.

As lutas nas quais estão inseridos os moradores da Estrada do Arroz são tentativas de reivindicações por direito, igualdade e, principalmente, reconhecimento. Este último segundo Nancy Fraser (2001) é o “reconhecimento das diferenças”, sendo um remédio para a redução da desigualdade econômica e cultural, pois “alimentam a luta de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade” (FRASER, 2001, p. 245). Com isso passa a haver uma politização da identidade, em que a mobilização política deixa de está inserido nos interesses de classe, estando pautada no “reconhecimento das diferenças”.

A injustiça fundamental, antes explicada pela exploração, é suplantada pela dominação cultural, ou seja, injustiça cultural. Tanto a injustiça cultura, quanto a econômica

estão interligadas dialeticamente, pois no mundo global estão presente desvantagem econômica e desrespeito cultural apoiado um ao outro (FRASER, 2001). É necessário, fazer distinções analíticas tanto sobre injustiças culturais e injustiças econômicas, quanto reconhecimento e redistribuição, pois:

Ao contestar uma série de injustiças, suas reivindicações às vezes são sobrepostas; outras, conflitantes. Demandas por mudanças cultural misturam-se a demandas por mudanças econômicas, tanto dentro como entre movimentos sociais. Porém, de forma crescente, reivindicações com base em identidades tendem a predominar, já que prospectos de redistribuição parecem retroceder. O resultado é um campo político complexo com pouca coerência programática (FRASER, 2001, p. 248).

O reconhecimento da diferença é uma maneira dos moradores da Estrada do Arroz serem reconhecidos como agentes políticos, capazes de participarem da política nacional. O reconhecimento também é uma forma de garantir o direito de participação política. A conscientização e os esclarecimentos sobre seus direitos vêm ao longo do tempo propiciando mudanças na maneira de pensar e de agir, rompendo com antigas interpretações, possibilita formulações de remédios contra a injustiça. Para isso, Nancy Fraser considera necessário fazer distinções analíticas das formas de injustiças, assim como os remédios para essa injustiça, sendo que:

O remédio para injustiça econômica é reestruturação político-econômica de algum tipo. Isso poderia envolver redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, sujeitar investimentos à tomada de decisão democrática [...]. O remédio para a injustiça cultural, em contraste, é algum tipo de mudança cultural ou simbólica. Isso poderia envolver reavaliação positiva de identidades desrespeitadas e dos produtos culturais de grupos marginalizados. Poderia também envolver reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural (FRASER, 2001, p. 252).

Portanto, os remédios discutidos analiticamente por Fraser (2001) dependem do reconhecimento, pautados em políticas de reconhecimento e políticas de redistribuição, revalorizando identidades desrespeitadas e menosprezadas. Essa seria uma forma de amenizar as desigualdades, pois:

A raiz da injustiça, como também seu núcleo, será o não reconhecimento cultural, enquanto qualquer injustiça econômica adicional derivará da raiz cultural. Então, o remédio necessário para reparar a injustiça é o reconhecimento cultural, em vez da redistribuição político-econômica (FRASER, 2001, p. 256-257).

Dessa forma, o reconhecimento das diferenças não está apenas nas reivindicações por direitos e igualdades políticas, sociais e econômicas, mas na possibilidade de participação

de todos nas decisões políticas e econômicas nas quais estão inseridos. Criando, a partir dessas relações possibilidades de definir o campo da justiça social que se almeja, levando em consideração tanto redistribuição, quanto reconhecimento.

São dentro da luta pelo reconhecimento que as mudanças se refletem no cenário político, pois a participação política tem criado uma nova cultura política, em que a participação se torna mais participativa, deixando de ser mero espectador (RANCIERE, 2012) e passa a ser participativo. Isto acontece, segundo Jacques Ranciere, quando:

A emancipação, por sua vez, começa quando se questiona a oposição entre olhar e agir, quando se compreende que as evidências que assim estruturam as relações do dizer, do ver e do fazer pertencem à estrutura da dominação e da sujeição. Começa quando se compreende que olhar é também uma ação que confirma ou transforma essa distribuição das posições. O espectador também age, tal como o aluno ou o intelectual. Ele observa, seleciona, compara, interpreta. [...] Assim, são ao mesmo tempo espectadores distantes e intérpretes ativos do espetáculo que lhes é proposto (RANCIERE, 2012, p. 17).

A união em torno de um objetivo comum, no que se refere às lutas e reivindicações, são manifestações contra uma condição social histórica de marginalização, na qual muitos grupos sociais, principalmente negros e índios, ao longo da história, têm sofrido os mais variados tipos de violência e privações. São nesses moldes que se configuram as lutas dos moradores da Estrada do Arroz, na busca pelo reconhecimento e revalorização identitária e cultural. As lutas pelo reconhecimento se configuram na procura de mecanismos capazes de garantir a paridade e vencer os obstáculos à igualdade, assim como a relação institucionalizada de subordinação social, produzida por instituições sociais (FRASER, 2001).

A mobilização pode ser compreendida como um dos mecanismos estratégicos utilizados pelos moradores da Estrada do Arroz no enfrentamento frente às ações empresariais ou governamentais, em que aciona um sentimento de solidariedade mútua entre si, o que vem a fortalecer seus laços e sua identidade, estratégicos na luta pelo reconhecimento de seus direitos. São nestes momentos que perpassam a valorização e o firmamento de identidades coletivas, mostrando a capacidade organizativa de enfrentamento diante das ameaças sofridas.

Os moradores buscam, através de suas reivindicações, assegurar direitos essenciais a sua sobrevivência, direitos negados ao longo de sua história, pois sempre ficaram às margens da sociedade como se não fizessem parte dela. As leis e as atuações governamentais tendem ao favorecimento das elites desde o período colonial brasileiro, o que aconteceu, por exemplo, com as desapropriações dos moradores com a criação da Lei Sarney de Terras de 1969.

As reivindicações promovidas pelos moradores por meio de suas organizações políticas como os sindicatos, associações e fórum têm como objetivo melhorar a situação socioeconômica de desigualdade que vivem. As reivindicações são formas de almejar uma vida digna garantindo o reconhecimento de identidades e práticas culturais nas quais estão inseridos. A luta pelos reconhecimentos não consiste apenas com o governo, mas com todo o sistema político, econômico, social e cultural vigente que percebe e explica as desigualdades sociais apenas pela conjuntura econômica e da redistribuição de bens materiais, como explica Fraser (2001).

Diante das ações da empresa Suzano, é importante analisar os enfrentamentos e, principalmente, estratégias dos moradores da Estrada do Arroz, na luta pela preservação de seus modos de vida, assim como, a construção dos discursos envolvendo os moradores e representantes da empresa acerca de seus possíveis benefícios. É importante compreender as estratégias e ações empresariais que permeiam as relações e interesses dos moradores, Suzano e fazendeiros.

A principal estratégia dos moradores é a revalorização de suas identidades tanto como quebradeiras de coco, quanto de agricultores, pois é a partir dessas afirmações identitárias que se mobilizam. O primeiro passo é o auto reconhecimento identitário ligado a uma coletividade, o que Fraser (2001) considera como “tipo-ideal” de coletividade que está “enraizada totalmente na cultura, em vez da economia política” (FRASER, 2001, p. 256).

As empresas, para ter controle territorial e social da região em que estão inseridas, buscam estratégias que possam garantir o sucesso do projeto, evitando contratempos que possam gerar prejuízos. Dessa forma, procuram se informar sobre as “unidades sociais” que vivem na região na qual atuam, fazendo levantamentos socioeconômicos. Situações vivenciadas, por exemplo, com os moradores da Antiga Bacaba, que sofreram deslocamento, planejado e articulado pela Suzano.

Para facilitar as negociações e ganhar a confiança dos moradores, a empresa Suzano utiliza-se de cooptação de conhecidos dos moradores, como já mencionado anteriormente. Em alguns casos infiltram pessoas para adquirir informações ou contratam trabalhadores da própria comunidade para obter informações. Em outras situações, desenvolvem projetos, como construção ou reforma de escolas, sindicatos, postos de saúde, ou seja, tenta compensar os moradores de alguma forma, ação que fica conhecida como “política de compensação” ou cria conselhos, como o Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz. Mas, por trás dessa boa ação empresarial, a estratégia é calar as críticas e reivindicações promovidas pelos agentes sociais, como explica Henri Acselrad (2014), quando diz que:

No âmbito empresarial, as ações de assistência social são parte das chamadas estratégias de ‘não mercado’, destinadas a ‘combater o risco de instabilidade institucional, que pode afetar seriamente as oportunidades de negócio’. Visam, assim, nos termos dos administradores privados, ‘aumentar as capacidades empresariais de captura de valor, por meio da gestão de suas interações institucionais, políticas e sociais’ – interações essas ‘que são mediadas pelo público’. Pesquisadores da área da Antropologia têm designado como ‘políticas de resignação’ esses esforços empresariais de neutralizar a crítica social e o descontentamento popular, procurando oferecer respostas limitadas por meio de gestos simbólicos de compensação ou mitigação, aproveitando-se do vazio do Estado na garantia dos direitos à educação e à saúde (ACSERLRAD, 2014, p. 2).

São situações que afetam diretamente a vida dos moradores que residem às margens da Estrada do Arroz, pois passam a ter seus cotidianos e relações modificadas pela presença da fábrica. Estas interferências têm provocado nos moradores discussões sobre a atuação da Suzano. Discussões que tem dividido opiniões por parte dos moradores, pois os discursos proferidos pela mídia, fábrica e governo são de melhorias, de progresso e desenvolvimento para a região, inclusive para os que moram na Estrada do Arroz. São discursos que entram em conflito, quando analisadas as ações da fábrica e as reivindicações dos moradores, como pode ser observado nos relatos a seguir que expressam opiniões diferentes sobre a empresa Suzano.

A entrevistada Aurora Gabriel da Rocha, esposa do senhor José Mariano Sobrinho, compreende que a chegada da Suzano trouxe benefícios para os moradores da Estrada do Arroz, pois:

A Suzano tem ajudado muita gente aqui na Estrada do Arroz, fiquei sabendo que ela construiu a associação lá de Petrolina, tem o projeto pra construir a daqui de São Felix, só falta resolver a questão do lugar, mas falaram que na hora que tiver tudo pronto eles ajuda com o material, como ajudou com o material na construção do nosso sindicato, deu parte do material, não foi muito mais ajudou. Só ela ceder terra dela pra gente plantar já é muita coisa, quem é que vai fazer uma coisa dessa, nenhum fazendeiro daqui de perto faz isso. Ela dá tudo semente, adubo deixa só no jeito pra gente trabalhar. O Mariano aí planta todo ano feijão, milho, melancia, abobora, essas coisas. Então, pra mim, ela tem sido boa pra gente (Entrevista realizada em: 06/06/2015).

Dessa forma, o relato de dona Aurora Gabriel Rocha indica opinião favorável à empresa Suzano, colocando-a como responsável por benefícios aos moradores. Entretanto, há relatos como o de Daniel Nascimento Conceição que apresenta opinião contrária a de dona Aurora Gabriel Rocha, pois:

No meu entender a fábrica da Suzano mais tem prejudicado do que ajudado. No começo foi bom ofereceu muitos empregos, as pessoas foram empregadas pra trabalhar na construção da fábrica, mas depois que terminou todo mundo foi dispensado. Agora tem só alguns trabalhando por lá, fora isso não vejo mais nada

de interessante que ela tenha feito pra gente. Agora se a gente for falar dos prejuízos, dos impactos causados por ela aí a gente vai passar o dia todo falando, por último agora como já tinha falado pra vocês a gente tá com um problema sério que é um mau cheiro insuportável vindo de lá da fábrica, o barulho também incomoda. Os caminhões são outros problemas, cai toras, já até acidentou morador daqui da Estrada do Arroz. Quem mora ali na beira falta morrer de poeira por causa dos caminhões que passam por lá, vocês viram lá na Esperantina como é, nós fomos na casa da Maria Viúva e vocês viram tomada por poeira, é gente doente. Sem se falar que tão comprando tudo como já falei, já tá chegando perto da gente na Matança. Então pra mim a fábrica da Suzano só tem prejudicado a gente, principalmente a gente que fica mais perto (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

São relatos que exprimem opiniões diferentes sobre a empresa Suzano, mas, também, se apresentam como discursos que refletem as relações envolvidas, assim como estratégias e resistência desenvolvidas pelos moradores da Estrada do Arroz.

Os discursos e as ações da empresa Suzano, também, surgem como uma estratégia para convencimento e sua aceitação, em que oferecem benefícios, passando a mensagem de que a presença da empresa é para o bem de todos. Segundo, a entrevistada Maria Querobina da Silva Neta é uma forma de ganhar a confiança dos moradores, de mudar opiniões sobre a empresa, *“por isso ela investe pesado nas propagandas, nas mídias pra poder repassar para o povo que tá só fazendo coisa boa, mas as coisas ruim ela não fala, não diz, o pior é que o povo acredita”* (Entrevista realizada em: 07/06/2015).

Portanto, os moradores da Estrada do Arroz lutam pelo reconhecimento de suas identidades e modos de vida, diante das transformações criadas, principalmente, pela ação da Suzano. As mobilizações e estratégias são formas de resistir às interferências e transformações em seus modos de vida utilizando-se de estratégias que garantam suas produção e reprodução física e cultural, sejam elas através das formas organizativas como associações e sindicatos ou pressionando a empresa Suzano ou o governo a realizar projetos que beneficie os moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado na Estrada do Arroz e região, no qual o fruto é esta dissertação, levanta várias problemáticas envolvendo as transformações e modificações nos modos de vidas de seus moradores. Mas acima de tudo, chama a atenção para os grandes empreendimentos na região amazônica como um todo, tendo como exemplo a empresa Suzano e as transformações causadas a partir de suas ações. Estas que refletem diretamente na vida dos moradores.

A realidade de moradores de várias partes da região amazônica começa a sofrer interferências a partir da década de 1950, quando surgem planejamentos governamentais para integrar a região ao restante do país, tornando-se grandes fornecedores de matéria-prima para indústrias nacionais e internacionais. Com isso, os estados pertencentes à Amazônia Legal passaram a ser explorados por grandes empreendimentos públicos e privados, tanto nacional, quanto internacional, visando, principalmente as riquezas naturais existentes na região. Havia, portanto, a partir dessas discussões, ideias para um desenvolvimento planejado, em que os objetivos não incluíam os habitantes dessas regiões.

As justificativas para os empreendimentos estavam nos discursos envolvendo o progresso e o desenvolvimento da região, com acesso a riqueza e melhores condições de vida para todos. Situação que gerou conflitos socioambientais, pois o bem-estar propagado naquele momento não chegou para todos, pelo contrário chegou impactando a vida de muitos moradores. Mudanças que afetaram tanto a biodiversidade, quanto os modos de vivências de seus moradores, inclusive de povos e comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas entre outros.

Os grandes empreendimentos nacional e estrangeiro, também, foram responsáveis por diversos problemas ligados à questões fundiárias, aumentando os conflitos entre posseiros, fazendeiros e empresas agropecuárias. Situação que gerou aumento de crime por pistolagem nos estados nos últimos anos, principalmente, Pará, Maranhão, Acre, Rondônia, Amapá. São crimes envolvendo, principalmente, líderes de comunidades tradicionais. Esta é uma das formas utilizadas para expulsar das terras famílias de agricultores, quebradeiras de coco e comunidades tradicionais em geral, mas existem outras formas de impedir o acesso a terra por essas pessoas, a concentração de terras nas mãos de fazendeiros e empresários, sejam elas, por meio da grilagem ou compra.

Esta é uma realidade presente na história dos moradores da Estrada do Arroz, em que a perda e acesso à terra tem sido um problema vivenciado por trabalhadores da agricultora

familiar e quebradeiras de coco. Sem acesso aos recursos naturais esses trabalhadores ficam impedidos de praticarem suas atividades, comprometendo a renda familiar. Acontecimentos que obrigaram esses trabalhadores a se unirem em torno de objetivos comuns, o que veio a reforçar suas identidades, seja elas de agricultor familiar ou de quebradeira de coco, ou simplesmente, de morador da Estrada do Arroz. Circunstâncias que permitiu a mobilização e articulação diante dos problemas comuns a todos. São enfrentamentos que necessitam cada vez mais estratégias de articulação e resistência por parte dos moradores.

As primeiras grandes modificações sofridas pelos moradores da Estrada do Arroz surgem com a Lei de Terras de 1969 no Maranhão, também conhecida com Lei Sarney de Terras, que semelhantemente à Lei de Terras de 1850, vinha privilegiar poucos com suas determinações normativas à propriedade de terras. Com discursos de desenvolvimento e modernização do estado, principalmente, com a agricultura e pecuária, de um lado acabou favorecendo o grande latifundiário com a concentração de grandes extensões de terra. Do outro, aqueles que não tinham como provar a posse da terra acabou perdendo suas propriedades, obrigando muitos trabalhadores rurais saírem do campo para a cidade em busca de emprego.

A Lei Sarney de terras em 1969 e a inauguração do Programa Grande Carajás são dois momentos históricos diferentes, mas que explicam as transformações e interferências ocorridas nos modos de vida dos moradores da Estrada do Arroz. Explicam as transformações econômicas, sociais, políticas e estruturais ocorridas tanto em Imperatriz, quanto na região tocantina. Foram conjunturas criadas a partir de modelos desenvolvimentistas que não levaram em consideração os moradores das regiões, em que foram instalados os ditos “projetos desenvolvimentistas”. Por muitas vezes o discurso era a do “vazio demográfico”, entretanto eram regiões habitadas por trabalhadores da agricultura familiar, extrativista, índios, quilombolas, pescadores que passaram a serem ameaçados com as ações desses empreendimentos.

Foram criadas as delegacias de terras, distribuídas por todo estado do Maranhão. Era um órgão ligado diretamente a Secretaria da Agricultura com funções específicas de controlar a distribuir as terras através de titulações, o que levaram a privatização de muitas terras, pois as terras devolutas do Estado se tornaram de propriedade privada. As práticas desenvolvidas nas distribuições de terras no Maranhão nas décadas seguintes à promulgação da Lei de Terras de 1969 afetaram diretamente os moradores da Estrada do Arroz.

Os moradores que havia chegado à região da Estrada do Arroz e se apropriado de pequenas propriedades foram perdendo-as, pois não havia documento que comprovasse a

posse legal. Muitas famílias de trabalhadores da agricultura familiar e quebradeiras de coco foram expulsas de suas terras, gerando a partir daí uma concentração de terras nas mãos de particulares ligados à pecuária e depois à indústria, como foi o caso da CELMAR, que foi detentora de grande extensão de terras na Estrada do Arroz.

Dessa forma, os projetos desenvolvimentistas criados pelo governo para modernizar e incentivar o progresso na região amazônica não abrangia os trabalhadores da agricultura e muito menos quebradeiras de coco. Os mais privilegiados foram aqueles que detinham recursos financeiros para investir na região, estando ligados a grupos de agropecuários e empresários ligados à indústria, que se viram atraídos pelas ofertas de terras que poderiam ser negociadas a baixos preços.

São trabalhadores que nas suas essências e modos de vida dependem de terras e de recursos naturais para produzi e se reproduzir fisicamente e culturalmente, são possuidores de um saber tradicional em que o território não é apenas o lugar que moram e trabalham, mas sim o lugar de relações, de vivências que constroem e fortalecem identidades e os vínculos de solidariedades tanto com o outro, quanto com a natureza. Por isso, é necessário avaliar a importância e as relações dos moradores com os territórios que vivem.

Outro momento importante encontrado na história da Estrada do Arroz responsável por grandes transformações nas vidas dos moradores vai ser a chegada dos grandes empreendimentos na região. Sendo eles, primeiramente, representado pela CELMAR e depois pela empresa Suzano, ambas destinadas à produção de papel e celulose. A primeira foi responsável pela compra de grandes extensões de terras na região, o que levou muitos trabalhadores rurais a venderem suas propriedades e partirem para a cidade. Os que venderam e permaneceram na Estrada do Arroz enfrentaram dificuldades para ter acesso a terra.

Assim, muitos trabalhadores rurais passaram a ter dificuldades em praticar suas atividades ligadas à terra como a agricultura e a extração de recursos naturais como a quebra do coco. São investimentos econômicos de origem privada que geraram, e ainda gera, problemas de ordem socioambiental, pois além de serem responsáveis pela devastação do meio ambiente e seus recursos naturais afetam os moradores que vivem na região da ação empresarial. Criam interferências e ameaça os modos de vida de trabalhadores que necessitam da terra e de seus recursos naturais para produzirem e se reproduzirem tanto fisicamente, quanto culturalmente.

A questão ambiental em sua preservação ou devastação atinge diretamente aqueles que dependem dela para se manterem e se reproduzirem, como é o caso dos trabalhadores da agricultura familiar e as quebradeiras de coco da Estrada do Arroz. Estes estão convivendo

com transformações devastadoras no meio ambiente, em que estão vendo a floresta nativa e os babaçuais se transformarem em plantação de eucalipto.

Os moradores da Estrada do Arroz, através de suas formas organizativas relacionadas às suas identidades, como a de morador da Estrada do arroz, lutam por melhores condições de vida. As transformações na conjuntura econômica, criaram, também, modificações nos meios sociais e políticos, em que se viram ameaçados por interferências que criou e/ou intensificou as desigualdades sociais, levando-os a se unirem contra as ameaças e desigualdades sociais, agindo coletivamente.

Dessa forma, a luta dos moradores da Estrada do Arroz diante das transformações enfrentadas nos últimos 40 anos, principalmente, após a chegada dos grandes empreendimentos, tem sido determinante para o reconhecimento dos grupos ali presentes, sejam como agricultores, quebradeiras de coco, ou simplesmente, morador da Estrada do arroz. Nessas lutas, os grupos formados em torno de objetivos comuns ligados ou não a movimentos sócias criam mecanismos de defesa e resistência diante das ameaças sofridas pelas ações empresariais.

Assim, os moradores da Estrada do Arroz através de mobilizações coletivas criam, inventam e recriam ações coletivas capazes de resistir às ações empresarias. As formas de mobilização, resistência e de reivindicação são construídas e reconstruídas em todo momento, dependendo do lugar e da situação vivenciada pelos moradores. Portanto, este trabalho é uma forma de contribuir com o conhecimento sobre as transformações e interferências ocorridas com os moradores da Estrada do Arroz, descrevendo e analisando as formas organizativas e de resistências em suas relações. Certo que este é um campo de pesquisa riquíssimo e que são muitas as possibilidades de investigação, pois este apresenta múltiplas possibilidades de estudos. Portanto, os estudos das formas de resistências, estratégias, mobilizações e articulações dos moradores da Estrada do Arroz, por se encontrarem num processo dialético e contínuo em suas ações, merecem serem compreendidos em todos os campos possíveis da pesquisa, como a econômica, sociológica, histórica, antropológica ente outras que possam ajudar a melhor compreender a dinâmica vivenciada pelos moradores da Estrada do Arroz.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade da Amazonas, 2008.

_____. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: MARIN, Rosa E. Azevedo. **Populações tradicionais**: questões de terra na Pan-Amazônia. Belém. UNAMA, 2006.

_____. Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. In: TIPITI. São Luís: ABONG/SMDH. Julho de 2002.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2006.

_____. Arqueologia da tradição: Uma apresentação da Coleção “Tradição e Ordenamento jurídico”. In: SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Leis do Babaçu livre**: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus: PPGSCA-UFAM/ Fundação Ford, 2006.

_____. **Conhecimento tradicional e biodiversidade**: normas vigentes e propostas. v. 1. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas - UEA/ Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia/Fundação Ford/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008b.

_____. **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento de mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005.

_____. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. p. 111-148.

_____.; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus; EUA, 2013.

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (Orgs.). O desafio da **sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. Estratégias empresariais e militares de controle de território: Confluências autoritárias. **Revista Le Monde Diplomatique**, 2014.

ANDRADE, Manuel Correia. **Paisagens e Problemas do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Entre a cerca e o asfalto**: A luta pela posse da terra em Buriticupu. São Luís, 1996.

_____. As diferentes estratégias de organização para a produção assumidas por mulheres, quebradeiras de coco, na denominada microrregião de imperatriz. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Economia do Babaçu**: levantamento preliminar de dados. 2. ed. São Luís: MIQCB/Balaios Typographia, 2001.

_____. **Estado/movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão.** Manaus: UEA Edições, 2013.

ASSELIN, Victor. **Corrupção e violência em terras do Carajás.** Imperatriz-MA: Ética, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** (Trad.) Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, Zulene Muniz; ALMEIDA, Desni Lopes. A rota dos grandes projetos no maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”** Grupo de Estudos de Política da América Latina – GEPAL. 10 a 13/09/2013.

_____. Estado, agricultura e des-envolvimento: políticas de classe e as contradições do modelo de desenvolvimento da agricultura no maranhão. **I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade.** Rio de Janeiro-RJ, 2012.

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História: A escola do Annales e a Nova História.** v. 5. São Paulo: Vozes, 2013.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: TOME LASK (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Contracapa, 2000.

BENSON, Peter e KIRSCH Stuart. **Capitalism and the Politics of Resignation.** Current Anthropology, v. 51, n. 4, aug. 2010.

BENATTE, Antonio Paulo. História e antropologia no campo da Nova História. **Revista História em Reflexão**, v. 1, n. 1 – UFGD – Dourados, jan./jun., 2007.

BOBBIO, Noberto. **Liberalismo e democracia.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BORGES, Barsanulfo G. A rodovia Belém-Brasília e a integração do nortegoiano. **Revista de História (UNESP)**, Franca, v. 5, n. 2, p. 149-171, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa, DIFEL, 2010.

_____. **A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli.** 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Trad. Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

_____. **A Miséria do Mundo.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BURK, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. **História e Teoria Social.** São Paulo: Unesp. 2012.

CARVALHO MARTINS, Cynthia. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança.** Manaus: universidade do Estado do Amazonas, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Rede de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** (Trad.) Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEPAL. COMISSÃO ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Políticas de desenvolvimento da América Latina.** Acessado em 23 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.cepal.org>>. Acesso em: 25 maio 2015.

DAHL, Roberto. **Sobre a Democracia.** Brasília: UNB. 2001. (Capítulos: 4, 5 e 8).

DOURADO, Sheilla Borges. Os conhecimentos tradicionais como objeto de disputa no campo: a diversidade dos sentidos relacionais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia.** Manaus: UEA, 2010.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERREIRA, Argemiro. Carajás, o grande desafio. **Ciência Hoje**, a. 1, v. 3, nov./dez., 1982.

FONSECA, Fernando Sérgio de Toledo. **Análise econômica do sistema produtivo de arroz no Maranhão.** Imperatriz-MA: 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel **Foucault: uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: forense universitária, 1995.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a História Econômica de Imperatriz.** Imperatriz-MA: Ética, 2008.

_____. A grilagem e produção de arroz no Maranhão. Disponível em: <<http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2012/02/grilagem-e-producao-de-arroz-no.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

FRASER, Nancy. “From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age”. Trad. Júlio Assis Simões. In: SEIDMAN, S.; ALEXANDER, J. (Orgs.). 2001.

_____. “Reconhecimento sem ética?”. Trad. Ana C. F. Lima e Mariana P. Fraga Assis. In: **Lua Nova**, 70. São Paulo, 2007. p. 101-138.

GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. **TEMPO DA CABAÇA: etnografia da história social de uma comunidade quilombola – MA.** Tese defendida no doutorado de Antropologia – Universidade Federal de Salvador-UFBA. Salvador: UFBA, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro. LTC, 1989.

_____. Nova luz sobre a antropologia. Trad. Vera Ribeiro; revisão técnica, Maria Cláudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GORCZEWSKI, Clovis e MARTIN, Nuria Bellosso. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática.** Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2011, p. 9-15; 21-29.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter Sidou. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric.; RANGER, Terrence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. **O que significa: georreferenciamento de imóveis rurais**. Acessado em 28 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2015.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A Terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-Maranhão**. São Luís, UFMA/Secretaria Educação MA, 1985.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. São Luís: SUDEMA; Rio de Janeiro: Seleta, 1970.

MARTIN, Caroline. **Suzano Papel e celulose inicia operações da Unidade Imperatriz**. Revista O Papel, Imperatriz, janeiro de 2014.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís. EDUFMA, 2011a.

_____. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por território. In: ALMEIDA, Wellington; SAUER, Sérgio (Orgs). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011b.

MONTEIRO, Murilo de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. (Dossiê Amazônia Brasileira I). **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53. São Paulo. Janeiro/apr. 2005.

NETO, Joaquim Shiraishi. **O Direito das Minorias: passagem do “invisível” real para o “visível” formal?**. Manaus: UEA Edições, 2013, p. 19-79.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnografia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana**, v. 1, n. 4, p. 47-77, 1998.

_____. “O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira Amazônica no século XIX”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. v. 11. 1979.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PINTO, Lúcio Flávio. A Dimensão Social Omitida. *Ciência Hoje*, ano I, n. 3, nov./dez, 1982. In: SANTOS, Raimundo. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para a cultura extrativista no Maranhão**. Imperatriz-MA: Ética, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In: **A crise da razão**. Org.: Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

_____. **O espectador emancipado**. Trad.: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

REYDON, Bastiaan Philip. O desmatamento da floresta amazônica: causas e soluções. In: **Revista Política Ambiental: economia verde Desafios e oportunidades**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, n. 8, jun. 2011.

RUBIM, Altaci Corrêa; SANTOS, Sales dos. Processo de territorialização no rio Cuieiras. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org.). **Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro**. Manaus: UEA, 2010.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Conflitos Socioambientais no Maranhão: os Povoados de Camboa dos Frades (São Luís-MA) e Salvaterra (Rosário-MA)**. (S/d).

SANTOS, Raimundo. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para a cultura extrativista no Maranhão**. Imperatriz-MA: Ética, 2011.

SAUER, Sérgio (Orgs). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011b.

SCOTT, S. James. Formas cotidianas de resistência camponesa. Trad.: Marilda A. de Menezes e Iemuel Guerra. **Raízes**, v. 21, n. 1, jan., 2002.

SILVA, J. A. Democracia Participativa. **Caderno de Soluções Constitucionais**, 2. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **MÉTIS: história & cultura**, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

SUZANO: PAPEL E CELULOSE. **Cadastramento socioeconômico**. Consórcio Planave/Comunicarte. Imperatriz, 2011.

_____. Resumo público do plano de manejo florestal. **Núcleo Cidelândia**. Imperatriz, 2014.

TILLE, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (Org.). Repertoires and cycles of collective action. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42. In: ALONSO, Angela. Repertório Segundo Charles Tilly: **HISTÓRIA DE UM CONCEITO. Sociologia & antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudos do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013. 180 p. (Coleção Antropologia da Amazônia).

VIANNA JÚNIOR, Aurélio. TERRA, TERRITÓRIO E CONHECIMENTO TRADICIONAL ESPACIAL. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia**. Manaus: UEA, 2010.

WEBER, Max. Política como vocação. In: **Ciência Política. Duas Vocações**. Trad.: Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ANEXO

